



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

REGIONALISMO, MULTILATERALISMO E MERCOSUL:  
EVIDÊNCIA DA INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA APÓS  
ALGUNS ANOS DE ABERTURA

Rodrigo Coelho Sabbatini

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Econômicas, sob a orientação  
do Prof. Dr. Mariano Francisco Laplane.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por Rodrigo Coelho  
Sabbatini em 16/02/2001 e orientada pelo  
Prof. Dr. Mariano Francisco Laplane.*

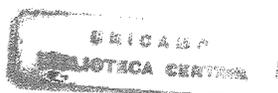
CPG, 16/02/2001

A handwritten signature in black ink, appearing to be "R. Coelho Sabbatini", written over a horizontal line.

Campinas, 2001

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

649121008



N.º CHAMADA :  
T/UNICAMP  
Sa13r  
V. \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 46558  
PROC. 16-39-2/01  
C  D   
PREÇO R\$ 11,00  
DATA 11/10/01  
N.º CPD \_\_\_\_\_

ii

CM001600B6-7

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Sa13r Sabbatini, Rodrigo Coelho.  
Regionalismo, multilateralismo e mercosul : evidência da inserção comercial brasileira apos alguns anos de abertura / Rodrigo Coelho Sabbatini. – Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Mariano Francisco Laplane.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Brasil – Comercio exterior. 2. Relacoes economicas internacionais. 3. Mercosul. I. Laplane, Mariano Francisco. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

## Índice

Índice de Tabelas, Quadros e Gráficos .....	v
Resumo .....	vii
Resumo .....	vii
Abstract.....	vii
Agradecimentos .....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1: Contexto histórico, <i>regionalismo</i> , <i>multilateralismo</i> e o Mercosul .....	5
1.1 Globalização: a lógica das empresas transnacionais .....	5
1.2 Regionalização: globalização <i>de jure</i> e <i>de facto</i> .....	8
1.3 Um debate: regionalismo <i>versus</i> multilateralismo.....	12
1.4 Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul.....	26
Capítulo 2: Retrato do desempenho comercial brasileiro nos anos de abertura .....	35
2.1 Introdução .....	35
2.2 Abertura comercial brasileira e seus determinantes .....	35
2.2.1 Antecedentes: os anos 80, o fim de um ciclo.....	35
2.2.2 Antecedentes: Os anos 90, retorno dos fluxos de investimento.....	36
2.2.3 Antecedentes: “Consenso de Washington”, contexto político.....	40
2.2.4 Abertura unilateral brasileira.....	42
2.3 Efeitos da abertura sobre a indústria brasileira: breve descrição.....	46
2.4 Análise dos dados: desempenho comercial brasileiro, 1989-96.....	50
2.4.1 Uma ilustração: índice de vantagens comparativas reveladas .....	59
2.4.2 Abertura e desempenho comercial: pontos de conclusão .....	65
3. Importância do Mercosul para o desempenho comercial brasileiro, 1989 e 1996. ....	67
3.1 Introdução .....	67
3.2 Análise dos dados: desempenho comercial do Brasil com o Mercosul, 1989-96.....	68
3.3 Análise de indicadores sobre a importância do Mercosul .....	74
3.3.1 Indicador de criação ou desvio de comércio .....	76
3.3.2 Importância do Mercosul (Imx e Ims).....	82
3.3.3 Orientação regional das exportações (Oxi) .....	85
3.3.4 Taxa de Cobertura Relativa (TCR) .....	90
Pontos de Conclusão.....	96
Bibliografia .....	99
Anexo.....	109

## Índice de Tabelas, Quadros e Gráficos

Quadro 1.1 - Síntese das opções normativas de adesão a esquemas de integração econômica.....	24
<b>Tabela 1.1</b> – Mercosul: Tarifas e outras taxas no Mercosul por produtos, 1986-95 .....	28
<b>Tabela 1.2</b> – Mercosul: Importação de autoveículos e autopeças *, 1990-95 .....	29
<b>Tabela 1.3</b> – Argentina: Intensidade Salarial da Produção Industrial .....	30
Gráfico 2.1 - Brasil: Crescimento e Participação de rubricas selecionadas na captação externa de recursos, 1989-1998 .....	38
Gráfico 2.2 - Fluxos Líquidos de IED por blocos de países .....	39
<b>Tabela 2.1</b> - Brasil: tarifas nominais de importação médias.....	44
Gráfico 2.3 – Brasil: Taxa de Câmbio Real Efetiva e Reservas Cambiais, conceito liquidez internacional .....	45
<b>Tabela 2.2</b> – Brasil: penetração importação/consumo aparentes para setores/gêneros selecionados, segundo diversas metodologias, 1989-96.....	49
<b>Tabela 2.3</b> - Brasil: comércio exterior, 1980 -1998 .....	50
Gráfico 2.4 - Comércio Exterior Brasileiro: 1989-1998 .....	51
Gráfico 2.5 - Mundo e Brasil: evolução do comércio exterior, 1989-1998 .....	52
<b>Tabela 2.4</b> - Brasil: pauta de exportação, 1989 e 1996 .....	53
<b>Tabela 2.5</b> - Brasil: pauta de importação, 1989 e 1996.....	54
<b>Tabela 2.6</b> - Exportações brasileiras por setores industriais: variáveis selecionadas .....	55
<b>Tabela 2.7</b> - Importações brasileiras por setores industriais: variáveis selecionadas .....	57
<b>Tabela 2.8</b> - Categorias de uso: contribuições à variação total de importações e exportações, 1989-96 .....	59
<b>Tabela 2.9</b> - Brasil: vantagens comparativas reveladas, 1989 e 1996 .....	60
<b>Tabela 2.10</b> - Brasil: grupos dinâmicos de vantagens comparativas reveladas .....	62
<b>Tabela 3.1</b> - Comércio Exterior Brasileiro com o Mercosul: 1980-1998.....	69
<b>Tabela 3.2</b> - Participação do Mercosul no Comércio Exterior Brasileiro: 1980-1998.....	70
<b>Tabela 3.3</b> - Brasil: pauta de exportação para o Mercosul, 1989 e 1996 .....	71
<b>Tabela 3.4</b> - Brasil: pauta de importação em relação ao Mercosul, 1989 e 1996.....	72
<b>Tabela 3.5</b> - Brasil: resultados da influência das importações do Mercosul e do Mundo sobre o consumo aparente, 1989 e 1996 .....	80
<b>Tabela 3.6</b> - Brasil: importância do Mercosul para setores selecionados, 1989 e 1996.....	83
<b>Tabela 3.7</b> - Brasil: orientação exportadora de setores selecionados, 1989 e 1996 .....	89
<b>Tabela 3.8</b> - Brasil: padrões de taxas de cobertura relativa.....	95

## Resumo

À luz da descrição de um debate conceitual sobre formas de adesão normativa dos países a uma nova ordem econômica mundial – *grosso modo*, *multilateralismo* e *regionalismo* – esta dissertação discute o desempenho comercial brasileiro em dois anos, 1989 e 1996. Perscruta-se, através da construção e análise de quatro indicadores quantitativos, qual a diferença, no que se refere a resultados dinâmicos, de uma inserção comercial unilateral e de uma inserção preferencial, através do acordo regional de integração do Mercosul. Ainda que o debate sobre *regionalismo* e *multilateralismo* seja inconcluso, especialmente porque centrado em testes controversos sobre criação ou desvio de comércio (ademais, também aqui desenvolvidos), conclui-se que o Mercosul representou para o Brasil uma estratégia de liberalização mais adequada para a inserção comercial da estrutura produtiva nacional. Não apenas porque configurou-se como um bloco construtivo (*building block*), portanto afeito aos ditames do regionalismo aberto não prejudicial a terceiros países, mas sobretudo porque tornou-se um mercado importante para setores industriais mais sofisticados, o que permitiria uma crescente capacitação do conjunto produtivo brasileiro rumo a uma futura liberalização mais ampla, permitindo, por sua vez, uma inserção menos passiva na nova ordem mundial.

## Abstract

*Anchored in the description of a conceptual debate about ways of nations' adherence to a new world economic order – multilateralism versus regionalism debate – this dissertation describes the Brazilian commercial performance in two years, 1989 and 1996. Through the development and analysis of four quantitative indexes the study tries to answer what are the differences between an unilateral liberalization and a preferential agreement, like Mercosur, for the Brazilian economic standing. The dissertation concludes that Mercosur is the best option for liberalizing the Brazilian economy, especially because it became a significant market area for high value added products, opposing an unilateral openness. Therefore, this situation could enhance Brazilian production structure, what, as a result, could lead our economy through an active adherence to the new world economic order. Moreover, Mercosur is a typical building block, which means that it does not effectively marginalize third partners, fitting itself as an open regionalism agreement.*

## Agradecimentos

Esta dissertação não seria possível sem a colaboração de muitas pessoas que, evidentemente e desde já, estão isentas dos equívocos remanescentes.

Ao Prof. Dr. Mariano Laplane devo, além da amizade e gentileza, a confiança em mim depositada e, principalmente, a insuperável capacidade de orientar tanto a dissertação, quanto minha formação como pesquisador.

Ao grande amigo Fernando Sarti devo muito mais do que seria capaz de expressar aqui. Definitivamente, como aliás, desde 1992, sem suas contribuições nenhuma etapa de minha vida profissional seria possível.

Ao Célio Hiratuka, amigo de muitos trabalhos, agradeço a presença em todas etapas da dissertação e em tantas outras ocasiões menos estafantes. Ao Renato Garcia e ao João Furtado, agradeço a amizade e os “*trade on*” em diversos momentos dos últimos anos. A todo o pessoal da sala 64 agradeço o convívio, as risadas e os auxílios vários, especialmente ao Daniel e ao Zeca. Agradeço a dedicação de todos da Secretaria Acadêmica, em especial Alberto e Cida.

Agradeço ao NEIT-IE-UNICAMP e ao CNPq o indispensável apoio institucional para o desenvolvimento deste e de muitos trabalhos. Pela cessão de dados primários, agradeço a Maurício Mesquita Moreira e a SECEX. Aos professores Renato Baumann e Monica Baer, que integraram a banca examinadora, agradeço as importantes sugestões e esclarecimentos.

Aos amigos de outras faculdades, bem representados pela Ana Rosa, agradeço toda experiência compartilhada. Aos colegas do mestrado, em especial o amigo Marcelo, Fernando, Batata, Sergica, Ponte e as Simones, devo o companheirismo nos 18, e graças a eles, curtos meses de aulas.

Ao Fernandinho, à Mum’s, ao Luci e à Jow agradeço todos os momentos e todo o amor que formam um ser humano.

E à Juca agradeço a mais bela mania de compartilhar, exigir, viver os sonhos.

## Introdução

Esta dissertação foi fomentada pelo interesse original em elucidar a importância do Mercosul no processo liberalizante ao qual se submeteu a economia brasileira nos anos 90. Qual seriam, para a inserção externa da estrutura produtiva brasileira, as consequências de uma abertura comercial centrada num acordo regional com parceiros economicamente mais próximos (com destaque para Argentina) *vis à vis* uma abertura unilateral?

Para responder a esta pergunta, procurou-se, em primeiro lugar, contextualizar o processo de liberalização da economia brasileira à luz do processo de internacionalização conhecido como mundialização do capital (Chesnais, 1996). Procurou-se também contextualizar tanto a abertura brasileira quanto a emergência do Mercosul no debate conceitual que envolve opções políticas de integração econômica, a saber, o fortalecimento de acordos regionais – *regionalismo* – ou a predominância de rodadas multilaterais de liberalização – *multilateralismo*. Estes foram os objetivos do capítulo 1.

Em segundo lugar, descreveu-se o processo de liberalização unilateral do Brasil nos 90, procurando analisar os impactos desta abertura na inserção externa da economia, mas principalmente, da indústria brasileira. Foi calculado e analisado um índice de vantagens comparativas reveladas, de modo a melhor compreender os efeitos da abertura, pelo menos até 1996. Tais exercícios preencheram o segundo capítulo.

Finalmente, no terceiro capítulo foram construídos e analisados índices estatísticos que procuraram posicionar boa parte dos setores industriais brasileiros em variáveis como criação/desvio de comércio; importância do Mercosul; orientação externa (regional ou mundial?); e cobertura relativa, o que permitiria compreender melhor a influência do Mercosul em comparação com a abertura unilateral descrita no segundo capítulo. A isto, seguem-se pontos conclusivos.

De acordo com Portugal e Azevedo (2000), muitas são as opções de análise dos efeitos de uma integração regional como aquela do Mercosul. Pode-se optar por análises econométricas clássicas (como fizeram Machado e Cavalcanti, 1999), por análises de modelos de equilíbrio geral ou por estatísticas descritivas. Optou-se pelas últimas, sobretudo porque, ao permitir comparar o desempenho

comercial com o consumo aparente setorial possibilita-se uma análise integrada, incluindo um indicador de criação e desvio de comércio. E mais, permite comparação do desempenho setorial em relação ao Mercosul e em relação ao mundo, um dos objetivos buscados pela dissertação. Além disto, segundo os autores, não haviam sido ainda empregadas para o Brasil em relação ao Mercosul (Portugal e Azevedo, 2000: 172)<sup>1</sup>.

Para a construção dos índices foram utilizados os anos de 1989 (ano ainda característico do período substitutivo de importações) e de 1996 (ano em que a abertura já estava consolidada e posterior ao Protocolo de Ouro Preto, que consolidou a institucionalidade do Mercosul). O avanço no período estudado para anos mais recentes não foi possível pela incompatibilidade dos dados de comércio – desde 1996 agrupados em oito dígitos de agregação pela Nomenclatura Comum do Mercosul, NCM – com os dados de consumo aparente, desagregados pela classificação setorial nível 100 do IBGE. Além disto, os dados de consumo aparente utilizaram, de forma secundária, metodologia originalmente apresentada por Moreira e Correa (1996). Para maiores informações, ver Notas metodológicas, no Anexo.

Ainda que pese a relativa longevidade do último dado calculado (1996), acredita-se que as principais conclusões aqui aventadas não estejam distorcidas pelo tempo. Acontecimentos que atingiram o Mercosul nos anos de 1999-2000, como por exemplo a desvalorização do Real, a renovação do protecionismo argentino, a pressão estadunidense pela antecipação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e o congelamento das negociações com o Chile não alteram substantivamente a percepção de que a opção estratégica pelo fortalecimento do Mercosul pode ser a mais adequada opção para o desenvolvimento econômico brasileiro. E isto valeria tanto do ponto de vista das opções de adesão normativa (*regionalismo versus multilateralismo*), quanto da possibilidade de capacitação da estrutura industrial nacional para o crescente acirramento da concorrência mundial, permitindo assim uma inserção ativa para a economia brasileira na nova ordem econômica mundial.

Os índices propostos e a descrição do embate conceitual não esgotam, evidentemente, a questão aqui desenvolvida. Mais testes são necessários e outras dimensões são relevantes, sobretudo uma

---

<sup>1</sup> Cepal (1998e) desenvolve indicadores semelhantes para o Uruguai.

análise que contemplasse outros elementos da dimensão produtiva<sup>2</sup>, como investimento (nacional e estrangeiro), tecnologia, estratégias empresariais (no caso, sobretudo das multinacionais), entre outras, além da dimensão macroeconômica (câmbio, juros, etc). Dada a limitação do escopo de uma dissertação optou-se por centrar a análise apenas no aspecto comercial, ciente de que esta circunscrição restringe conclusões definitivas sobre a importância do Mercosul e o destino próximo da estrutura produtiva brasileira.

---

<sup>2</sup> Laplane et alli (2000), Sarti (2000) e Hiratuka (1999), por exemplo desenvolveram e desenvolvem estas análises, indicando fortes complementaridades com a presente dissertação.

## Capítulo 1: Contexto histórico, *regionalismo*, *multilateralismo* e o Mercosul

### 1.1 Globalização: a lógica das empresas transnacionais

Desde a década de 1970 o capitalismo mundial vem transformando suas relações sócio-econômicas, moldando um contexto histórico específico e determinando impactos heterogêneos sobre os agentes que dele participam, sobretudo países, empresas e trabalhadores.

Comumente chamado de globalização (mas também mundialização<sup>3</sup>), o fenômeno de mudança detonado nas esferas do capitalismo é marcado por duas dimensões interdependentes, a financeira e a produtiva. Na dimensão financeira, assiste-se a um crescente desenvolvimento de instrumentos, opções e locais para a valorização do capital financeiro, muitas vezes multiplicado sem a contrapartida real. O descolamento entre a valorização do capital e sua esfera real, através de uma “financeirização da riqueza”<sup>4</sup>, encontra na globalização, e na crescente desregulamentação de fluxos econômicos, seus veículos naturais de difusão.

De fato, inovações nos instrumentos financeiros<sup>5</sup> permitiram *alavancar* excedentes de forma quase ilimitada. De forma complementar, tanto inovações nas áreas de transmissão de informações (telemática), quanto a rápida desregulamentação dos fluxos monetários entre países, permitiram ampliar o *locus* de valorização financeira por boa parte do globo. Os anos 90 presenciam o apogeu desta cheia da dimensão financeira, explicitada pela interligação de mercados na Tríade e nos países “emergentes”, e caracterizada pelo incremento da rentabilidade, pela volatilidade dos fluxos, e pela crescente desconexão entre os “fundamentos” da economia real e a dimensão monetária. A globalização financeira torna-se, assim, a expressão “geográfica” da predominância do rentismo e da especulação em detrimento das relações produtivas.

---

<sup>3</sup> Chesnais (1996).

<sup>4</sup> Ver Braga (1993) e Coutinho e Belluzzo (1998). Sobre a trajetória histórica e o desdobramento contemporâneo da globalização financeira ver Belluzzo (1999).

<sup>5</sup> Para uma introdução aos instrumentos financeiros criadores de excedentes e redutores de risco sistêmico, ver Kawall Ferreira (1995), Baer (1995) ou Belluzzo (1999: item 5). Canuto e Laplane (1995) também relacionam novos instrumentos financeiros com a globalização financeira, com ênfase na instabilidade econômica advinda do processo.

Dentre as conseqüências desta globalização financeira para os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, destacam-se a perda da autonomia das políticas monetárias nacionais, o aumento da vulnerabilidade externa (constrangimento do balanço de pagamentos), e a contaminação negativa da esfera produtiva, via deslocamento de recursos para a acumulação financeira e o encarecimento do *funding*.

Ainda que autores como Chesnais (1996: capítulo 10) entendam que há uma indissociável relação entre o capital produtivo e o monetário no contexto da mundialização<sup>6</sup>, esta dissertação procurará se ater à parte da dimensão produtiva e seus impactos na organização da economia mundial.

Na esfera produtiva, segundo Chesnais (1996) a mundialização é caracterizada sobretudo pelas novas formas de atuação das grandes corporações mundiais. Fatos estilizados da globalização produtiva, como o forte crescimento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o maior crescimento do intercâmbio comercial em relação ao Produto, são determinados em sua face principal pelas estratégias das multinacionais. De fato, o movimento recente do IDE, aquele realizado de forma cruzada dentro da Tríade; pode ser caracterizado como conseqüência da concentração e a centralização do capital. Além disto, a nova configuração de oligopólios mundiais estimula a racionalização e a flexibilização dos processos produtivos<sup>7</sup>, a constituição de empresas-rede, a realocação de plantas e a intensificação de alianças estratégicas (sobretudo por causa dos crescentes gastos em P&D). Esta nova configuração transforma as multinacionais multidomésticas (com filiais do tipo *stand alone*) em corporações que se valem do mundo como *locus* de produção e distribuição de produtos, além de extrapolar para além das fronteiras nacionais a rivalidade oligopolista.

Ainda que, como será discutido, a nova ordem concentre seu centro dinâmico na Tríade, relegando à periferia papéis secundários (Chesnais, 1996: 37 e seguintes), emerge um “oligopólio mundial”, em que a materialização da rivalidade e da estratégia adaptativa das grandes corporações se dá em diversos mercados espalhados pelo mundo, estimulando assim a mundialização.

---

<sup>6</sup> “...a globalização financeira pressionou os grupos [industriais] a acentuar, de maneira qualitativa, seu caráter de centros financeiros. Os grupos começaram a diversificar-se em direção às finanças.” (Chesnais, 1996: 275).

<sup>7</sup> Sobre novas formas produtivas, ver por exemplo Coutinho (1992) e Oman (1994: 96 e seguintes)

De fato, “*para estes grupos, o caráter ‘global’ do mercado, bem como a concorrência (ou rivalidade), resulta tanto do IED, sob a forma de ‘invasão mútua’ pelos investimentos cruzados, como da liberalização comercial. Para eles, a mundialização é sinônimo de abertura dos oligopólios nacionais e de rivalidade intensa, mas também significa recuperar a liberdade de ação, em particular a de poder organizar a produção, integrando vantagens proporcionadas por diferentes aparatos produtivos ou sistemas nacionais de inovação, e explorando os diferenciais no custo da mão-de-obra.*” (Chesnais, 1996: 116).

A produção organiza-se, por exemplo, em empresas-redes ou na distribuição mundial de cadeia de fornecimento (*global sourcing*), com impactos no aumento do IDE, nos fluxos comerciais, especialmente aquele de cunho intracorporativo<sup>8</sup>, na localização de plantas em direção a regiões de baixos salários, de preferência na zona de influência do centro, mas também dentro da Triade, aproveitando a competitividade sistêmica<sup>9</sup>.

Neste mesmo sentido, Feenstra (1998) demonstra que o atual contexto da economia capitalista privilegia processos de deslocamento da produção em concomitância com a integração do comércio mundial, explicitados por estratégias empresariais lucrativas de *outsourcing*, ou fluxos internacionais de insumos produzidos ao redor do globo, pela própria corporação ou por redes de fornecimento, explicitamente hierarquizadas<sup>10</sup>. O decorrente impacto negativo sobre os níveis salariais do mundo (mas especialmente grave nos países em desenvolvimento) é talvez a principal consequência sócio-econômica deste novo contexto.

Outros elementos de uma mundialização produtiva do capital levada a cabo por empresas multinacionais organizadas em redes e competindo - mas também cooperando - em oligopólios mundiais foram discutidos por Furtado (1999: 117-18). Segundo o autor, o novo espaço mundial de valorização do capital não necessariamente alija ou integra homoganeamente economias semi-

---

<sup>8</sup> Segundo Chesnais (1996: 227) cerca de um terço do comércio de manufaturados dos EUA é intracorporativo, variável que atinge 40% no Japão.

<sup>9</sup> Regiões como o México, o Leste Europeu, e parte do Sudeste Asiático tornam-se lócus de mão-de-obra qualificada e de baixo custo para empresas dos EUA, da CEE e do Japão, respectivamente. Chesnais (1996: 130) pondera ainda que a racionalização e flexibilização da produção reduziu a importância do custo trabalhista, permitindo *deslocalizações* próximas ao centro.

<sup>10</sup> “...a liberalização comercial deu um impulso às exportações, mas com uma inflexão nítida a favor dos produtos intermediários.” Chesnais (1996: 224). Ou ainda, a “*deslocalização [desintegration] da produção proporcionou intrinsecamente mais comércio, já que insumos intermediários cruzam fronteiras várias vezes durante o processo produtivo.*” Feenstra (1998).

industrializadas, mas tão somente reforça, agora de forma mais hierarquizada, laços de dependência antigos, perpetuando um ciclo de ausência de autonomia-incapacidade de criar espaços e acumular oportunidades de desenvolvimento dinâmicos e sustentados.

Desta feita, subentende-se que o papel dinamizador das formas de valorização no presente estágio do capitalismo contemporâneo – explicitado pelos fenômenos da globalização – é desempenhado pela grande corporação multinacional, com impactos heterogêneos sobre países e sobre suas sociedades.

Aos agentes econômicos dos países em desenvolvimento caberia um papel passivo nestes fenômenos, posto que a nova dinâmica concorrencial empreendida pelos líderes de oligopólios mundiais, e apoiada por instituições multilaterais e governos, reforça laços hierárquicos, sobretudo ao concentrar os ativos e atividades que são as principais<sup>11</sup> fontes de inovação, aprendizagem e rentabilidade nos países sedes, em geral localizadas no centro já dotado de fatores sistêmicos relevantes. Tal concentração limita fortemente a difusão dos conhecimentos e habilidades que poderiam beneficiar países semi-industrializados em sua busca por desenvolvimento sustentável.

## **1.2 Regionalização: globalização de jure e de facto**

Outro fenômeno histórico que vem se desencadeando no capitalismo mundial é o que se conveniu denominar regionalização. *Grosso modo*, entende-se por regionalização o processo de formação de blocos de países economicamente integrados – em maior ou menor grau. A maior parte dos acordos de integração regional<sup>12</sup> são de fato a associação de países regionalmente próximos, embora haja exceções como a APEC que congrega países genericamente banhados pelo Pacífico, mas tão afastados como Chile e Japão.

---

<sup>11</sup> Centros de decisão: departamentos financeiros, departamentos de criação e design, laboratórios de P&D. Por exemplo, “*a P&D nunca foi deslocalizada no mesmo grau que a produção.*” (Chesnais, 1996: 146) ou ainda “*a regra, em matéria de organização e localização do P&D tem sido sempre(...)sua centralização no país de origem do grupo*” especialmente porque a P&D tem um caráter estratégico para a empresa. (Chesnais, 1996: 149).

<sup>12</sup> *Regional Integration Arrangements* (RIA's). As vezes *Regional Trade Agreements* (RTA's) ou ainda *Preferential Trade Agreements* (PTA's). Para uma visão crítica das definições, ver Bhagwati et alli (1998). Para um quadro sintético de alguns acordos regionais desde 1957, ver Frankel (1997: 8-9). Para sínteses mais recentes, ver Mansfield & Milner (1999).

Autores como Bhagwati (1993), Krugman (1993)<sup>13</sup>, Di Fillipo (1997), Frankel (1997) e Winters (1996B) afirmam que, nos últimos anos, a intensificação destes acordos, sobretudo aqueles destinados a liberalizar fluxos comerciais entre os países membros, deve-se à morosidade dos acordos multilaterais de liberalização, como os definidos no âmbito do GATT, depois OMC<sup>14</sup>. A ineficiência inerente de negociações amplas teria fomentado o recrudescimento de acordos de integração regional que, pelo escopo, tamanho e o benefício da proximidade física e, muitas vezes, cultural, seriam mais exequíveis.

À esta questão, Pereira (1993) acrescenta que o fim da Guerra Fria e da bipolaridade mundial transferiu para variáveis econômicas os elementos motivadores de acordos políticos supra-nacionais. Neste sentido, a regionalização explicitada na formação de três grandes blocos econômicos, na América, sob influência dos EUA, na Europa, controlada pela CEE, e na Ásia, comandada pelo Japão, seria não apenas uma resposta ao vazar do GATT, mas uma estratégia defensiva de concorrência entre as unidades econômicas inter-triádicas. Neste sentido, a constituição de três grandes áreas de influência econômica poderia acirrar a rivalidade entre os líderes da Triade, agora estendida para uma possível rivalidade inter-bloco<sup>15</sup>.

Independentemente da motivação, é fato que as décadas de 80 e 90 presenciam um *segundo regionalismo* (Bhagwati, 1993 ou Bhagwati et alli, 1998), uma *nova onda* (Mansfield e Milner, 1999) de acordos regionais, explicitados, por exemplo, pela consolidação da CEE e a proliferação de novos acordos de integração regional, como o Mercosul, o Nafta, o CARICOM, o Pacto Andino, a APEC entre outros. Segundo Mansfield e Milner (1999: 600), nos anos 90, 50% do comércio mundial passou a ser realizado no âmbito de acordos preferenciais, assim como a grande maioria dos países afiliados à OMC participam de pelo menos um destes acordos. Isto significa que o incremento de acordos regionais deu-se em paralelo ao processo de liberalização multilateral. De fato, acordos multilaterais

---

<sup>13</sup> “(...)é evidente que as relações de liberalização comercial centralizadas no GATT estão com problemas consideráveis.” (Krugman, 1993: 58).

<sup>14</sup> Bhagwati (1993: 29 e seguintes) pondera ainda que o “segundo regionalismo” emergiu nos 80’s impulsionado pela adesão prática dos EUA ao artigo XXIV do GATT que “autoriza” uniões aduaneiras e áreas de livre comércio (ALC). A entrada dos EUA no jogo das ALC referendou um generalizado “senso de que o regionalismo está na ordem do dia, e os outros [países] devem adota-lo em seguida.”

<sup>15</sup> Também Oman (1994: 65 e seguintes) relaciona a onda regionalista com a emergência da Triade como *locus* econômico primordial e ao fim da bipolaridade política.

não foram abandonados, pelo contrário, completou-se a Rodada Uruguai, criou-se a OMC, expandindo a influência do GATT e o alcance da liberalização comercial<sup>16</sup>.

Por outro lado, Ethier (1998) sustenta que o recente aumento de acordos de integração regional é função do crescente êxito de negociações multilaterais, especialmente a conclusão da Rodada Uruguai “*O Novo Regionalismo é, em grande parte, um resultado direto do sucesso da liberalização multilateral.*” Ethier (1998: 1160)

A constituição de novos acordos regionais significa para Oman (1994) um novo desdobramento do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Este autor entende que os processos de regionalismo e globalização não são necessariamente antagônicos ou diferidos no tempo, especialmente porque os processos de integração regional seriam a expressão política ou formal (*de jure*) da integração econômica *de facto*, conduzida não por acordos políticos de redução de barreiras mas por “forças centrífugas” do atual estágio do capitalismo mundial, caracterizando-se como um fenômeno essencialmente microeconômico, em que a estrutura concorrencial e as estratégias de empresas transnacionais desempenham papel essencial<sup>17</sup>.

Posto que as novas formas de produção ditas “flexíveis” ou “pós-fordistas” valorizam a proximidade entre o usuário e a cadeia produtiva como um todo, empresas transnacionais que competem globalmente adotam estratégias de localização e produção (inclusive de fornecedores) regionais<sup>18</sup>. Ou seja, estimula-se a criação de redes produtivas localizadas regionalmente, de modo a explorar mercados regionais através de formas produtivas que exigem a proximidade de fornecedores.

Com o que concorda Coutinho (1995: 22), já que “(...) *as grandes empresas oligopolistas tornam-se agentes ativos dos processos regionais de integração comercial na medida em que suas estratégias de produção e mercado são primordialmente regionais ou macro-regionais – enquanto que suas estratégias tecnológicas e financeiras permanecem sendo eminentemente globais ou mundiais*”.

---

<sup>16</sup> A anunciada entrada da China na OMC e uma possível submissão às normas do comércio mundial são o mais recente capítulo da liberalização multilateral.

<sup>17</sup> “ (...) *se compreende melhor a globalização se considerá-la um fenômeno essencialmente microeconômico, cujas forças motrizes são o comportamento e as estratégias das empresas, mesmo que, no nível macroeconômico, a globalização financeira desempenhe papel fundamental.*” (Oman, 1994: 14)

<sup>18</sup> “*A crise do sistema fordista, conjugado com a globalização e as características do sistema pós-fordista (...), edificam igualmente a dinâmica do movimento atual de regionalização.*” (Oman, 1994: 63)

Neste sentido, a regionalização conteria motivação microeconômica *de facto*, e não apenas elementos e motivações políticas *de jure* que se opõem aos processos estritamente econômicos da globalização. Assim, estende-se para o âmbito regional a força motriz do processo de globalização, isto é, a regionalização fomenta a concorrência entre empresas transnacionais, complementando, reforçando a globalização.

De fato, “*a regionalização pode portanto ser uma resposta à globalização e, ao mesmo tempo, estimular as forças microeconômicas que são o motor da globalização. (...) Isto é, não são [fenômenos] inevitavelmente antitéticos ou antagônicos. No momento em que a regionalização contribui para consolidar o jogo da concorrência, os dois processos tendem principalmente a se reforçar.*” (Oman, 1994: 16-17)

Segundo esta conceituação, a globalização implicaria obstáculos aos países em desenvolvimento (PED). A emergência da produção flexível (pós-fordista) e a lógica da globalização (impulsionada pela concorrência de um oligopólio mundial) significaram, por um lado, a redução das “vantagens comparativas” dos países subdesenvolvidos na produção de bens intensivos em mão-de-obra, o que altera a maciça deslocalização produtiva em marcha desde os 50’s e sua inserção na economia mundial; e por outro lado, transforma as atuais realocações em estratégias de exploração de mercados regionais e não mais mundiais, o que novamente limita a inserção dos PED<sup>19</sup>. Além disto, se a regionalização for entendida também como uma vertente institucional da globalização e se for consolidada a tripolaridade econômica mundial, é provável que a conformação política resultante exclua ainda mais os PED, sobretudo se for consolidado o protecionismo central em áreas sensíveis aos PED, como agricultura.

“*Em resumo, para uma grande quantidade de PED, e para um grande segmento da população mundial, o risco de exclusão da dinâmica de desenvolvimento da globalização é, atualmente, ainda mais que no passado, real.*” (Oman, 1994: 20).

---

<sup>19</sup> “(...) centros de produção continuarão a se deslocalizar para regiões de baixos salários, mas para servir mercados regionais, e não mais mundiais(...). Assim, por exemplo, a produção destinada ao mercado europeu (...) que se deslocaliza da França ou da Alemanha, irá majoritariamente para a Europa do Leste ou Meridional, em lugar da América Latina ou Ásia.” (Oman, 1994: 18)

Assim, o novo contexto da produção mundializada, enseja movimentos de integração regionais *de jure*, como se fora para respaldar, mas também facilitar, a integração econômica inerente ao novo estágio do capitalismo. Novo estágio que, entretanto, reafirma, centralizando e hierarquizando, velhas formas de relacionamento entre os países centrais e aqueles da periferia.

### **1.3 Um debate: regionalismo versus multilateralismo**

A retomada, exitosa a partir dos anos 80, da regionalização *de jure*, quer por questões políticas, quer por razões econômicas *de facto*, re-instalou-se um debate conceitual que não se restringe aos círculos acadêmicos, mas serve aos ditames de política econômica – especialmente em seu matiz comercial.

*Grosso modo*, tal “debate” procura contrapor as vantagens teóricas e políticas de aparatos institucionais e normativos dedicados à integração regional em relação àqueles voltados a uma integração multilateral. Às correntes do regionalismo e do multilateralismo se ofereceriam “pacotes” conceituais que referendariam decisões de política econômica destinadas a implementar blocos regionais ou intensificar as relações econômicas de forma multilateral.

Debate com ares de confronto, expressos em boa parte da literatura dedicada essencialmente ao tema<sup>20</sup>, pode ser sintetizado como se segue:

O multilateralismo defende que a perseguição do livre comércio deve ser o objetivo dos *policy makers*, especialmente por ser a única postura que garantiria a maximização do bem-estar econômico dos agentes envolvidos no mercado mundial. De fato, defensores desta corrente, descendentes da tradição liberal de Ricardo, entendem que quaisquer obstáculos ao comércio mundial prejudicam a perfeita alocação dos recursos e, por extensão, o bem-estar mundial.

O objetivo primordial, portanto, seria adequar as normas e regras do comércio mundial ao ideal do livre comércio e seus teoricamente inquestionáveis benefícios para o bem-estar econômico, evitando sempre que possível qualquer tipo de restrições, inclusive aquelas representadas por acordos regionais

---

<sup>20</sup> Bhagwati (1993, 1998), Krugman (1993), Yeats (1997), Winters (1996a, 1996b), Bergsten (1998), Frankel (1997), Bird (1999), Mansfield e Milner (1999), Ethier (1998), entre outros.

preferenciais (desde áreas de livre comércio até uniões aduaneiras), potenciais focos de desvio de comércio e, portanto, de bem-estar<sup>21</sup>. Os acadêmicos que defendem o multilateralismo (Bhagwati, 1993 ou Bhagwati et alli, 1998, por exemplo) concentram suas críticas ao regionalismo inicialmente através da ótica vineriana, identificando na possibilidade de desvio de comércio o caráter inerentemente prejudicial ao *welfare* destes acordos preferenciais. Se verá adiante que as novas teorias do comércio permitem o relaxamento das implicações da problemática *trade diversion/trade creation*, o que por sua vez permite acatar o regionalismo mesmo dentro da lógica ortodoxa (ver Ethier, 1998<sup>22</sup> ou Summers, 1991).

Segundo Bhagwati (1993), a onda regionalista dos últimos anos (*second regionalism*) seria inoportuna, embora inevitável porque dotada de apelo político. De fato, embora sejam admitidos pontos favoráveis ao regionalismo, o autor os considera excessivamente ligados à política, sem elementos catalisadores na esfera econômica<sup>23</sup>, e portanto frágeis do ponto de vista científico. Ainda que fosse possível aceitar benefícios em termos políticos e benefícios indiretos (e incertos) de bem-estar, a eficiência de acordos regionais seria uma assertiva inconclusa<sup>24</sup>. Mesmo assim, autores como Bhagwati et alli (1998) procuram sustentar teoricamente a relevância do desvio de comércio para a formação de blocos preferenciais e porque isto ainda representa efeitos deletérios para o sistema mundial.

Neste sentido, a solução normativa para o imperativo econômico seria o aprofundamento da liberalização em escala mundial de intercâmbios entre países. A solução multilateral seria o objetivo, teórico e de política econômica, a ser atingido, em detrimento de opções regionais.

Antes de descrever as características do marco conceitual do regionalismo, é importante ressaltar que para Oman (1994: 33, 34), o presente processo de globalização produtiva (cuja principal expressão formal ou política, é o *regionalismo*) não pode ser confundido com multilateralismo, expressão política da internacionalização típica do pós-guerra. Além disto, é importante ressaltar que,

---

<sup>21</sup> Para um tratamento formal de uniões aduaneiras e áreas de livre comércio em contraste com liberalizações sem preferências consultar Viner (1950) para a interpretação original ou El-Agraa (1982) para um *survey* teórico sobre a questão.

<sup>22</sup> “*A perspectiva vineriana, embora não irrelevante, deve ser secundária em modelos teóricos que analisam o novo regionalismo.*” Ethier (1998:1150)

<sup>23</sup> O que é compartilhado por Krugman, 1993: 58 “(...) *as questões reais não podem ser vistas estritamente pela ótica econômica. Regimes comerciais internacionais são esquemas essencialmente políticos.*”

<sup>24</sup> Segundo Krugman (1993: 75) “*a questão normativa é: a formação destes blocos [regionais de comércio] resultará em criação ou desvio de comércio? A resposta é clara: mais pesquisa é necessária.*”

diferentemente dos outros autores, Oman trata multilateralismo e regionalismo não como uma bandeira da perfeição teórica ou como um *second best* construtivo em termos de livre-comércio (e por extensão em termos de bem-estar econômico mundial), mas tão somente como reflexos políticos dos desenhos do capitalismo do pós-guerra e da globalização atual, respectivamente.

A emergência prática de acordos regionais se deu em concomitância a recentes desenvolvimentos teóricos. De fato, o novo contexto econômico mundial estimulou o aparecimento de novas teorias explicativas do comércio internacional, mesmo dentro do marco teórico ortodoxo. Modelos baseados em conceitos como concorrência monopolística e aproveitamento de economias de escala<sup>25</sup> puderam responder às novas motivações dos fluxos reais, sobretudo aqueles referentes a comércio intra-industrial e entre países com dotação de fatores semelhantes. Por exemplo, o uso de modelos de economia monopolística é mais afeito a uma realidade do comércio internacional baseado nas estratégias de empresas transnacionais, muitas vezes regentes das novas formas produtivas e participantes de um “oligopólio mundial” que, por sua vez, estimula o comércio intra-firma tanto de produtos finais quanto de insumos intermediários<sup>26</sup>.

Tais teorias, ao *questionarem*, mas não *rechaçarem* (Krugman, 1988: 44) o poder explicativo de conceitos como das vantagens comparativas permitem sustentar teoricamente processos historicamente inevitáveis de regionalização. Ou seja, para autores como Krugman (1988), Dornbusch (1989), e Di Filippo (1997), esquemas normativos de integração regional seriam estimulados e, ao mesmo tempo, estimulariam o comércio intra-industrial e o aproveitamento de economias de escala, capacitando as economias para inserções mais dinâmicas no cenário capitalista global. Esquemas de integração reforçariam laços de intercâmbio entre países de estrutura produtiva semelhante ao permitir, por um lado, a ampliação da escala e aproveitamentos de economias relacionadas; e por outro, o incentivo ao desenvolvimento de progresso técnico, potencializado por um esforço comum repartido entre empresas e instituições dos países associados (Di Filippo, 1997: 30-31).

---

<sup>25</sup> Ver Helpman & Krugman (1985) ou Krugman (1988, 1990). *Surveys* em Helpman (1999), Ocampo (1993), Harris (1995), ou Di Filippo (1997).

<sup>26</sup> “Uma segunda forma de comércio intraindustrial é aquela que dá lugar ao comércio de peças, partes e componentes(...). A concorrência monopolística é a forma de mercado mais freqüente em que operam as empresas dedicadas a este tipo de comércio, e cuja uma parte importante é de comércio intra-firma(...)” Di Filippo (1997: 23)

Assim, o regionalismo estaria justificado também conceitualmente como um instrumento de integração econômica compatível com as modernas teorias explicativas do comércio, e mais, seria complementar ao processo histórico de mundialização em curso no capitalismo contemporâneo. Seria o marco referencial de um cenário *emergente* (globalização), em detrimento a um contexto *tradicional minguante*<sup>27</sup>.

Vários analistas<sup>28</sup> entendem a possibilidade teórica e a inevitabilidade histórica de processos de regionalismo. Sobretudo se o movimento de integração entre países de uma mesma região cumprir as vezes de uma etapa *antecessora* de uma crescente liberalização multilateral.

Assim, aceita-se que a instituição normativa de acordos regionais de livre-comércio pode, se controlados certos fatores políticos, estimular uma trajetória rumo a uma sólida liberalização mais ampla (seriam casos de “*building blocks*”), apesar dos riscos do processo propiciar entraves a este objetivo primordial (casos de “*stumbling blocks*”). Afastados os riscos, acordos e blocos regionais seriam não apenas um *second best*, mas fundamentalmente uma etapa construtiva rumo a uma postura de liberalização cada vez mais ampla.

Frankel (1997), entende que elementos que favorecem a formação de *building blocks* têm prevalecido sobre fatores que poderiam levar a blocos fechados, prejudiciais ao objetivo maior da liberalização geral. Elenca fatores positivos aos *building blocks*, sintetizados como se segue.

- Efeito lock-in e mobilização regional, promovendo a irreversibilidade das medidas liberalizantes, mais facilmente adotadas se associadas ao apelo regional;
- Eficiência da negociação a partir de maiores unidades, agilizando rodadas de negociação (é mais exequível negociar com 10 blocos do que com uma centena de pequenos países, por exemplo);
- Obtenção de apoio político à liberalização a partir de fortalecimento de agentes exportadores, escalonando assim o apoio interno em função de benefícios conseguidos com a regionalização por setores específicos;

---

<sup>27</sup> Di Filippo (1997).

<sup>28</sup> Krugman (1988 e 1993), Dornbush (1989), Frankel (1997), Fernández (1997), Puga & Venables (1996), entre outros.

- 'Liberalização competitiva', ou o efeito-demonstração provocado pela proliferação de acordos regionais, incentivando sucessivas rodadas de liberalização;
- Crescimento contínuo dos blocos regionais, explicitado pelos pedidos de adesão a um bloco já constituído<sup>29</sup>.

Segundo o autor, tais fatores têm prevalecido sobre aqueles que colocam em risco a trajetória multilateralizante de blocos regionais, ou seja, elementos<sup>30</sup> que favoreceriam a efetivação de *stumbling blocks* em detrimento de *building blocks*.

“Assim, o efeito político líquido da redução de barreiras regionais pode sustentar a liberalização também em relação a não-membros. O efeito de uma liberalização adicional tem sido, em muitos casos, mais do que suficiente para compensar quaisquer desvios de comércio ocasionados diretamente pelos próprios acordos regionais originais.” Frankel (1997: 227).

Descrevendo vantagens políticas (como segurança, poder de barganha, e efeitos *lock-in*), e econômicas ligadas agora às vantagens não tradicionais (competição e escala, comércio e localização), BIRD (1999) entende que a nova onda regionalista conta com três características diferenciadoras do regionalismo do pós-guerra, a saber:

- procuram transcender questões tarifárias como o centro dinâmico do processo, buscando uma “integração profunda”, inclusive no campo cultural;
- se constituem como blocos abertos, comprometidos com o incentivo (“*boosting*”) e não com o controle do comércio internacional;
- e finalmente permitem acordos entre países na esfera norte-sul, antes inviabilizados pelo apego a teorias tradicionais do comércio internacional.

---

<sup>29</sup> A pretendida adesão, algumas aceitas, de países do leste europeu à CEE e a futura adesão de Bolívia e Chile ao Mercosul são exemplos da efervescência de adesões aos blocos regionais.

<sup>30</sup> Além da insolubilidade empírica da questão criação/desvio de comércio, elenca-se como fatores negativos aos *building blocks*, fatores como: poder de barganha dos blocos (incentivando o protecionismo contra terceiros); manipulação de interesses (por parte de setores beneficiados com acordo regional); recursos limitados para negociação (podem se exaurir na rodada regional de liberalização); apoio esgotável das firmas à liberalização contínua (podem se satisfazer apenas com regionalização).

De fato, novas teorias, já discutidas anteriormente, ampliam os leques de benefícios da integração, sobretudo porque permitem que mercados pequenos unidos regionalmente, alcancem economias de escala, reduzam poderes monopólicos internos (com benefícios para o bem-estar) e atraíam IDE, com benefícios para a rede industrial<sup>31</sup>.

De forma semelhante, ao descrever vantagens não tradicionais do regionalismo, isto é, vantagens não compatíveis com modelos econômicos tradicionais, Fernandéz (1997: 30) argumenta que acordos de comércio regionais permitem reduzir incertezas, aumentando credibilidade e sinalizando, por um lado, uma trajetória de liberalização; e, por outro, permitindo horizontes políticos e econômicos estáveis e atraentes para investimentos, inclusive estrangeiros diretos. Trajetória e horizonte que não apenas favoreceriam, mas seriam pré-requisitos de uma liberalização ampla<sup>32</sup>.

Por sua vez, Krugman (1993: 75) afirma que o regionalismo não é apenas uma etapa mais eficaz de liberalização, mas é a única opção neste sentido. “(...)por uma série de razões, a capacidade para se empreender uma solução cooperativa em nível multilateral está em declínio, enquanto que em nível regional permanece razoavelmente forte.”

Ainda que sua postura seja parcial, posto que aceita apenas acordos norte-sul em detrimento a acordos sul-sul, Krueger (1995: 111) entende que mesmo para os países em desenvolvimento zonas de livre comércio (ZLC's) regionais são uma oportunidade de acesso a mercados importantes que, no entanto, não ocasionam o enfraquecimento de relações multilaterais. De fato, “*atualmente, sem dúvida, as ZLC's podem contribuir (...) ao invés de corroer o sistema aberto de comércio multilateral.* (grifo original)”.

Também Bergsten (1998: 15) afirma que os patrocinadores do regionalismo “*argumentam que os acordos regionais promovem comércio mais livre e multilateralismo em pelo menos dois sentidos: o de que a criação de comércio excede o desvio de comércio e o de que acordos regionais contribuem para a dinâmica tanto interna quanto internacional que amplia, em vez de diminuir, as perspectivas de liberalização global.*”

---

<sup>31</sup> Veremos que tal assertiva justifica também acordos de integração regional na esfera sul-sul, isto é, entre países em desenvolvimento, posição não necessariamente defendida por este texto (BIRD, 1999: capítulo 4).

Apesar de divergências sobre os benefícios – se econômicos ou políticos – dos diversos graus de integração regional, os analistas em questão entendem que processos regionalistas estão em sintonia com o objetivo da liberalização comercial mais ampla. Mesmo Winters (1996a, 1996b), mais cético<sup>33</sup>, entende que o regionalismo possa contribuir para a conquista do multilateralismo, ainda que com riscos. Já defensores do multilateralismo como Bhagwati (1993) ou Yeats (1997) procuram explicitar preocupação quanto à capacidade de acordos regionais promoverem o livre-comércio em escala mundial, o que ameaça o bem-estar do mundo.

Outros analistas adotam pontos de vista diferentes. Procuram demonstrar que processos de integração regional, mesmo aqueles empreendidos pela periferia (integrações tipo sul-sul) e aqueles em que prevalece algum tipo de desvio de comércio<sup>34</sup>, podem promover benefícios econômicos, dinâmicos e estáticos. De fato, ao retomar a discussão das novas teorias do comércio, pode-se indicar alguns dos benefícios presentes em acordos comerciais entre países periféricos, como os do Cone Sul.

Dornbusch (1989) parte do princípio de que uma união aduaneira pode representar, antes de tudo, um benefício social, sobretudo se representar um grau de proteção que a sociedade estaria disposta a aceitar, de modo a garantir a presença de produção industrial local. Mesmo que ineficiente nos termos ortodoxos, isto é, gerando desvio de comércio, a manutenção de produção regional pode ser aceitável socialmente, promovendo, ao longo do tempo, benefícios como criação de comércio, acesso preferencial a novos mercados, criação de *bens regionais*, geração de renda, entre outros.

O benefício da criação de comércio é tanto maior quanto maior a possibilidade de complementação setorial e especialização intra-industrial. No que concorda também Bekerman (1993) ao comentar que as novas teorias do comércio admitem existência de vantagens em uma união aduaneira. Mesmo sendo uma etapa provisória e transitória rumo ao multilateralismo, uma integração regional seria capaz de implementar economias de escala reconvertedoras da capacidade competitiva industrial no ambiente integrado (protegido pela tarifa externa comum, TEC). Daí resulta ser

---

<sup>32</sup> “De fato, em muitos casos a redução da incerteza resultante de um acordo regional de comércio pode ser mesmo uma pré-condição necessária para realizar ganhos com uma liberalização como um todo.” (Fernandéz, 1997: 30)

<sup>33</sup> “Uma experiência de regionalismo não é suficiente para garantir imediatamente um sistema razoavelmente multilateral”, mas “(...), por permitir uma mais forte internalização de ganhos com a liberalização do comércio, parece capaz de facilitar liberalização em circunstâncias e setores muito protegidos” Winters (1996a: 56-58).

importante a implementação de acordos setoriais e ou intra-industriais no âmbito da integração, de modo a garantir a reconversão. De fato, *"isto exporia a conveniência de consolidar a experiência integradora em certos setores como um passo prévio a uma maior abertura generalizada de ambas as economias com o resto do mundo."* (Bekerman, 1993: p. 1044).

O benefício do acesso ao mercado, ignorado pela teoria tradicional, torna possível, por exemplo, transferências de renda intra-regionalmente que, por sua vez, tornam regionalmente neutros possíveis prejuízos macroeconômicos advindos da formação da união. De fato, *"o que para um país sócio é desvio de comércio e perda de renda tarifária é lucro para nós"* (Dornbusch, 1989). Bens regionais são ganhos competitivos pois, devido à proximidade geográfica, ocorre redução dos custos de transporte dos produtos, inferindo rendas indisponíveis em um processo unilateral de abertura.

Dornbusch afirma, ainda, que a união aduaneira pode reverter os efeitos negativos dos custos ineficientes resultantes da proteção regional através de três formas. A primeira é a obtenção de vantagens comparativas regionais, que se dá com processos possíveis de complementaridade industrial. Em ambiente regional liberalizado, estas especializações incitam a intensificação da produtividade, aumentando as vantagens comparativas regionais, reconvertendo assim a velha estrutura produtiva, sem, no entanto, desindustrializar qualquer dos sócios que, devido à especialização setorial, mantém pelo menos alguma produção<sup>35</sup>.

Outro benefício social, segundo Dornbusch (1989) diz respeito à possibilidade de implementação de economias de escala devido à ampliação dos mercados (os nacionais poderiam ser muito pequenos para a montagem de plantas mínimas) e das complementações setoriais. Tais economias de escala induzem a novos ganhos de produtividade, melhorando o componente de competitividade da indústria regionalizada.

Por fim, a última forma de redução de custos é a ampliação do leque de produtos para consumo, cuja grande variedade traz benefícios sociais; e, mais importante, o aumento da concorrência dentro da

---

<sup>34</sup> *"Mesmo acordos preferenciais de comércio que têm desvio de comércio podem incrementar o bem-estar de seus membros ao influenciar seus termos de troca e sua capacidade de realizar economias de escala."* Mansfield e Milner (1999: 593)

<sup>35</sup> Segundo Cisneros e Campbell (1996) isto é evidenciado pelo fato de que a especialização produtiva não gerou, ao menos na fase de consolidação da integração, caricaturas perversas: *"Foram desmentidos pela realidade os temores, manifestados por alguns setores em algum momento, que afirmavam que a Argentina iria se transformar no 'granero' do Mercosul e o Brasil em 'la fábrica'".*

região. Quanto maior o mercado criado, maior a possibilidade de que a indústria regional encontre um equilíbrio oligopólico não prejudicial, novamente incentivando o aumento de produtividade. Assim, este autor afirma que apesar de custos econômicos, uma união aduaneira cria compensações, cujos benefícios podem minimizar tais custos e, mais, transformar a estrutura industrial da região, capacitando-a competitivamente. Assim, Dornbusch defende que "(...) *união aduaneira pode ser uma alternativa muito importante para diminuir os custos da substituição de importações mediante integração regional.*" (Dornbusch, 1989).

E mais. a integração regional, ao representar uma “liberalização protegida”, ainda que possa significar desvio de comércio, permite o decisivo apoio político de atores produtivos que, pelo menos nos países latino-americanos, sempre foram no mínimo reticentes quanto à liberalização comercial. Se estes atores operam em indústrias com economias de escala, defenderão estratégias de integração regional, já que não serão imediatamente expostos à concorrência internacional ampliada e, além disto, obterão acesso privilegiado a novos mercados. Desta forma, segundo Mansfield e Milner (1999:604), a opção destes atores pela integração regional é função da expectativa de aumento de competitividade e não apenas da possível proteção temporária representada pela regionalização.

Neste mesmo sentido, Krugman (1988) afirma que as novas teorias explicativas do comércio internacional são perfeitamente aplicáveis a países menos desenvolvidos. Uma vez integrados, vantagens como economias de escala poderiam ser melhor aproveitadas por ambos os países que têm dotação de fatores semelhantes, tal como em integrações regionais do tipo norte-norte. Neste sentido, a emergência de comércio intra-industrial evidenciaria benefícios advindos da integração, mesmo que tal intercâmbio representasse, num primeiro momento, desvio de comércio.

*Surveys* de Ocampo (1993), Harris (1995) e Di Fillipo (1997) também demonstram que, de fato, as novas teorias podem ser adaptadas para a compreensão da inserção comercial de países em desenvolvimento e, por extensão, podem justificar, inclusive teoricamente, processos de integração regional entre países periféricos.

Por exemplo, Di Fillipo (1997: 30), “*a integração ajuda a resolver um círculo vicioso, pois uma empresa ou setor produtivo pode não ser internacionalmente competitivo porque sua escala é reduzida, mas não pode aumentá-la porque não tem condições de competir (nem sequer penetrar) nos*

*mercados mundiais. (...) A integração com economias de similar estrutura e grau de desenvolvimento pode ser um passo intermediário que contribui para solucionar esta espécie de paradoxo.”*

O autor afirma ainda que, para os países latino-americanos, a adesão a formas multilaterais ou mesmo aberturas unilaterais estimulam o comércio inter-industrial, com reflexos na deterioração dos termos troca e outras pontos negativos ao desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a adesão a acordos regionais na América Latina, tanto em esfera hemisférica (do tipo norte-sul) quanto em esfera sub-regional (do tipo sul-sul), têm estimulado modalidades de comércio intra-industrial e intra-firma de manufaturados, relacionados com o aproveitamento de economias de escala e especialização e se valendo das estratégias das empresas transnacionais (ET). Ao aumentar a escala da demanda, ou garantir acesso a outros mercados, pode-se atrair investimentos diretos estrangeiros para a indústria que, por sua vez, podem gerar externalidades positivas, sobretudo no campo tecnológico, que por seu turno, pode auxiliar na trajetória de ruptura com a condição periférica<sup>36</sup>. Também para Ethier (1998) acordos de integração regional na periferia são apelo para a atração de IED que, beneficiam os receptores e, ao incrementar a competição entre países pela atração destes investimentos via proliferação de acordos regionais, incrementam ainda mais a liberalização generalizada do comércio mundial.

*“No eixo sul-sul, o comércio intra-industrial e intra-firma é estimulado por acordos de integração, como as uniões aduaneiras que se constituíram na América do Sul (Mercosul e Grupo Andino), em cujo marco todos os países são, por sua vez, sedes de atividades produtivas e principais mercados de destino. Neste caso, a localização das ET busca reduzir custos mediante a distribuição de atividades produtivas dentro da união, mas também indica que a produção destina-se fundamentalmente ao mercado integrado em que se instalam.” (Di Filippo: 32)*

Entretanto, para este autor, o benefício advindo da integração entre países periféricos que poderia incrementar ainda mais o desenvolvimento sustentável de seus membros diz respeito à possibilidade de incrementar (ou implementar) ações de cooperação e complementação nos campos da ciência e tecnologia, com reflexos positivos na capacidade inovativa (e portanto, competitiva) de

grupos locais. A integração possibilitaria a implementação de “*economias de escala em um âmbito institucional*”. (Di Fillipo, 1997: 33)

Também advogam neste sentido analistas e *policy makers* da América Latina<sup>37</sup>, para os quais os acordos de integração da região, catalisados nos anos 90 (notadamente Mercosul, Caricom, Pacto Andino), promovem oportunidades de inserção externa das economias regionais mais compatíveis com um desenvolvimento sustentável e dinâmico, sem no entanto isolarem-se em blocos fechados.

Assim como preconizado por Bergsten (1998), organismos internacionais como a Cepal defendem que acordos de integração regional primem pela possibilidade de construir trajetórias “para fora”, isto é, que estimulem a inserção recíproca de terceiros mercados, através de acordos multilaterais ou “bloco a bloco”<sup>38</sup>. Seria portanto o *regionalismo aberto* (Cepal, 1994) a mais adequada forma de integração dos países da América Latina, especialmente porque permite se valer das vantagens (econômicas, políticas e culturais) da integração entre semelhantes ao mesmo tempo que permite uma inserção ativa na globalização.

Ainda que tal assertiva difira das idéias originais das tentativas de integração latino-americana (ver Prebisch, 1949 ou Sunkel, 1998<sup>39</sup>), o *regionalismo aberto* poderia promover benefícios para região, além de se adaptar tanto às novas características do capitalismo mundial (regionalização *de jure*) quanto às novas teorias de comércio exterior e funções normativas de política econômica (“*building blocks*”).

O quadro 1.1 abaixo procura sintetizar as opções de política econômica a partir do debate entre multilateralismo e regionalismo, aceitando que este último pretende sempre ser aberto, no conceito de Cepal (1994, 1998c)<sup>40</sup> ou Bergsten (1998) e compatível com as regras multilaterais (com artigo XXIV

<sup>36</sup> Di Fillipo (1997: 48 e seguintes) indica que o IDE tem papel decisivo nos processos de regionalização e nos processos de capacidade de gerar progresso técnico. O autor é cético em relação a possibilidade das ET presentes nos países em desenvolvimento romperem a condição centro-periferia, sobretudo se o regionalismo for entendido como uma relação norte-sul, muitas vezes unilateral.

<sup>37</sup> Cepal (1994), Prado (1995 e 1997), Devlin (1996), Cisneros & Campbell (1996), Mendoza (1996), entre outros.

<sup>38</sup> Acordos Mercosul-EU são o caso típico de negociação inter-blocos, revelando disposição à abertura a favor de terceiros.

<sup>39</sup> “...não se sabe ao certo se será favorecida uma maior integração entre os países latino-americanos ou se tender-se-á a reproduzir novamente o histórico padrão centrífugo de maior integração de cada país com a potência dominante e não com seus vizinhos regionais.” Sunkel (1998: 13).

<sup>40</sup> “Em resumo o regionalismo aberto é um acordo preferencial que cria comércio entre os membros do acordo, sem incrementar as barreiras pré-existentes em relação ao restante dos países do mundo.” (Cepal, 1998c: item II)

do GATT, por exemplo). As opções também variam conforme o tipo de acordo regional, a saber acordos entre países desenvolvidos (N-N), entre desenvolvidos e em desenvolvimento (N-S) e entre países em desenvolvimento (S-S). Regionalismos abertos verticais (do tipo N-S) podem fragilizar posição competitiva dos países em desenvolvimento, mesmo que pudessem ter acesso aos mercados desenvolvidos, sobretudo porque poderiam sofrer fortes restrições às suas exportações em determinados setores<sup>41</sup>, podendo reafirmar uma especialização em produtos primários, sujeita à deterioração dos termos de troca.

---

<sup>41</sup> Ver Hufbauer (1999) para uma visão não otimista do acesso de países em desenvolvimento a mercados centrais.

**Quadro 1.1 - Síntese das opções normativas de adesão a esquemas de integração econômica**

		Teoria Econômica	Objetivos Declarados	Institucionalidade	Vantagens para membros	Riscos para Países em Desenvolvimento
Multilateralismo		Vantagens Comparativas	Livre-comércio global	Fóruns Multilaterais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Welfare</i> mundial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deterioração dos termos de troca</li> <li>• Especialização regressiva</li> <li>• Unilateralismo</li> <li>• Protecionismo via barreiras não-tarifárias</li> </ul>
Regionalismo Aberto	N-N	Concorrência Imperfeita	Livre-comércio global	UA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Welfare</i> mundial mais eficiente</li> <li>• Acesso a mercados</li> <li>• Economias de Escala</li> <li>• IDE</li> <li>• Poder de Barganha</li> <li>• Segurança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da capacidade de atrair de IDE</li> <li>• Isolamento</li> <li>• Unilateralismo e Protecionismo</li> </ul>
	N-S		Livre-comércio global	ALC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deterioração dos termos de troca</li> <li>• Especialização regressiva</li> <li>• Unilateralismo e Protecionismo</li> </ul>
	S-S		Desenvolvimento sustentável da periferia	UA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idem</li> <li>• Progresso técnico</li> <li>• Competitividade</li> <li>• Inserção ativa na globalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de <i>Welfare</i></li> <li>• Isolamento</li> </ul>

Fonte: Elaborado a partir de Bhagwati (1993), Krugman (1993), Dornbush (1989), Bergsten (1998), BIRD (1999), Fernández (1997), Di Filippo (1997), Cepal (1994), entre outros  
 Legenda:

N: norte, referência a países desenvolvidos  
 S: sul, referência a países em desenvolvimento  
 UA: União Aduaneira  
 ALC: Área de Livre-Comércio  
 IDE: Investimento Direto Estrangeiro

Cabe ressaltar que, a despeito das divergências em aspectos pontuais, existe praticamente consenso quanto às vantagens, no longo prazo, do livre comércio em escala mundial. O *mainstream* da teoria econômica entende que apenas o multilateralismo - antes, durante, ou depois de consolidados esquemas de regionalização - é capaz de maximizar o bem-estar mundial. Ou seja, apenas um processo amplo de liberalização comercial, calcado na inexistência de tarifas de importação e ou de acordos preferenciais, poderia explorar adequadamente as vantagens comparativas, estáticas e dinâmicas, de cada país adequando-os a um sistema internacional de comércio equilibrado que, somente por isto, seria capaz de maximizar benefícios e utilidades de todas as pessoas (os consumidores racionais) e países envolvidos. Assim, áreas regionais de livre comércio ou uniões aduaneiras não fariam sentido no longo prazo e, mais, seriam deletérias para todo o resto do mundo.

O “debate” sintetizado acima tangencia questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, no sentido em que ambas as correntes, em maior ou menor grau, procuram atingir o livre-comércio como objetivo final. A excessiva preocupação dos “regionalistas” em fomentar o multilateralismo explica, por exemplo, porque boa parte<sup>42</sup> de seus defensores entende que acordos de integração regional do tipo sul-sul, ou entre países periféricos, ameaça não apenas o ‘desenvolvimento’ dos países participantes, mas todo o sistema mundial.

A ameaça se concretizaria porque acordos do tipo sul-sul, sobretudo se discriminatórios contra terceiros, provocariam distorções artificiais na ‘vocação’ natural dos países envolvidos. Isto é, o princípio das vantagens comparativas permeia o objetivo-fim da retórica de boa parte dos “regionalistas”. E em nenhum momento discutem que alterar a dotação de fatores em direção a setores não ‘competitivos’ é um imperativo de países sub-desenvolvidos que, somente assim, poderiam romper a limitação da inerente deterioração dos termos de troca em sua pauta de comércio. Pauta fortemente influenciada por *commodities* primárias que, até hoje, 50 anos após Prebisch (1949) têm uma elasticidade-preço muito elevada quando da retração da demanda internacional.

---

<sup>42</sup> BIRD (1999), Frankel (1997), Krueger (1995), Fouquin e Siroen (1998), Puga e Venables (1996), Fernadéz (1997), etc.

Por outro lado, mesmo críticos da estratégia de desenvolvimento por substituição de importações – estratégia sugerida pela Cepal para o rompimento da condição periférica da América Latina imposta pela divisão internacional do trabalho – como Dornbush (1989) entendem que, de acordo com as novas teorias do comércio, processos de integração sul-sul podem beneficiar os países em desenvolvimento.

De qualquer maneira é mister acrescentar que o debate aqui apresentado não está encerrado nem teórica, nem politicamente. Não é possível testar empiricamente nem as teses regionalistas nem aquelas multilateralistas. Cabe a seguir, discutir como o processo de integração do Mercosul posiciona-se nesta problemática.

#### **1.4 Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul**

É a partir desta contenda entre regionalistas e multilateralistas que, com a participação de autores que advogam a integração também entre países em desenvolvimento, fomentou-se um debate sobre a capacidade do Mercosul estar ou não adequado às regras do jogo multilateral. A partir de Laird (1997) e sobretudo Yeats (1997) passou-se a discutir em alguns círculos acadêmicos e políticos dos países centrais a filiação do Mercosul ao sistema mundial.

Yeats (1997) critica os pressupostos e alguns dos primeiros resultados do Mercosul. Segundo este autor, dados empíricos indicariam que o aumento do comércio intra-regional estaria baseado em desvio de comércio. Trabalhando apenas com dados de exportação Yeats cria índices que pretendem medir as distorções comerciais presentes no Mercosul. De acordo com estes dados o aumento do comércio se deu exclusivamente por força dos acordos preferenciais entre os membros, sobretudo porque foram beneficiados setores que notadamente os países da região não teriam nenhuma vantagem competitiva fora de um bloco liberalizado internamente (setores intensivos em capital, como o setor de transporte).

De fato, as mudanças no patamar dos índices propostos “...foram provavelmente mais marcadamente influenciadas por fatores como mudanças diferenciais nas barreiras comerciais (como aquelas que acompanharam a formação do Mercosul)” (Yeats, 1997: 11). E mais, para o autor os produtos (intensivos em capital) cujas exportações intra-região mais cresceram são aqueles que o Mercosul não vem demonstrando capacidade para exportar competitivamente para nenhum

outro lugar (Yeats, 1997: 20). Ou seja são aqueles para os quais os países da região não têm, teoricamente vantagem comparativa<sup>43</sup>. Isto é, a metodologia desenvolvida pelo autor e seu referencial conceitual indicariam que o desvio de comércio evidencia-se no aumento de índices de exportação intra-região referentes a setores que, teoricamente, países como os do Cone Sul não têm vantagens comparativas. E se não as têm, o Mercosul prejudica o bem-estar mundial.

De fato, “*em resumo, as evidências sugerem que o Mercosul está se tornando menos, e não mais, internacionalmente competitivo em produtos em que o comércio está sendo mais rapidamente reorientado para a região.(...) Evidências sugerem que as próprias barreiras comerciais do Mercosul são a causa. (...) Assim, produtores locais estariam tendo grandes incentivos para operar com os preços maiores disponíveis nas vendas dos mercados do Mercosul.*” (Yeats, 1997: 18).

Por consequência, “*isto reduz exportações potenciais de terceiros mercados para o Mercosul, e, sob diversas circunstâncias, pode reduzir seu bem estar [dos terceiros mercados] em relação a uma liberalização multilateralmente não discriminatória. E mais, isto sugere que, graças às barreiras discriminatórias, os consumidores dos mercados internos ao Mercosul não estão tendo acesso a mercadorias de maior qualidade e menor preço.*” (Yeats, 1997: 30).”

Ou seja, estaria desenhado o risco do Mercosul (mas também de qualquer acordo preferencial regional) prejudicar tanto seu próprio bem estar, como o bem estar mundial. Para este autor, portanto, o Mercosul seria deletério não apenas por ser um acordo regional preferencial, mas sobretudo por ser entre países de estrutura econômica semelhante e com ausência de vantagens comparativas em diversos produtos objetos de transação. Seria o Mercosul prejudicial por ser um acordo regional e, pior, prejudicial por ser um acordo do tipo sul-sul.

Evidentemente, este artigo, inicialmente divulgado na imprensa internacional, suscitou diversas críticas e reafirmações da importância do Mercosul, presentes, por exemplo, em Devlin (1996), Cisneros e Campbell (1996), Mendoza (1996) e Cohen (1996) e Machado e Markwald (1997).

---

<sup>43</sup> “(...) a teoria econômica sustenta que países em desenvolvimento não têm vantagens comparativas em mercadorias intensivas em capital (...)”. (Yeats, 1997: 14). Se o comércio intra-regional cresce nestes setores, estaria evidenciado o desvio de comércio.

As principais críticas foram dirigidas à metodologia e às omissões do autor. De fato, o autor não trata das importações, variável fundamental para verificar se há desvio ou não de comércio. Neste ínterim, dados apresentados pelos críticos indicam que o processo de liberalização comercial do Mercosul não pretende excluir terceiros mercados, ao contrário.

Por exemplo, no que se refere às tarifas, a média da Tarifa Externa Comum (TEC) é sempre muito inferior àquelas praticadas dez anos antes da implantação do Mercosul. Isto se deve ao fato de que os países envolvidos já vinham praticando medidas liberalizantes de forma multilateral, o que é muito mais compatível com um “regionalismo aberto” (Cepal, 1994) do que com um “*stumbling block*”, como sugeriria o trabalho de Yeats. Aliás, mesmo autores que consideram pouco afortunado o retorno com força do regionalismo defendem que a determinação de TEC's baixas configuraria medida amenizadora da ineficiência deletéria dos acordos regionais (por exemplo, Bhagwati, 1993). De fato:

**Tabela 1.1 – Mercosul: Tarifas e outras taxas no Mercosul por produtos, 1986-95**

SICT	Tarifas e outras taxas -1986				Taxas Aplicadas* 1995				TEC
	Argen.	Brasil	Parag.	Urug.	Argen.	Brasil	Parag.	Urug.	
0 Alimentos e animais	35,3	84,8	23,7	40,8	11,0	11,1	10,9	11,2	11,0
1 Bebidas e fumo	38,0	118,6	34,9	43,5	17,9	18,0	16,6	17,6	18,0
2 Materiais crus, exceto combust.	37,9	56,6	20,9	30,3	5,3	5,2	5,3	5,1	5,3
3 Combustíveis e lubrificantes	36,5	28,7	3,1	41,2	0,7	5,4	0,5	0,6	0,7
4 Óleos vegetais e animais	35,5	79,8	23,7	29,4	8,2	8,0	8,2	8,1	8,2
5 Produtos Químicos	33,8	66,9	10,6	28,8	8,9	8,8	8,2	8,3	9,0
6 Produtos manufaturados	44,9	88,1	22,1	40,6	13,8	13,0	12,7	12,9	13,1
7 Máquinas e equip. de transporte	46,6	81,8	15,2	31,4	10,6	16,8	6,9	6,9	13,9
8 Outras manufaturas	44,6	99,6	27,7	41,4	16,8	16,6	14,8	15,3	16,2
9 Outros	28,1	74,2	30,0	21,9	7,1	7,1	7,1	7,1	7,1
Média	40,9	79,8	20,1	35,8	10,9	12,0	9,6	9,7	11,3

\* Em janeiro de 1995 os países do Mercosul implementaram a TEC em 85% das mercadorias. Cada país vem podendo manter certo número de exceções, que serão linearmente eliminadas até 2006.

Fonte: J. Echavarría, "Tariffs, Preferences and Trade Expansion in the Mercosur", apud Mendoza, 1996<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> Ver também Estevadeordal, Goto e Saez (2000), que reafirmam a redução tarifária intra-bloco, mas principalmente unilateral dos países membros, mesmo após a retomada de algumas barreiras tarifárias e não tarifárias pós crise do México em 1995.

Devlin (1996) afirma que se Yeats tivesse analisado as importações perceberia que em setores intensivos em capital - como Equipamentos de Transporte - a média anual de crescimento das importações intra-regionais foi levemente superior às importações de terceiros países. Enquanto as importações do setor automobilístico provenientes do Mercosul cresceram 75% anualmente, aquelas originárias dos EUA foram incrementadas, em média, 69% ao ano. Como, aliás, mostra Mendoza, 1996:

**Tabela 1.2 – Mercosul: Importação de autoveículos e autopeças \*, 1990-95**

*Em US\$ milhões e %*

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1990-95
Mundo	849	1575	3312	4835	7346	8114	61%
NAFTA	122	252	414	578	756	1021	55%
EU	307	443	759	1088	2774	3645	69%
Japão	119	207	482	803	855	604	50%
América Latina	32	74	191	250	181	336	75%
<b>Mercosul</b>	198	417	1273	1848	2276	2055	75%
Resto do mundo	71	182	225	268	504	452	55%

*Fonte: Mendoza, 1996 \* Exclui Ferroviários*

Tigre e outros (1999) discutem mais profundamente o desempenho da indústria automobilística após a entrada em vigor da primeira versão do Regime Automotivo. Discutem, por exemplo, que o Mercosul cumpre papel decisivo na reestruturação deste setor, sobretudo na Argentina e no Brasil. O acordo regional permite que as multinacionais fabricantes, presentes nos dois países, adotem estratégias de especializações regionais, o que incrementa o comércio intra-Mercosul de bens finais e insumos. No entanto, outras estratégias produtivas recentes como fornecimento global (*global sourcing*) e, especialmente, novas estratégias corporativas (formação de redes e *single sourcing*, por exemplo) pressupõem a intensificação do relacionamento com outros centros produtivos das empresas e seus principais fornecedores, localizados fora da região, freqüentemente nos países centrais. Este redirecionamento para a matriz e outras filiais – explicitado pelo aumento do comércio intra-firma – por si só atenua possíveis efeitos “desviantes” do Mercosul, posto que importações globais se tornam inerentes, independentemente de acordos de integração. Como visto no item 1.2, a estratégia comercial das multinacionais - atrizes principais da mundialização – se serve e estimula esquemas de integração regional, sem no entanto abrir mão de

atuação global – fortemente hierarquizada – e por sua vez facilitada pela desregulamentação multilateral dos fluxos comerciais e financeiros.

Em outras críticas ao trabalho de Yeats, destaca-se também a inadequada análise das próprias exportações, sobretudo porque o autor utiliza dados de 1988 e 1994. Segundo Cisneros e Campbell (1996), as exportações argentinas ao Mercosul são mais intensivas em trabalho do que as exportações para terceiros mercados, isto é, ao contrário do defendido por Yeats. Vejamos os dados:

**Tabela 1.3 – Argentina: Intensidade Salarial da Produção Industrial**

Conceito	1984/5	1994/95	Variação.
Exportações ao Mundo	9,2%	12,0%	30,4%
Exportações à UE	8,2%	10,5%	27,7%
Exportações ao Chile	11,9%	12,9%	8,2%
<b>Exportações ao Mercosul</b>	<b>8,9%</b>	<b>14,3%</b>	<b>60,7%</b>

*Fonte: Cisneros e Campbell (1996)*

Foi visto também que dentre os fatores dinâmicos, também excluídos da crítica de Yeats e de boa parte dos multilateralistas, que podem beneficiar o Mercosul está a atração de IED que, por sua vez, pode promover impactos ampliadores da competitividade local, possibilitando a capacitação dinâmica e crescente dos países envolvidos.

De fato, desde que aceitemos a lógica produtiva da mundialização, isto é, comandada pelas estratégias das ET, é sempre possível que acordos de integração atraiam IED, com potencial efeitos positivos. “(...) *No marco desta divisão internacional do trabalho crescentemente globalizada, a integração econômica pode servir para atrair investimento desejável, do tipo que aporta uma orientação produtiva, que transfere tecnologia e gera empregos (...)*” (Cepal, 1998c: item VI)

Entretanto, trabalhos como o de Laplane et alli (2000), Laplane e Sarti (1999) e mesmo de Cisneros e Campbell (1996) demonstram que investimentos de empresas transnacionais são incentivados pela consolidação de práticas liberalizantes dentro de um marco de integração sub-regional posto que esta, entre outras coisas, promove a ampliação do mercado interno, principal fator atrativo de IED no caso latino-americano. Segundo Dunning (1994), o Investimento Estrangeiro Direto pode gerar externalidades, que aumentam a competitividade do país receptor. Por exemplo, o IED pode possibilitar produtos, recursos ou capacitações antes indisponíveis; pode incentivar a

ampliação de mecanismos de P&D e ou de inovações gerenciais; pode acelerar processos de aprendizagem, seja dos fornecedores, seja dos competidores locais; pode criar mercados adicionais; pode incentivar ampliação de alianças e parcerias com empresas internacionais, ampliando comércio exterior e cooperação tecnológica intra-firmas; pode incentivar novas alocações geográficas internas de aglomerações industriais; enfim, o IED “(...) *pode interagir com as vantagens competitivas já existentes dos países hospedeiros e afetar, de várias maneiras, suas vantagens competitivas futuras.*” Dunning (1994: 31).

Assim, a consolidação do mercado ampliado regionalmente incentiva a atração de IED que, por sua vez, pode promover impactos ampliadores da competitividade local, possibilitando a capacitação dinâmica e crescente dos países envolvidos. Não obstante tais benefícios teóricos, não pode ser ainda afirmado com certeza se tais investimentos vêm gerando externalidades positivas ao sistema econômico do Mercosul. Ainda assim, é uma aposta menos prejudicial do que, digamos, uma abertura unilateral mais abrupta.

Com o que concorda também Devlin: “(...) *uma das metas estratégicas de um acordo de integração é criar um acesso seguro a um mercado ampliado, servindo como uma alternativa ao incerto acesso extra-união, ou ainda como uma plataforma para experiências exportadoras que podem, no longo prazo, se transformar em exportações internacionalmente competitivas, fato que, sem a integração prévia, poderia não acontecer.*” Devlin (1996).

Os benefícios da integração são aceitos assim teoricamente e por formadores de políticas, como por exemplo Cepal (1994). Nesta ótica o Mercosul insere-se insuspeitamente no que o organismo determinou como regionalismo aberto<sup>45</sup>, ou seja, uma etapa “natural”, não discriminatória para terceiros mercados, segura e adequada para conciliar processos de desenvolvimento com uma trajetória liberalizante rumo a uma inserção das economias latino-americanas de forma mais multilateral. Na nova visão cepalina a integração traz benefícios como aproveitamento de economias de escala; redução de rendas improdutivas derivadas de falta de

---

<sup>45</sup> “(...) o marco daquilo que foi denominado como “regionalismo aberto”, isto é, um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas em um contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, se possível, uma base para uma economia internacional mais aberta e transparente.” (Cepal, 1994: apresentação)

concorrência; influência positiva para atração de IED; redução de custos de transação; incorporação de progresso técnico em vários níveis inovativos; especialização intraindustrial; aumento da produção e da produtividade agrícolas; incentivo ao aumento dos investimentos e poupança internas, via adoção de políticas coordenadas; aperfeiçoamento das instituições nacionais e regionais; entre outros.

*“Por conseguinte, os efeitos que a integração exerce sobre as taxas de crescimento dos países participantes no processo podem ser consideráveis e duradouros. (...) A integração pode lograr um modelo de desenvolvimento que impulse, de maneira simultânea, o crescimento e a equidade.”* (Cepal, 1994)

Mesmo Yeats (1997: 29) em ponderação *ad hoc* entende que: *“(...) os acordos comerciais do Mercosul, a um só tempo, criam e desviam comércio e é bom lembrar que mesmo uniões aduaneiras que têm desvio de comércio podem intensificar seu bem estar econômico se levarem à redução dos preços de produção e consumo.”* (Yeats, 1997: 29).

Além disso, trabalhos como o de Estevadeordal, Goto e Saez (2000) procuraram posicionar o Mercosul dentro de tipologias aceitas como benéficas ao bem estar mundial, como aquela proposta por Ethier (1998). De fato, o Mercosul encaixa-se em cada uma das seis características apontadas por Ethier (1998: 1150-1152) que explicitam o novo caráter – benéfico - do regionalismo, a saber:

- é um acordo heterogêneo em que países pequenos associam-se com um maior (Paraguai e Brasil, por exemplo);
- é um acordo em que todos membros promoveram importantes reformas liberalizantes unilaterais<sup>46</sup>;
- é um acordo em que a liberalização intra-bloco não é tão marcante como previsto (basta ver as listas de exceção à TEC e as medidas protecionistas entre Brasil e Argentina no biênio 1999-2000), sobretudo em relação à liberalização unilateral;

---

<sup>46</sup> Devlin e Ffrench-Davis (1998: 14) ressaltam ademais que acordos como o Mercosul foram facilitados por prévia liberalização unilateral, mas, ao mesmo tempo, servem como “janelas de oportunidade” para a continuidade desta liberalização, criando efeitos de *lock-in*.

- é um acordo em que não apenas os países pequenos fizeram concessões econômicas em benefício comum dos sócios, mas também em que o líder concedeu ativamente, o que diverge da assertiva de Ethier (para o qual os atuais acordos são *one-sided*), mas explicita o caráter liberalizante do bloco;
- é um acordo que pretende-se profundo, isto é, não preocupa-se apenas em reduzir barreiras comerciais, mas busca harmonizar políticas e regras direcionando-se para um mercado comum, ainda que de forma mais escalonada;
- finalmente, é um acordo entre vizinhos geográficos, com relativa proximidade cultural<sup>47</sup>.

Conclui-se, portanto, que as recentes críticas em relação ao Mercosul estão apoiadas pelo contexto de um “debate”, dentro da teoria econômica tradicional, que discute benefícios e entraves ao livre-comércio (e ao bem-estar mundial) de ações normativas em esfera regional ou multilateral. Nestas duas óticas, para maior parte dos analistas o Mercosul caracteriza-se como um obstáculo ao livre-comércio (por ser um acordo regional) e ao *welfare* mundial (por ser um acordo regional do tipo sul-sul).

Por outro lado, analistas que interpretam acordos regionais do tipo sul-sul a partir das novas teorias do comércio internacional, mas sobretudo a partir da percepção de uma realidade em que as empresas transnacionais posicionam-se como atores principais do capitalismo contemporâneo, entendem que o Mercosul se constitui como um aparato de integração apto a capacitar os países membros a uma inserção mais ativa e construtiva em uma globalização que reforça laços hierárquicos centro-periferia e impõe sérias restrições aos países em desenvolvimento. Ao par disto, a constituição do Mercosul ainda está em sintonia com o objetivo do livre-comércio mundial, posto que, como um acordo regional aberto, submete-se legalmente à institucionalidade do GATT e da OMC e tem, desde sua constituição, todos os elementos que o caracterizam como um “...*claro exemplo do novo regionalismo que contribui para expandir e preservar regimes liberais de livre comércio.*” Estevadeordal, Goto e Saez (2000: 30).

---

<sup>47</sup> Além disto evidencia-se a capacidade do Mercosul consolidar para os sócios o momento político (redemocratização), o momento econômico (liberalização unilateral) e uma “*detente*” militar, não desprezível, especialmente entre Brasil e Argentina. Ver Devlin e Ffrench-Davis (1998), Sunkel (1998) ou Almeida (1996).

De fato, “na América Latina, os estados membros de Acordos Subregionais, respeitando regimes democráticos internos e comprometidos com uma integração profunda (uniões aduaneiras caminhando para mercados comuns), melhoram suas oportunidades de crescimento, atraem investimentos diretos, e aumentam sua inserção internacional ao harmonizar suas posições econômicas e políticas e tentar negocia-las conjuntamente em fóruns correspondentes. Este processo pode ser um referente importante para as modalidades de integração subregional em outras regiões do mundo.” (Cepal, 1998c: item VII).

É a partir desta perspectiva que serão analisados dados e propostos indicadores empíricos sobre a relevância do Mercosul para o desempenho comercial brasileiro e os reflexos setoriais daí advindos. Procurar-se-á verificar ou não a capacidade do acordo subregional beneficiar dinamicamente o país sem, no entanto, prejudicar relações comerciais com terceiros mercados. Procurar-se-á encontrar elementos para posicionar o Mercosul como um *stumbling block* ou como um *building block*.

## Capítulo 2: Retrato do desempenho comercial brasileiro nos anos de abertura

### 2.1 Introdução

Este capítulo inicia-se introduzindo as mudanças políticas e econômicas que, no limiar da década de 90 determinaram a inflexão da política comercial brasileira. A seguir são analisados dados de comércio exterior brasileiro, com foco em sua inserção global. Como aproximação metodológica ao problema procurou-se analisar o desempenho a partir da análise por produtos (classificados pelo sistema SITC, Rev 3, a três dígitos e por setor-matriz do IBGE, a cinco dígitos). Foi construído índice de vantagens comparativas reveladas, o que permitiu determinar padrões de desempenho no período que vai de 1989 a 1996. Dados são analisados e confrontados com o ambiente imposto à indústria nacional nos anos 90 (seção 2.3). Pontos de conclusão são levantados na última seção (2.4.2).

### 2.2 Abertura comercial brasileira e seus determinantes

#### *2.2.1 Antecedentes: os anos 80, o fim de um ciclo*

Os anos 80 representaram para o Brasil a interrupção de um longo ciclo de crescimento capitaneado pelo desenvolvimento industrial apoiado numa tríade de agentes com papéis específicos: o *Estado* planejador, mas também empreendedor; o capital estrangeiro instalado nos setores mais dinâmicos e/ou nos segmentos mais relevantes das cadeias produtivas (como a indústria de bens de consumo duráveis); e o capital privado nacional, em geral satélite dos outros dois elementos do tripé. Estes agentes, em conjunção com contextos externos (como a internacionalização do capital no pós-guerra ou a excessiva liquidez financeira do início dos anos 70) e com aspectos internos propícios (como a proteção tarifária a um relevante mercado interno sustentado por forte concentração de renda), protagonizaram o modelo de crescimento brasileiro voltado “para dentro”.

O fim do ciclo pode ser explicado pelo entrelaçamento de processos como o forte constrangimento do balanço de pagamentos (consequência da crise da dívida externa do início dos 80), a redução de investimentos estrangeiros diretos (IED)<sup>48</sup>, ajuste recessivo, encilhamento financeiro do setor público e regimes de alta inflação. O desempenho do setor produtivo esteve condicionado – de forma complementar e compensatória - ao esforço exportador, consequência da necessidade de geração de superávits comerciais para a obtenção de divisas. Entretanto, o súbito deslocamento da economia “para fora” não logrou efeitos dinâmicos duradouros, entre outros motivos porque as empresas podiam prescindir da “produção real” para valorizar seu capital.

De fato, enquanto o *Estado* enfrentava o esgotamento de sua capacidade desenvolvimentista, os capitais privados encontraram nos circuitos financeiros - sustentados pela gerência monetária e fiscal sob alta inflação - um novo *locus* para sua valorização, postergando assim uma premente reestruturação industrial já em curso nos países centrais<sup>49</sup>. Como resultado, o país vivenciou uma interrupção na trajetória de crescimento, o que agravou históricos problemas sociais e lançou fortes apreensões quanto à década vindoura.

### ***2.2.2 Antecedentes: Os anos 90, retorno dos fluxos de investimento***

A despeito da instabilidade econômica da época - explicitada por regimes de alta inflação - a economia brasileira passou a se beneficiar, nos anos 90, de um cenário externo bem mais favorável do que aquele verificado na década anterior. O início da década caracterizou-se por um forte aumento da liquidez internacional, o que ampliou significativamente a disponibilidade de recursos emprestáveis, inclusive para países em desenvolvimento endividados. *Grosso modo*, o aumento da liquidez pode ser creditado a processos de reestruturação dos mercados financeiros mundiais cujos principais vetores foram inovações financeiras e tecnológicas (ampliando opções de valorização, sobretudo em segmentos não-bancários); reorganização das empresas financeiras (descentralizando

---

<sup>48</sup> Além de da interrupção de novos investimentos, o estoque de IED no Brasil permaneceu durante toda a década em compasso de espera (ou em “relativa passividade”) ainda que tenha participado ativamente do *drive* exportador. A este respeito, consultar Bielshowsky e Stumpo (1995: 158-59).

<sup>49</sup> Ver por exemplo. Coutinho (1992) para análises dos novos paradigmas produtivos.

risco nas operações)<sup>50</sup>; e, principalmente, a recessão nos países centrais em 1991-92, reduzindo as possibilidades de valorização nos tradicionais mercados financeiros mundiais. Assim, América Latina e Brasil tornaram-se, como nos anos 70, potenciais *locus* de valorização do excesso de capitais financeiros mundiais, sobretudo após a renegociação da dívida externa (ver Batista Jr e Rangel, 1994).

Entretanto, esta amostra de globalização financeira determinou um ciclo de financiamento externo cujos sujeitos são os grandes bancos privados internacionais e grandes fundos de investimento, em detrimento de fontes oficiais e empresas produtivas multinacionais. Neste sentido, os influxos de capitais deslocaram-se dos financiamentos oficiais para empréstimos em moeda e, sobretudo, investimentos em carteira. De fato, entre 1989 e 1998 a captação brasileira de recursos externos cresceu mais de 48% ao ano, mas os aportes externos sob a rubrica de investimentos em portfólio incrementaram-se pouco menos de 78% a.a., contra um crescimento de 24% a.a. para os financiamentos. Como resultado, a participação dos investimentos em carteira saltou de 3,5% do total captado para cerca de 18% em 1998, tendo atingido 50% em 1994. Das fontes de captação, destacam-se também os empréstimos em moeda, em sua maioria captações diretas via *bônus* e *notes*, responsáveis por pouco menos de 40% do total captado em 1998 e com um crescimento médio anual no período 1989-98 de 76%<sup>51</sup>.

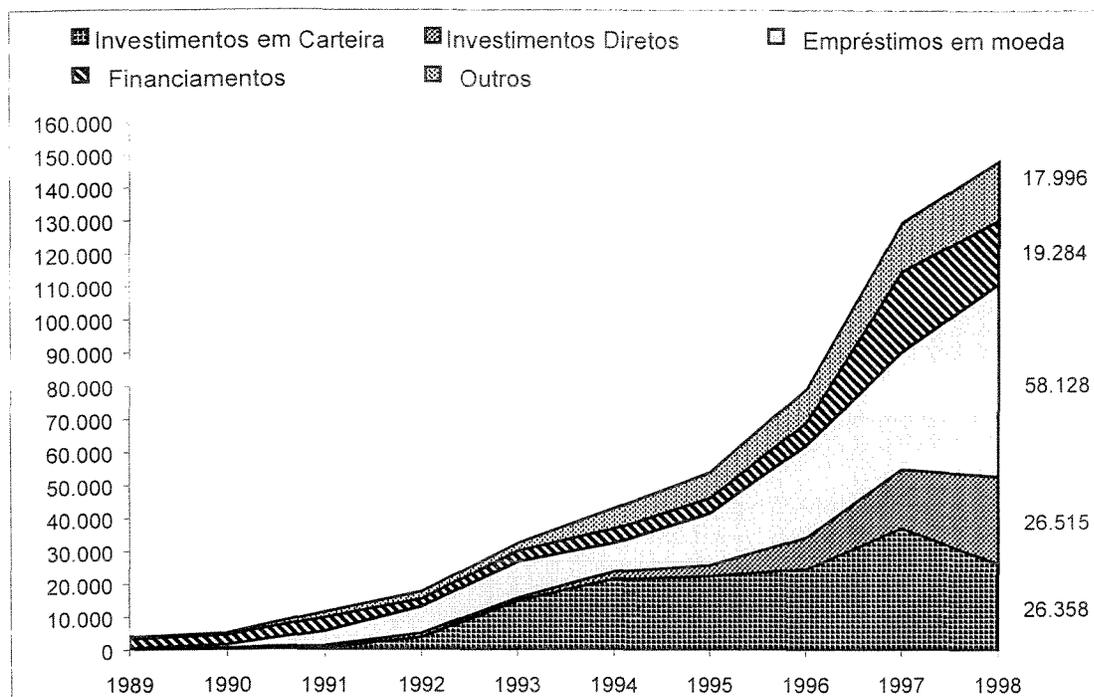
---

<sup>50</sup> Processos de desintermediação e internacionalização bancária, fusões e aquisições, seletividade na concessão de crédito e redução do *exposure*, além do aumento de participação de investidores institucionais, etc. Ver por exemplo Baer (1993 e 1995) ou Kawall Ferreira (1995).

<sup>51</sup> Para uma análise crítica da captação externa calcada em investimentos em carteira e outras formas voláteis de influxos financeiros, ver Devlin, Ffrench-Davis e Griffith-Jones (1994) e Gonçalves (1996). Segundo estes autores, a liberalização da conta de capital, que catalisou estes influxos, carecia de precondições estruturais e, ao par de outras conseqüências inerentes – aumento da dívida pública, déficits comerciais, por exemplo – exporia economias como a brasileira a maiores riscos externos, como aliás se verificou no primeiro trimestre de 1999.

**Gráfico 2.1 - Brasil: Crescimento e Participação de rubricas selecionadas na captação externa de recursos, 1989-1998**

Em US\$ milhões correntes



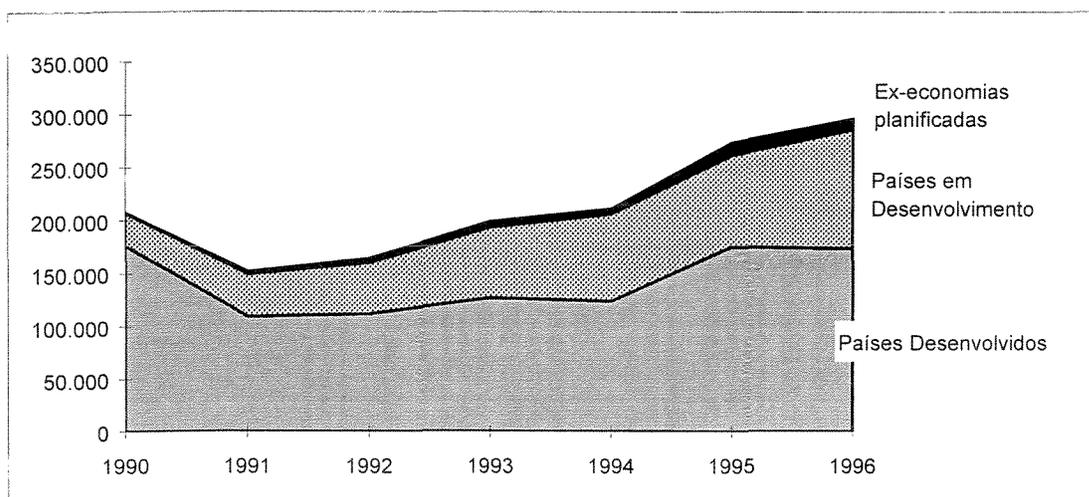
Fonte: Boletins do Banco Central

A globalização financeira e o excesso de liquidez foram complementados, ainda que secundariamente, por uma nova onda de **internacionalização produtiva**. Como foi visto no primeiro capítulo esta globalização produtiva teve e tem como atores principais as estratégias concorrenciais das grandes empresas multinacionais. Estratégias que visam ocupar os principais mercados do mundo, lançando mão de produção e fornecimento de insumos - *outsourcing* - também distribuídos pelo globo (mas com manutenção da sede administrativa e criativa nos países ou regiões das matrizes) e repartindo custos e/ou riscos em setores intensivos em tecnologia - através de cooperação inter-firmas - no intuito de valorizar o capital utilizando as múltiplas vantagens de custo oferecidas pela produção internacionalizada. Um das evidências deste tipo de internacionalização foi o aumento dos investimentos estrangeiros diretos, promovendo uma nova onda de inversões nos países em desenvolvimento.

De fato, países em desenvolvimento foram reposicionados como potenciais receptores de IED, ainda que em montantes muito inferiores aos países centrais como mostra o Gráfico 2.2 abaixo. Também o Brasil volta a atrair recursos produtivos estrangeiros, explicitado por uma taxa de crescimento da ordem de 74% a.a, entre 1989 e 1998<sup>52</sup>. Em 1998 a entrada de recursos sob a égide de IED - estimulada pelo incremento da desestatização - atingiu cerca de US\$ 26,5 bilhões, contra US\$ 2,2 bilhões em 1994 e US\$ 184 milhões em 1989.

**Gráfico 2.2 - Fluxos Líquidos de IED por blocos de países**

*Em US\$ milhões constantes de 1990*



*Fonte: CEPAL, 1998*

Foi visto também que se esta globalização produtiva amplia potencialidades de valorização do capital, estas parecem estar restritas aos países centrais e às grandes corporações industriais. Suas estratégias concorrenciais tendem a contemplar eventual e secundariamente países em desenvolvimento que, desta forma, estariam inseridos de forma passiva, incapazes de aproveitar efetiva e positivamente tais forças globalizantes<sup>53</sup>.

De qualquer maneira, é com este contexto econômico mundial de excesso de capitais financeiros e produtivos (mas qualitativamente restritos) que o Brasil tomou contato ao emergir da

<sup>52</sup> Para uma análise crítica dos determinantes e condicionantes do IED no Brasil nos anos 90, ver Laplane e Sarti (1999).

<sup>53</sup> Para uma análise de globalização produtiva em países de industrialização tardia, consultar Furtado (1999).

década de oitenta, debilitado pelo esgotamento do padrão de crescimento até então empreendido, carente de financiamento externo e produtiva e tecnologicamente estagnado, não apenas pela ausência de concorrência externa, mas também pela garantia de valorização de capital fora do circuito produtivo.

### 2.2.3 Antecedentes: “Consenso de Washington”, contexto político

Além do contexto econômico sumariamente descrito acima, vale apontar que os países em desenvolvimento também enfrentaram - tardiamente - uma nova conjuntura política e ideológica. Explicitada nos países centrais desde fins dos anos 70, tal contexto se caracterizou pela revalorização de preceitos liberais, entre eles a liberalização comercial, a mobilidade de capitais e a marcada redução das atividades e funções do *Estado*, liquidando suas inserções produtivas e reduzindo ao mínimo funções sociais.

De fato, a partir de meados da década de oitenta, mas claramente intensificado no início dos 90, vários países em desenvolvimento, entre eles os da América Latina, adotaram um conjunto de medidas políticas e econômicas que objetivavam atrelar-se às práticas liberais novamente em voga<sup>54</sup>. Este conjunto de medidas ficaram conhecidas como integrantes de um suposto Consenso de Washington, em alusão a proposições gestadas em fóruns multilaterais (com amplo respaldo do governo estadunidense) e que pretendiam se impor como receituário eficaz para estabilizar as instáveis economias latino-americanas. Destacam-se medidas que, segundo Williamson (1990: capítulo 3) sugeriam reformas nas seguintes áreas:

- Disciplina Fiscal, via orçamento equilibrado;
- Cortes (especialmente gastos militares, subsídios e pessoal) e priorização de gastos públicos;
- Reforma tributária, buscando racionalidade, mas isentando por exemplo capitais externos;
- Liberalização financeira, corolário do anterior e práxis não intervencionista nos mercados de câmbio e juros;

---

<sup>54</sup> Um causa provável para a adoção, pelos governos latino-americanos, das políticas conhecidas como Consenso de Washington é a pressão política exercida pela renegociação da dívida externa. Entretanto, não pretende-se neste trabalho aprofundar o tema.

- Câmbio desvalorizado, para evitar excesso de riscos durante a estabilização;
- Liberalização comercial controlada, centrada em eliminação de barreiras não tarifárias, ajustada temporalmente às condições macroeconômicas, e de modo a evitar deterioração dos termos de troca;
- Incentivo ao IED;
- Privatizações, como forma de dinamizar investimentos infra-estruturais;
- Desregulamentação, via fim de monopólios, redução da burocracia e implementação de agências regulatórias;
- Enrijecimento de legislação sobre propriedade intelectual.

Ressalta-se que tal grupo de reformas foi implementado de forma heterogênea pelos países latino-americanos, mas o viés liberal foi a tônica de todas as mudanças (ver, por exemplo Drabek e Laird, 1998). A grande exceção, ao menos no caso brasileiro, foi como será visto adiante, o descumprimento da necessidade de desvalorização cambial antes e durante o processo de implementação. Antes, pelo contrário, a apreciação cambial foi uma das conseqüências desejadas da estratégia de abertura brasileiro.

De qualquer forma, este contexto político externo, também incentivado por novos desenvolvimentos teóricos pró-liberalismo (ver Edwards, 1993 e Moreira e Correa, 1996 para *surveys*) complementou as condições internas dos países da América Latina que, imersos em grave crise econômica, consolidavam a transição à democracia num ambiente de descrédito do Estado, muitas vezes confirmado pelo esgotamento de sua capacidade desenvolvimentista<sup>55</sup>.

No irromper da década de noventa estavam assim gestados catalisadores políticos e elementos econômicos que convergiam para a liberalização econômica iniciada timidamente em fins da década de oitenta.

---

<sup>55</sup> Ver item 1.4 para notar que a integração subregional do Mercosul catalisou, consolidou e angariou apoio político para tais mudanças, inclusive as de ordem política e militares.

### ***2.2.4 Abertura unilateral brasileira***

Segundo Drabek e Laird (1998), a América Latina destacou-se no intenso e radical processo de liberalizações comerciais unilaterais promovidas desde o final dos 80 pelos países em desenvolvimento (PED). Segundo os autores, a desmobilização de aparatos característicos dos modelos de substituição de importações aconteceu de forma quase coordenada entre os PED mais industrializados e sempre ao par de tentativas de estabilização e ou reforma macroeconômica (anti-inflacionária no caso da América Latina e de transição da economia planificada para a de mercado no caso dos países do leste europeu). Tendo como premissa básica a transição do uso de instrumentos não tarifários para controle tarifário, as reformas de política comercial tiveram para estes autores, em geral, as seguintes características (Drabek e Laird, 1998: item 2):

- Redução das tarifas médias;
- Redução da dispersão tarifária;
- Racionalização da estrutura, com redução da amplitude e da uniformização de procedimentos;
- Eliminação de exceções.

Consolidaram-se na OMC todas as alíquotas das tarifas vigentes. Foram eliminados os subsídios, as quotas, os índices de nacionalização e as proibições de todo o tipo. Em concomitância, incentivou-se a adesão a acordos regionais de livre comércio, bem como à institucionalidade GATT/OMC, catalisando efeitos *lock-in* e apoio político dos principais agentes econômicos. Finalmente, a recente onda liberalizante dos PED caracterizou-se ainda pela ruptura da seqüência estabilização macroeconômica-liberalização comercial, comumente aceita como a forma menos arriscada para os países que buscam reformar liberalmente suas estruturas econômicas.

De modo geral, a estratégia de liberalização comercial brasileira obedeceu a estes mecanismos. A abertura pode ser dividida em duas partes, com resultados também claramente repartidos. Inicialmente, no triênio 1988-90, promoveu-se crescente eliminação de barreiras não tarifárias, especialmente proibições, licenças, quotas, controle cambial (taxas diferenciadas), entre outras. Além disto, neste período, a tarifa média caiu de 51% para 31% e a amplitude passa de 0-

105% para 0-85% (ver Moreira e Correa, 1996, Kume, 1996 ou ainda Estevadeordal, Goto, e Saez, 2000).

A segunda fase, de 1991 a 1994, intensificou a liberalização através sobretudo da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), em que se completou a eliminação dos obstáculos não tarifários e em que foi previsto um dilatado cronograma de desgravação de tarifas nominais, no qual se objetivava alcançar, no fim do período em questão, um patamar tarifário médio de 14% (com desvio padrão inferior a 8% e um máximo de 40%). Entretanto, entre 1992 e 1994 foram feitas diversas antecipações nas desgravações, fomentadas sobretudo pela condução da política de estabilização dos preços no curto prazo<sup>56</sup>, e que proporcionaram uma tarifa média de 11,2% em dezembro de 1994 (Ver Tabela 2.1 abaixo), com forte redução da amplitude e desvio da estrutura tarifária nominal, bem como redução das taxas de proteção efetivas<sup>57</sup>.

Segundo Moreira e Correa (1996) a velocidade da abertura comercial baseada em reduções de tarifas foi mais intensa no caso brasileiro do que a abertura providenciada pela Coréia do Sul, entre 1980 e 1990. Entretanto, se a comparação for com o Chile - que providenciou abertura entre 1973-78 - a desgravação brasileira foi mais lenta.

Evidentemente, o movimento de integração *de jure* e *de facto* no âmbito do acordo do Mercosul também contribuiu para catalisar política e economicamente o processo de desgravação, seja através do inerente fomento e posterior aproveitamento de oportunidades econômicas por parte das empresas - sobretudo aquelas transnacionais; seja através do decorrente processo de integração institucional que incrementou a demanda por coordenação macroeconômica dos países membros e cooptou apoio político e popular para a *praxis* integracionista, como, por exemplo, a redução sistemática e acelerada de barreiras comerciais entre os sócios do acordo<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> Ver Kume (1996: 3 e seguintes)

<sup>57</sup> Segundo Estevadeordal, Goto, e Saez (2000: 08) em 1985 a tarifa nominal média brasileira era de 55%, com desvio padrão de 28%. Em 1997 estas variáveis eram 15% e 7%, respectivamente. Para análise pormenorizada da estrutura de proteção efetiva ver Kume (1996), com destaque para a forte redução da média e da dispersão efetiva até 1994, com repique altista em 1995, mas com tendência declinante até a entrada em vigor da TEC em 2006.

<sup>58</sup> Sobre a ótica de *jure* e *de facto* sobre processos de integração, consultar Oman (1994). Para primeiras aplicações deste conceito ao processo do Mercosul, ver Sarti et alli (1992).

**Tabela 2.1 - Brasil: tarifas nominais de importação médias**

Ano	%
1986	79,8
1990	30,0
1991	23,3
1992	19,2
1993	13,2
1994	11,2
1995	13,9
2006	11,9

*Fonte: Machado e Markwald (1997), Moreira e Correa (1996), Mendoza 1996*

Menos importante do que a velocidade das desgravações tarifárias foi a concomitância destas com a abertura financeira e o ambiente macroeconômico presente. A liberalização da conta capital se iniciou ainda no final dos anos 80, através de diversas medidas de flexibilização dos fluxos cambiais.. Destacaram-se grupos de medidas para a facilitação da captação (por exemplo através de contas CC5, que facilitam operações locais por não-residentes ou ainda por regulamentações que atraem investidores institucionais estrangeiros para o mercado de capitais brasileiro) e para a liberalização das remessas, como, por exemplo, através da redução do imposto de renda e pela revogação de proibições de pagamentos de *royalties* entre filiais e matrizes (ver Gonçalves, 1996: 137-142). Como resultado, explicita-se o forte crescimento da captação externa (inclusive IED, como foi visto) e o acúmulo de reservas cambiais (ver Gráfico 2.1 acima e Gráfico 2.3 abaixo).

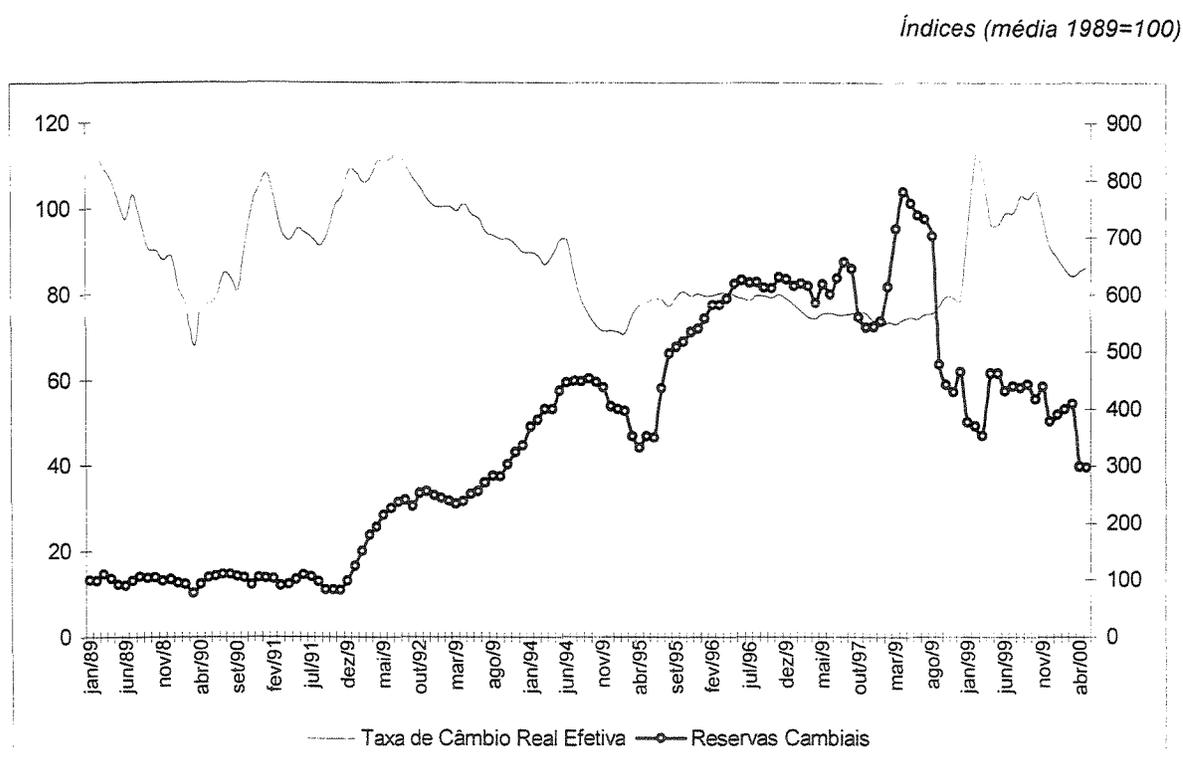
A captação externa de recursos financeiros assim facilitada pela liberalização da conta de capital é função, pelo lado da oferta, da maior liquidez e das transformações do sistema financeiro internacional maturadas nos anos 90 e do diferencial da taxa de juros, entre outros fatores. Pelo lado da demanda, é função, por exemplo, do aumento da emissão de títulos de dívida direta por empresas locais, que buscaram desta forma obter financiamentos mais baratos no exterior ou apenas arbitrar com o diferencial de juros.

As reservas cresceram, entre 1989 e 1996, cerca de 30% ao ano, atingindo em dezembro de 1996 mais de US\$ 60 bilhões, pelo conceito de liquidez internacional. A partir daí, verifica-se trajetória descendente, mas mantendo patamares elevados até dezembro de 1998, quando recuam

para menos de US\$ 45 bilhões. Após a crise cambial de Janeiro de 1999, a média das reservas cambiais, entre janeiro de 1999 e julho de 2000, supera discretamente os US\$ 37 bilhões.

Uma outra consequência do aumento da captação externa e do acúmulo de reservas é a apreciação cambial, cujo movimento de valorização foi rigorosamente aceito pelos condutores da política econômica, como se fora um objetivo desejado<sup>59</sup>.

### Gráfico 2.3 – Brasil: Taxa de Câmbio Real Efetiva e Reservas Cambiais, conceito liquidez internacional



*Fonte: elaborado a partir de Boletins do Banco Central e Ipea*

Segundo Devlin, Ffrench-Davis e Griffith-Jones (1994), Gonçalves (1996) e mesmo Moreira e Correa (1996), aberturas comerciais levadas a cabo em paralelo a liberalizações financeiras e a processos de estabilização monetária potencializam, sobretudo através da valorização cambial, a ocorrência de déficits comerciais, a concorrência e a vulnerabilidade externa, além de indesejados

<sup>59</sup> Para visão otimista da valorização, ver Franco (1998). Para visões críticas, ver por exemplo, Gonçalves (1996), Sayad (1996), Pastore e Pinotti (1996).

efeitos sobre a taxa de juros domésticas e suas relações com o nível de atividades<sup>60</sup>. Mesmo que argumentos como a necessidade de superar o excesso de proteção ineficiente do modelo substitutivo de importações ou a necessidade – e o benefício - de absorver poupança externa tenham sido largamente defendidos (Franco, 1998 ou Mendonça de Barros e Goldenstein, 1997), parece claro que o *timing* da abertura brasileira fugiu da norma preconizada inclusive por grandes defensores da liberalização<sup>61</sup>. De fato, segundo Williamson (1990: 21 e seguintes) havia consenso em Washington sobre o potencial exportador e sua importância para o desenvolvimento da América Latina nos 90 e, “há, igualmente, pouca controvérsia sobre a proposição de que o requisito chave para um crescimento liderado pelas exportações é uma taxa de câmbio competitiva.”

Desta forma, observa-se que o processo de abertura brasileira se efetivou em um ambiente interno de estagnação do modelo substitutivo de importações, em um ambiente de conjuntura externa favorável e num momento de apelo político pró-liberalismo intenso. Ainda que, segundo Kume (1996), a abertura comercial tenha sofrido um retrocesso em 1995, e tenha ainda muitas distorções, é inegável que a liberalização foi veloz (Moreira e Correa, 1996) e radical (Drabek e Laird, 1998). Além disto, a abertura comercial foi empreendida concomitantemente à liberalização da conta de capitais, o que, graças à sobrevalorização cambial, aumentou os efeitos deletérios das importações sobre os resultados da conta corrente.

Os efeitos serão sentidos no desempenho comercial, objetivos primordiais deste trabalho, sobretudo a partir da seção 2.4. Antes, porém, cabe citar alguns fatos estilizados sobre o impacto da abertura sobre a indústria.

### **2.3 Efeitos da abertura sobre a indústria brasileira: breve descrição**

Segundo Coutinho e Ferraz (1994) ou Silva e Laplane (1994), a estrutura industrial brasileira emerge dos anos 80 estagnada e, em geral, apartada das modificações da dinâmica industrial

---

<sup>60</sup> Segundo Devlin, Ffrench-Davis e Griffith-Jones (1994: 412) os influxos de capitais para a América latina em geral “...também tiveram uma influência indesejada sobre a evolução das taxas de câmbio, o grau de controle da oferta monetária, as obrigações externas e, possivelmente, a vulnerabilidade futura a novos choques externos”.

<sup>61</sup> “Alheio às recomendações da literatura, o Brasil iniciou sua liberalização da conta de capital quase que simultaneamente à abertura comercial...” Moreira e Correa (1996: 20)

empreendida desde os anos 70 pelos países centrais, mas também por países em desenvolvimento (o caso sul-coreano é paradigmático).

A recessão de 1990-92 reafirma as dificuldades para a indústria nacional, maximizando os efeitos negativos futuramente verificados quando da efetivação da abertura comercial<sup>62</sup> com valorização cambial e das conseqüências adversas da política econômica sobre o financiamento destas empresas. Neste momento empreende-se uma “reestruturação defensiva”, capaz de produzir aumentos de produtividade, basicamente conseguidos com modernizações<sup>63</sup> pontuais, inovações organizacionais e demissões.

Assim, no irromper da retomada da demanda a partir de 1993, mas intensificado após a estabilização monetária, verificam-se os seguintes fatos estilizados:

- Impactos heterogêneos sobre os setores e dentre de cada um destes, impactos diferenciados sobre as empresas;
- Ganhos de produtividade, especialmente de setores de bens de consumo duráveis, através de modernização, de inovações organizacionais (em geral dentro de filiais de multinacionais), mas sobretudo pelo uso de insumos importados- *global sourcing*<sup>64</sup>
- Aumento da penetração das importações na oferta doméstica (ver Tabela 2.2 abaixo), especialmente nos setores intermediários e em bens de capital;
- Esvaziamento da cadeia produtiva, decorrente do item anterior, ocorrido sobretudo pelo deslocamento da oferta de importantes segmentos intermediários para as importações, em especial aquelas empreendidas em setores a jusante controladas por filiais de multinacionais

---

<sup>62</sup> Como demonstram Moreira e Correa (1996) ou Gonçalves (1996) ainda que a abertura comercial estivesse já em curso, é apenas com a retomada do crescimento da demanda e da renda após 1993 que os efeitos sobre a balança comercial começaram a surtir efeito.

<sup>63</sup> Segundo Bielschowsky (1998), os investimentos crescentes entre 1995 e 1997, refletindo o primeiro impulso da demanda por bens finais caracterizou-se como um “mini-ciclo de modernização” e não um prenúncio de expansão sustentada.

<sup>64</sup> Ver Tigre et alli (1999), Laplane e Sarti (1997) ou ainda Motta Veiga e Bonelli (1998: 239) que entendem que, por serem setores comandados por multinacionais, há aproximação à norma global (*best practices*) competitiva, favorecendo o êxito das empresas atuantes nestes segmentos. Segmentos de bens de consumo não duráveis, por exemplo, têxteis e calçados, seriam casos de fracasso sobretudo porque, excessivamente verticalizados, não se aproveitaram da estratégia de fornecimento global. Ver Oliveira JR. (2000) para estimativas da participação dos insumos no valor da produção setorial.

(como a indústria automobilística ou a de eletrônica de consumo, ou ainda a farmacêutica) e pela redução dos investimentos no momento de alta do ciclo econômico<sup>65</sup>;

- Concentração e desmobilização produtiva em diversos setores, com destaque para bens de capitais e autopeças, além da indústria têxtil, por exemplo;
- Desnacionalização de ativos produtivos<sup>66</sup>;
- Redução de *mark-ups* e rendas extraordinárias, antes facilitadas pelo excesso de proteção ao mercado doméstico;
- Recuperação da importância de setores intensivos em recursos naturais, certamente os mais competitivos após a reestruturação: segundo Bielschowsky e Stumpo (1995) a participação de setores de alimentos e bebidas e produtores de *commodities* na formação do valor agregado brasileiro, cresce de 33,5% em 1980 para 38,5% em 1993<sup>67</sup>;
- Crescimento dos coeficientes de exportação, ainda que em menor monta do que o aumento dos coeficientes importados;
- Baixo nível de investimento em relação ao PIB
- Investimentos concentrados em setores produtores de *commodities*<sup>68</sup> e bens de consumo duráveis, notadamente automobilística;

---

<sup>65</sup> “(...) o novo quadro, posterior ao Plano Real, deu fortes estímulos ao investimento na produção de bens de consumo, mas desincentivou o investimento em praticamente toda sua retaguarda produtiva, ou seja, bens de capital, a maior parte dos insumos básicos e componentes.” Bielschowsky (1998: 70),

<sup>66</sup> Laplane et alli (2000) ou Hiratuka (1999) ou ainda Moreira (1999).

<sup>67</sup> E mais, “Todas as evidências indicam que este tipo de abertura da economia brasileira com forte desproteção cambial tornou-se contraproducente, induzindo uma tendência à desindustrialização e à redução do valor agregado das atividades manufatureiras. Esta tendência só não atingiu os setores competitivos de grande escala de produção(...), baseados em recursos naturais e energia abundante(...).” Coutinho (1997: 95).

<sup>68</sup> Coutinho (1997: 102 e seguintes). Segundo Bielschowsky (1998: tabela 11), setores tradicionais como Siderurgia/Metalurgia, alimentos e Papel e Celulose contribuíram com quase 40% da relação total investimentos fixos na indústria/pib em 1995-97.

**Tabela 2.2 – Brasil: penetração importação/consumo aparentes para setores/gêneros selecionados, segundo diversas metodologias, 1989-96**

		Moreira e Correia (1996) <sup>a</sup>	Haguenauer et alli (1997)	MottaVeiga e Bonelli (1998)	Resende e Anderson (1999) <sup>c</sup>
Indústria Transf.	1989	4,6	4,5	7,93	-
	1996	15,5	10,7	23,6 <sup>b</sup>	-
Química	1989	9,8	5,5	8,78	-
	1996	21,1	13,0	23,9 <sup>b</sup>	-
Têxtil	1989	2,2	2,5	3,67	-
	1996	12,6	14,6	18,0 <sup>b</sup>	-
Mecânica	1989	18,9	8,3	13,1	13,5 <sup>d</sup>
	1996	47,0	24,6	38,0 <sup>b</sup>	52,0
Mat. Transporte	1989	3,5	4,7	10,5	-
	1996	16,2	12,4	37,4 <sup>b</sup>	-

Fonte: autores citados

a - Gêneros incompletos (ver Haguenauer et alli, 1997)

b - 1995

c - Máquinas-ferramentas

d - 1991

É fato que a abertura comercial teve impactos significativos sobre a indústria, embora não tenha sido o único determinante da reestruturação empreendida nos anos 90<sup>69</sup>. Os efeitos reais desta reestruturação não podem ainda ser medidos com clareza, sobretudo porque restam dúvidas sobre a capacidade da nova conformação industrial alavancar benefícios dinâmicos duradouros sobre o tecido econômico brasileiro, cada vez mais integrado ao tecido da economia globalizada.

Na próxima seção são realizados esforços na tentativa de ilustrar o desempenho comercial brasileiro após alguns anos de abertura. E mais, procurará compreender, no capítulo 3, até que ponto a integração com Mercosul se diferencia deste desempenho geral.

---

<sup>69</sup> Para uma visão crítica dos efeitos da abertura sobre a indústria ver Laplane e Sarti (1997, 1999) ou Coutinho (1997), entre outros. Para uma visão otimista ver Moreira e Correa (1996), Motta Veiga e Bonelli (1998), Mendonça de Barros e Goldenstein (1997) entre outros.

## 2.4 Análise dos dados: desempenho comercial brasileiro, 1989-96

Como pode ser verificado pela Tabela 2.3, a inserção comercial do Brasil nos anos 90 sofreu grande alteração, tanto de patamar, como de direção. De fato, entre 1989 e 1994, o país acumulou, em média, superávits comerciais da ordem de 11 US\$ bilhões, reafirmando a trajetória verificada desde pelo menos meados dos anos 80, quando o esforço exportador era das únicas alternativas para solucionar o constrangimento externo da economia brasileira, alijada dos fluxos voluntários de financiamento estrangeiro a partir da crise da dívida. Não obstante, o processo de redução de barreiras alfandegárias e outras medidas liberalizantes e desregulamentadoras aceleradas desde 1990 deram início a uma inflexão da inserção comercial do país. Em 1994, é marcante a redução do superávit (-22,16% em relação ao ano anterior) que viria a ser eliminado a partir de 1995, quando as exportações brasileiras tornam-se crescentemente inferiores às importações.

**Tabela 2.3 - Brasil: comércio exterior, 1980 -1998**

*Em índices e %*

	Exportações Brasileiras		Importações Brasileiras	
	1989=100	Participação no total mundial	1989=100	Participação no total mundial
1980	66,76	1,13	110,23	0,97
1985	38,26	0,67	140,38	1,28
1989	100,00	1,15	100,00	0,59
1990	91,37	0,91	113,13	0,58
1991	91,97	0,90	115,21	0,58
1992	104,70	0,96	112,54	0,53
1993	112,13	1,04	138,29	0,67
1994	126,65	1,02	181,12	0,77
1995	135,26	0,92	272,99	0,96
1996	138,87	0,90	291,76	0,97
1997	154,11	0,97	336,89	1,09
1998	148,68	0,95	315,11	1,03

*Fonte: Elaborado a partir de SECEX e OMC*

**Gráfico 2.5 - Mundo e Brasil: evolução do comércio exterior, 1989-1998**

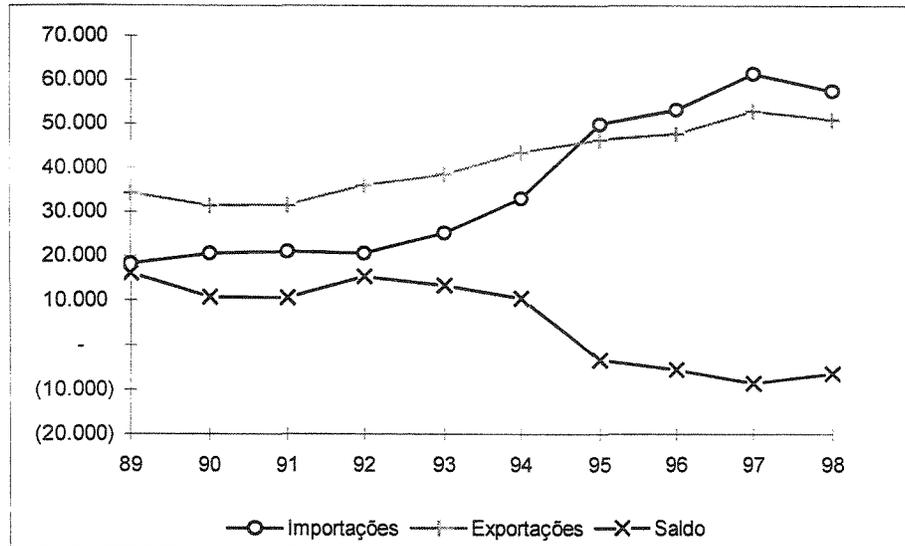
Fonte: Elaborado a partir de FMI, OMC e SECEX

Se for verificada a pauta das exportações brasileiras, desagregadas por grupos de produto, veremos que a perda de dinamismo incrementou-se no período 1989 e 1996, como mostra a tabela 2.2 abaixo. Os produtos manufaturados (seções 5 a 8 da SITC Rev. 3) ainda dominam a maioria da pauta (56% em 1996), mas perderam espaço nas exportações totais, pois cresceram de forma inferior ao total dos produtos. Por outro lado, o grupo formado pelas seções Alimentos, Bebidas e Fumo, Matérias Primas não Comestíveis e Óleos e Gorduras cresceu 45%, superando o crescimento médio total e, desta forma, incrementando sua participação nas vendas externas totais (em torno de 40% em 1996).

A seção que apresentou melhor desempenho foi a de Alimentos que contribuiu 27,5% para a variação total das exportações. Grupos de produtos importantes nas exportações como o de Máquinas e Material de Transporte cresceram ligeiramente menos que a média, o que acarretou pequena redução na participação do total exportado. Apesar disto, estes produtos tiveram um crescimento bastante inferior aos produtos agrupados contidos em Alimentos, Bebidas e Fumo, Óleos e Gorduras, Produtos Químicos, Manufaturados Diversos, que juntos representaram 40 % da pauta em 1996, contra 36% em 1989.

**Gráfico 2.4 - Comércio Exterior Brasileiro: 1989-1998**

Em US\$ milhões



Fonte: SECEX

A inversão de tendência do resultado do comércio exterior nos 90 foi acompanhada por uma perda crescente de dinamismo exportador, refletida por exemplo no crescimento menor dos embarques nacionais *vis à vis* o total exportado pelo mundo. De fato, como mostra o diagrama A do gráfico abaixo, enquanto as exportações mundiais cresceram em média 7% ao ano entre 1989 e 1998, as exportações brasileiras evoluíram apenas 4,5% no mesmo período. Tal tendência resultou na queda da participação das exportações brasileiras no total mundial de 1,5% em 1989 para 0,95% em 1998.

Por outro lado, as importações do Brasil mostraram uma tendência oposta, a saber, cresceram cerca de duas vezes mais do que as importações mundiais. Enquanto as compras globais incrementaram-se em 7% ao ano no período considerado, as compras nacionais aumentaram anualmente 14% atingindo em 1998 um valor cerca de 200% maior do que em 1989.

Tabela 2.4 - Brasil: pauta de exportação, 1989 e 1996

Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %

Produto (SITC 1 Dígito Rev. 3)	Exportações		Participação		Δ89/96	Contribuição
	1989	1996	1989	1996	%	%
Alimentos	7.084	10.757	20,6	22,5	51,8	27,5
Bebidas e Fumo	602	1.618	1,8	3,4	168,9	7,6
Matérias Primas Não Comestíveis	5.018	5.953	14,6	12,5	18,6	7,0
Combustíveis	852	421	2,5	0,9	-50,61	-3,2
Óleos e Gorduras	531	881	1,5	1,8	66,0	2,6
Produtos Químicos	1.950	3.160	5,7	6,6	62,1	9,1
Manufaturas class. por tipo de Material	8.947	11.164	26,0	23,4	24,8	16,6
Máquinas e Material de Transporte	6.899	9.522	20,1	19,9	38,0	19,6
Manufaturados Diversos	2.183	3.049	6,3	6,4	39,7	6,5
Outros e não classificados	316	1.221	0,9	2,6	286,6	6,8
<b>Total</b>	<b>34.383</b>	<b>47.747</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>38,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

Quanto às importações, pode-se verificar a desproporcionalidade entre o grupo de manufaturados e o grupo de “produtos primários”. Enquanto o primeiro contribuiu com 79% do forte crescimento das importações totais (quase 200%), assumindo mais de 70% do total importado (58% em 1989), o segundo grupo sofreu uma queda de participação, contribuindo com apenas 13% para a variação totalizada, apesar do crescimento relativo superior a 140%. A seção de Máquinas e Material de Transporte foi o destaque, com uma contribuição de 44%, proporcionada por um aumento das importações de mais de 300%, entre 1989 e 1996. Esta seção, superavitária em quase US\$ 2 bilhões em 1989 foi responsável por quase US\$ 11 bilhões de déficit em 1996, sendo a principal responsável pelo resultado negativo da balança comercial deste ano (cerca de US\$ 5,5 bilhões), superando inclusive Combustíveis, grupo de produtos estruturalmente deficitário. Os Produtos Químicos também auferiram um déficit elevado em 1996, cerca de 6 vezes maior que o resultado negativo deste setor no ano de 1989 e contribuíram 16% para a variação total das importações.

Tabela 2.5 - Brasil: pauta de importação, 1989 e 1996

Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %

Produto (SITC 1 Dígito Rev. 3)	Importações		Participação		$\Delta$ 89/96	Contribuição
	1989	1996	1989	1996	%	%
Alimentos	1.659	4.739	9,1	8,9	185,6	8,8
Bebidas e Fumo	31	246	0,2	0,5	683,2	0,6
Matérias Primas Não Comestíveis	1.387	2.448	7,6	4,6	76,5	3,0
Combustíveis	4.430	6.897	24,3	12,9	55,7	7,0
Óleos e Gorduras	120	344	0,7	0,6	187,8	0,6
Produtos Químicos	2.814	8.442	15,4	15,8	200,0	16,1
Manufaturas class. por tipo de Material	1.888	5.316	10,3	10,0	181,6	9,8
Máquinas e Material de Transporte	4.965	20.516	27,2	38,5	313,2	44,4
Manufaturados Diversos	965	3.937	5,3	7,4	307,8	8,5
Outros e não classificados	3	399	0,0	0,7	12.489,7	1,1
<b>Total</b>	<b>18.263</b>	<b>53.286</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>191,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

Se for empreendida a desagregação da pauta (ver tabela 2.6 abaixo) e for utilizada a classificação setor-matriz nível 100 do IBGE (Ver Nota Metodológica no Anexo) percebe-se a persistência de um padrão de inserção centrado em setores pouco dinâmicos. De fato, as exportações de produtos pouco elaborados aceleram-se fortemente entre 1989 e 1996. Dos dez setores que mais contribuíram para o crescimento total das exportações setoriais (cerca de 48% entre 1989 e 1996) apenas dois (Motores e Peças para Veículos e Máquinas e Equipamentos e Instalações)<sup>70</sup> são de produtos mais elaborados. Os setores de Indústria do Fumo, Indústria do Açúcar, Óleos Vegetais em Bruto, Metalurgia dos Não-ferrosos, Indústria da Madeira, Papel, Papelão e Artefatos de Papel, Calçados, Conservas de Frutas e Legumes Inclusive Sucos e Condimentos, foram responsáveis por cerca de 55% da contribuição total ao crescimento das exportações. Todos setores tradicionais (como calçados), *commodities* e produtos pouco elaborados.

<sup>70</sup> Como será discutido, estes setores beneficiaram-se fortemente do Mercosul para incrementarem suas exportações. A participação do Mercosul como destino de Motores e Peças e Máquinas e Equipamentos era em 1989 de 4% e 9%, respectivamente. Em 1996 estas variáveis evoluíram para 33% e 28%.

Tabela 2.6 - Exportações brasileiras por setores industriais: variáveis selecionadas

Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %

Setor	Exportações em 1996	Crescimento Médio 1989-96	Contribuição à variação
Ind. do fumo	1.483	65,5	12,24
Ind. do açúcar	1.612	25,0	10,82
Motores e Peças p/veículos	2.696	8,3	9,84
Óleos Veg. em bruto	3.488	4,8	8,23
Maq.equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios	1.888	10,0	7,80
Metalurgia dos não-ferrosos	2.297	5,4	6,06
Ind. da Madeira	1.090	15,1	5,80
Papel, papelão e artefat. de papel	919	18,1	5,38
Calçados	1.648	4,4	3,64
Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	1.532	4,5	3,46
Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	971	8,0	3,43
Prod. Químicos diversos	708	12,0	3,29
Ind. da Borracha	615	11,8	2,83
Celulose e Pasta mecânica	998	5,5	2,64
Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	700	7,7	2,42
Outros produtos metalúrgicos	712	6,9	2,25
Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.	366	16,0	2,01
Resinas, Fibras e Elastômeros	829	3,9	1,65
Apar.e equip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri	591	4,9	1,43
Condutores e outros mat.elet.excl. p/veiculos	432	7,2	1,41
Ind.do café	376	7,9	1,32
Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação	502	5,3	1,30
Outras ind.Têxteis	474	5,1	1,18
Outros Prod. de Miner. Não-Met.	334	7,1	1,08
Ind. Farmacêutica	178	16,0	0,98
Ind. de bebidas	145	25,0	0,97
Ind. de Perfumaria, sabões e velas	149	19,3	0,90
Outras indústrias alimentares	321	5,0	0,78
Artigos de mat. plástico	98	14,1	0,50
Vidro e artigos de vidro	114	8,9	0,44
Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios	554	1,3	0,40
Petroquímica básica e intermediária	494	1,3	0,37
Adubos e fertilizantes e Corret.Solo	63	9,4	0,25
Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	87	3,3	0,15
Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	19	44,4	0,15
Moagem de trigo	14	32,3	0,10
Laminados plásticos	15	26,1	0,10
Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci	13	4,4	0,03
Cimento e clínquer	10	6,1	0,03
Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som	369	-1,7	-0,39
Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	79	-11,4	-0,90
Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	1.353	-1,6	-1,36
Fab. outros veículos	523	-4,0	-1,49
Siderurgia	4.046	-0,7	-1,66
Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	490	-5,2	-1,89
<b>Total setores selecionados</b>	<b>36.396</b>	<b>5,7</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

Por outro lado, o forte crescimento das importações setoriais totais (245% entre 1989 e 1996) teve contribuição significativa de setores de maior valor agregado (por exemplo, Autoveículos, Motores e Peças e Máquinas e Equipamentos contribuíram com 34% da variação total das compras externas dos setores) e maior conteúdo tecnológico (como Indústria Farmacêutica, Material e Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação e aparelhos receptores de TV e Rádio que contribuíram com 20% da variação total das compras externas dos setores). Insumos mais elaborados como Resinas, Fibras e Elastômeros, Elementos Químicos não-petroquímicos ou carboquímicos, Condutores e outros materiais elétricos (exclusive para veículos), Produtos Químicos diversos contribuíram com mais 14% da variação das importações, compondo dez setores cuja contribuição superou 68% do total da variação.

Tabela 2.7 - Importações brasileiras por setores industriais: variáveis selecionadas

Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %

Setor	Importações em 1996	Crescimento Médio 1989-96	Contribuição à variação
Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci	13,5	-	-
Maq.equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios	6.900,2	21,5	18,66
Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação	4.974,8	24,8	14,25
Motores e Peças p/veículos	2.741,5	25,6	7,94
Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	2.074,5	135,2	7,52
Resinas, Fibras e Elastômeros	1.914,2	22,9	5,31
Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	2.420,9	10,2	4,34
Ind. Farmacêutica	1.255,3	25,0	3,61
Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	1.081,3	20,8	2,88
Outras indústrias alimentares	876,1	25,0	2,52
Condutores e outros mat.elet.excl. p/veículos	1.050,5	15,8	2,45
Papel, papelão e artefat. de papel	753,4	29,7	2,30
Prod. Químicos diversos	1.077,9	13,0	2,25
Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som	829,3	21,3	2,23
Outros produtos metalúrgicos	773,3	25,3	2,23
Aubos e fertilizantes e Corret.Solo	865,8	17,0	2,10
Metalurgia dos não-ferrosos	1.027,0	9,8	1,79
Ind. da Borracha	640,1	18,0	1,60
Petroquímica básica e intermediária	640,4	17,1	1,56
Ind. de bebidas	524,5	21,6	1,42
Apar.e equip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri	484,5	16,5	1,16
Outras ind.Têxteis	341,6	34,6	1,09
Artigos de mat. plástico	325,7	42,0	1,08
Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.	459,2	15,2	1,05
Fab. outros veículos	745,4	5,5	0,85
Moagem de trigo	448,4	11,0	0,85
Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	244,7	39,3	0,80
Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	492,5	8,3	0,77
Calçados	207,2	47,8	0,70
Ind. de Perfumaria, sabões e velas	234,4	24,5	0,67
Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	231,2	23,5	0,65
Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	174,2	32,7	0,55
Vidro e artigos de vidro	186,9	21,4	0,50
Óleos Veg. em bruto	188,4	20,1	0,50
Outros Prod. de Miner. Não-Met.	212,0	14,2	0,47
Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios	161,4	23,2	0,45
Siderurgia	525,8	3,7	0,43
Celulose e Pasta mecânica	143,5	11,8	0,28
Ind. da Madeira	95,3	18,8	0,24
Laminados plásticos	70,2	51,0	0,24
Ind. do fumo	49,0	54,0	0,17
Cimento e clínquer	23,6	25,3	0,07
Ind. do açúcar	7,7	100,8	0,03
Ind.do café	2,5	149,5	0,01
Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	236,9	-7,0	-0,57
<b>Total setores selecionados</b>	<b>38.726,8</b>	<b>19,4</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

Se estes setores forem agregados (ver tabela 2.7 abaixo) por suas categorias de uso, poderá ser notado que a maior parte (quase 3/4) da contribuição à variação das importações é oriunda de setores de bens intermediários (com cerca de 44% da contribuição desta categoria a cargo dos setores de Motores e Peças para Veículos; Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos; Resinas, Fibras e Elastômeros, sendo os dois primeiros claramente associados a estratégias de *outsourcing*, e o último a um setor defasado tecnologicamente no país) e bens de capital que, como apontam Laplane e Sarti (1999) parecem estar contribuindo para a modernização de setores focados no mercado interno. De qualquer forma, é sintomático que uma contribuição de 34% a um crescimento das importações de 245% promova impactos deletérios sobre o setor nacional de meios de produção, estagnado desde os 80 e notadamente um dos mais atingidos pela liberalização levada à cabo no país (ver Coutinho, 1997 ou Laplane e Sarti, 1999 ou ainda Resende e Anderson, 1999).

Quanto às contribuições à variação das exportações, percebe-se que cerca de 90% é explicada por bens intermediários e bens de consumo não duráveis. Na primeira categoria, destacam-se Motores e Peças; Metalurgia dos não Ferrosos e Papel e Papelão; e Madeira que contribuem com 62% do total contribuído pela categoria. O comportamento de Motores e Peças, como será visto, pode ser explicado pelos acordos intra-setoriais e intra-firmas no âmbito do Mercosul. Metalurgia e Madeira são produtos pouco elaborados, intensivos em recursos naturais e nos quais o Brasil goza de claras vantagens comparativas. Quanto aos bens de consumo não duráveis, 67% da contribuição da categoria pode ser explicada pelas indústrias de Óleo vegetais em bruto; do Açúcar e do Fumo, setores extremamente pouco elaborados e baseados em recursos naturais.

Por fim, é importante notar o desempenho dos bens de consumo duráveis, cuja contribuição para as exportações é negativa (influenciada por Fabricação de outros veículos; Autoveículos; e Aparelhos Receptores de TV e Rádio) e positiva para as importações, em que  $\frac{3}{4}$  do comportamento da categoria na contribuição à variação das importações é explicado pelo desempenho dos dois últimos setores. Estes setores, majoritariamente controlados por empresas estrangeiras, se beneficiaram fortemente da retomada da demanda doméstica – por sua vez influenciada pela retomada do crédito ao consumo – e, portanto, centraram suas vendas no mercado interno, em

detrimento das exportações, ao mesmo tempo em que promoveram aumento de produtividade lançando mão de altos conteúdos importados e cortes nos custos, especialmente mão de obra.

**Tabela 2.8** - Categorias de uso: contribuições à variação total de importações e exportações, 1989-96

Categoria	Em %	
	Contribuição à variação das exportações	Contribuição à variação das importações
Bens Intermediários	43,5	39,8
Bens de Capital	11,5	34,4
Bens de Consumo Duráveis	-1,8	11,8
Bens de Consumo Não Duráveis	46,8	14,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

#### 2.4.1 Uma ilustração: índice de vantagens comparativas reveladas

A análise da pauta de comércio dividida por grupos de produtos pode ser complementada por um índice de especialização exportadora ou importadora, definido como se segue:

$$E_{xsi} = \frac{X_{si} / X_i}{X_{sw} / X_w}$$

onde  $E_{xsi}$  é a especialização exportadora do país  $i$  no setor  $s$ ;  $X_{si}$  são as exportações do setor  $s$  pelo país  $i$ ;  $X_i$  são as exportações totais de  $i$ ;  $X_{sw}$  são as exportações mundiais do setor  $s$ ; e  $X_w$  são as exportações mundiais totais. De forma análoga obtém-se especializações importadoras. Tal metodologia define um índice de vantagens comparativas reveladas (VCR)<sup>71</sup>, que é um indicador tradicional de competitividade externa, ainda que não seja o único indicador de competitividade<sup>72</sup>. Se o índice for maior que um, se trata de um setor no qual o país tem uma orientação exportadora ou importadora maior que a média mundial e, assim, pode-se deduzir que são obtidas vantagens comparativas reveladas neste setor. Segundo dados de CEPAL (1998e: 12) para grupos selecionados

<sup>71</sup> Formulações originais e desdobramentos do índice de VCR podem ser obtidos em Lafay (1990), cuja metodologia foi utilizada no estudo de Nonnemberg (1991) para as exportações brasileiras no período 1980/88.

de setores<sup>73</sup> em 1996, o Brasil tinha vantagens comparativas em Agropecuários (11), Alimentos, Bebidas e Tabaco (31) e Metalurgia Básica (37) e desvantagens nos setores de Têxteis, Vestuário e Calçados (32), Química e Petróleo (35) e Maquinaria e Equipamentos (38). Utilizando outra metodologia e outras agregações, Nonnemberg (1991: 7 e seguintes) demonstra que em 1988 os setores com vantagens comparativas encontravam-se basicamente nas indústrias “tradicionais” (produtos primários, têxteis, alimentos, siderurgia, etc) e em alguns setores do grupo metal mecânico, com destaque para Automóveis e Caminhões, Motores e Peças para Veículos, Aparelhos Receptores de TV e Rádio, Tratores e Máquinas Agrícolas.

Apresenta-se a seguir o cálculo do índice de vantagens comparativas reveladas para grupo de produtos da SITC Rev. 3 em 1989 e 1996. Os resultados podem ser vistos resumidos abaixo.

**Tabela 2.9 - Brasil: vantagens comparativas reveladas, 1989 e 1996**

*Memo: se Exsi>1 então setor tem vantagem comparativa*

SITC 1 Dig		1989	1996	Crescimento
0	Alimentos	2,79	3,19	14,4%
1	Bebidas e Fumo	1,65	2,85	72,8%
2	Matérias Primas Não Comestíveis	2,66	3,35	26,0%
3	Combustíveis	0,26	0,20	-23,1%
4	Óleos e Gorduras	3,63	3,64	0,5%
5	Produtos Químicos	0,65	0,65	0,7%
6	Manufaturas classificadas por tipo de Matéria Prima	1,37	1,53	11,4%
7	Máquinas e Material de Transporte	0,58	0,47	-19,0%
8	Manufaturados Diversos	0,62	0,52	-15,7%
9	Outros e Não Classificados	0,27	0,88	226,2%

*Fonte: Elaborado com base em SECEX*

Reconhecendo problemas metodológicos para empregar índices de vantagens comparativas reveladas de forma tão agregada (produtos a 1 dígito da SITC Ver. 3) a tabela acima confirma tendência exposta anteriormente, qual seja, reafirmação de uma pauta exportadora concentrada em produtos pouco elaborados. Como foi visto, o conjunto de mercadorias Alimentos, Bebidas e Fumo, Matérias Primas não-comestíveis, Óleos e Gorduras foi responsável por 40% das exportações

<sup>72</sup> Para outros indicadores de competitividade, ver Fajnzylber, Sarti e Leal (1993).

brasileiras em 1996. Novamente apresentam o melhor desempenho, mostrando-se fortemente competitivo (com VCR superior a 2,8 em todos os casos) tanto em 1989, quanto 1996, inclusive com incremento.

O único conjunto que agrega produtos não primários que se mostrou competitivo foi o de Manufaturas Classificadas por tipo de Matéria-prima que, entretanto, depende de recursos naturais e revela pouca elaboração e agregação de valor. Este grupo é formado por produtos industrializados intensivos em recursos naturais como produtos baseados em couro (código 61), borracha (código 62), madeira (código 63), fibras naturais (código 65), ferro (código 67), outros metais não ferrosos (código 68), ferramentas e outras manufaturas metálicas (código 69), entre outras mercadorias de elaboração simplificada (ou baseada em grande escala) com desempenho de *commodities* no mercado externo. Já havia sido demonstrado que tal conjunto participou com cerca de 23% da pauta exportadora brasileira em 1996 e contribuiu com pouco menos de 17% para a variação das vendas externas entre 1989 e 1996, revelando um bom desempenho.

Em todos os outros setores industriais (capítulos 5, 7 e 8) o país mostrou-se não-competitivo e, pior, com desempenho em declínio ou estabilizado – caso do capítulo químico.

Se a análise do índice de vantagens comparativas reveladas for estendida a três dígitos, sugere-se seis padrões de comportamento dinâmico envolvendo 200 dos 261 produtos classificados pela SITC (Rev. 3)<sup>74</sup> entre 1989 e 1996. Um resumo pode ser descrito abaixo.

---

<sup>73</sup> Definidos pelo código ISIC, Rev. 2, entre parênteses.

<sup>74</sup> A composição dos padrões dinâmicos excluiu 61 produtos cujo cálculo da VCR-89 não foi possível, seja por ausência de exportações brasileiras em 1989, seja por incompatibilidade entre SITC Rev.2 e Rev. 3. Tais produtos representaram menos de 17% da pauta de exportações brasileiras em 1996. Figuram como competitivos 12 produtos, dentre os quais 4 produtos químicos (capítulo 5) e um do capítulo 7 (transmissores mecânicos, código 748), o restante são mercadorias pouco elaboradas ou intensivas em recursos naturais (capítulos 0 e 6). Ver Anexo.

Desta forma, a presente proposta de construção de índices desagregados de vantagens comparativas reveladas complementa a percepção de que os primeiros anos de abertura comercial não estimularam significativamente a inserção exportadora brasileira. O suposto viés anti-exportador do modelo de Substituições de Importações não foi eliminado, até 1996, pelo novo modelo. De fato, dentre os grupos de mercadorias competitivas figuram produtos industrialmente pouco elaborados (capítulo 6) ou intensivos em recursos naturais. Produtos mais elaborados (capítulos 5, 7 e 8) deixaram de ser competitivos ou sofreram redução de seus índices, mesmo entre aqueles inferiores a 1. Dos setores “não tradicionais” apontados por Nonnemberg (1991) como competitivos em 1988, todos mantêm a posição ( $VCR > 1$ ), mas com franca decadência dos índices. São elementos que poderiam apontar se não para uma *especialização regressiva* (Coutinho, 1997), ao menos para uma manutenção das especializações tradicionais da pauta de exportações brasileira nos anos 90.

Ressalte-se, entretanto, que tais índices devem ser interpretados em perspectiva, posto que indicadores associados a desempenho não têm capacidade de explicar as causas da ausência de competitividade, nem traduzem elementos dinâmicos e sistêmicos relacionados ao problema. Pouco se pode afirmar em termos de competitividade perdida ou ganha no comércio internacional sem se aprofundar em temas como taxas de câmbio, diferencial de taxas de juros (portanto acesso a financiamento), protecionismos de parceiros, relação preço/quantum, ou ainda questões relacionadas com as estratégias das multinacionais. Aprofundar estas questões não é objetivo deste estudo: procurou-se apenas ilustrar quantitativamente a incapacidade de superação, nos 90, do viés anti-exportador brasileiro.

Uma ilustração semelhante foi também apontada por Fonseca e Velloso (1998), cujas conclusões apontam para uma perda generalizada de competitividade global dos produtos manufaturados brasileiros também pelo lado da demanda. Em outras palavras, as exportações brasileiras perderam espaço nos mercados compradores mais dinâmicos (por exemplo, países OCDE). Segundo Fonseca e Velloso (1998: 9) dos 151 produtos manufaturados (SITC Rev. 2) “...o Brasil mostrou-se competitivo, no período 1989-95, em apenas 49 produtos, ou seja em 32% do total. Estes produtos respondiam, em 1995, por 30% das vendas brasileiras de manufaturados e por 19% das importações de manufaturados da OCDE, também de manufaturados.” Além disto, “o Brasil perdeu mercado em 11 dos 20 produtos de maior peso na pauta de exportação brasileira de

*manufaturados para a OCDE*<sup>76</sup>, ou seja, nossos produtos, mesmo os tradicionais, sofreram perda de competitividade pelo lado da demanda e tiveram seus espaços ocupados por países como China, Coréia do Sul e países do leste europeu.

#### ***2.4.2 Abertura e desempenho comercial: pontos de conclusão***

A análise anterior apontou para a generalização de um processo de estagnação da evolução da pauta exportadora do país, que segundo as informações sistematizadas perdeu competitividade em produtos ditos dinâmicos e especializou-se em grupos de produtos pouco dinâmicos. Uma especialização que, por sua vez, sugere a reafirmação de uma inserção passiva dentro dos fluxos de comércio mundiais, contrariando afirmações em contrário<sup>77</sup>.

Dentre os determinantes da nova situação, sem dúvida a crescente desgravação tarifária cumpriu papel decisivo, viabilizando a redução dos custos a importar<sup>78</sup>. O desequilíbrio comercial resultante foi contrabalançado pela re-inserção do Brasil nos fluxos voluntários de financiamentos internacionais, que possibilitou um alívio temporário na restrição externa representada pelos persistentes déficits na balança de transações correntes e amainou a necessidade premente de geração de megasuperávits na conta comércio do balanço de pagamentos.

Ainda no campo das influências macroeconômicas, pode-se afirmar que o impacto positivo na renda das camadas mais pobres e a volta do crédito para bens de consumo propiciadas pela estabilização monetária estimularam o mercado doméstico, cuja demanda estava fortemente reprimida. Este aumento de consumo, estimulou, por seu turno, a demanda por importações. Aliás, como foi visto, o uso de importações como elemento decisivo para o aumento da oferta de bens finais e intermediários cumpriu relevante papel na estabilização de preços neste período.

---

<sup>76</sup> Os autores definem que setores de maior peso são aqueles de maior rentabilidade, isto é, em que a exportação total do Brasil para OCDE exceda 0,5%. Tais produtos representaram em 1995, 20% da pauta de importação total de manufaturados pela OCDE Fonseca e Velloso (1998: 30).

<sup>77</sup> Franco (1998, mas originalmente escrito em 1996), por exemplo, acreditava que o novo modelo, absorvedor de poupança externa, promoveria uma reestruturação qualitativa da inserção comercial e produtiva brasileira.

<sup>78</sup> Como foi visto, a tarifa de importação média do Brasil passou de 79,8% em 1986 para cerca de 12% em 1995. A Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul será consolidada a partir de 2006 e terá uma média aproximadamente igual a 11%. Ver por exemplo, Mendoza (1996).

Além disso, também a valorização cambial nos anos 90 (ver Gráfico 2.3) foi relevante, não apenas para o aumento das importações, mas também para a compressão das vendas externas e da rentabilidade de vários setores - inclusive os estruturalmente competitivos, como *commodities* agrícolas<sup>79</sup>.

E mais, segundo Coutinho (1997) e também Laplane e Sarti (1999) ou Bielschowsky (1998) o curto surto de investimentos pós-Real parece se concentrar justamente nos setores tradicionais, menos dinâmicos, e dependentes de preços *commoditizados* internacionais. Os investimentos em setores de maior elaboração ou de maior conteúdo tecnológico estão direcionados sobretudo ao aproveitamento do crescimento do mercado interno, o que promove fortes impactos negativos na inserção externa da economia brasileira sobretudo porque:

a) há aumento da importação de insumos (estratégias de *outsourcing*), expressão factual da utilização de redes corporativas ou fornecedores globais: casos típicos de motores e peças (setor que respondeu por 8% do total do crescimento das importações setoriais totais) e outros, como farmacêutica (3,6% da contribuição) e elementos químico não petroquímicos (4,3%). O *outsourcing*, uma das principais características da nova globalização produtiva, significou não apenas grande aumento das importações, mas o esvaziamento da cadeia produtiva local, explicitado por desnacionalização e fechamento de empresas do segmento de autopeças;

b) aumento da importação de bens de capital, que, entretanto, parecem beneficiar modernização de setores voltados para o mercado interno, deprimindo uma contrapartida exportadora: encaixam-se neste perfil Equipamentos Eletrônicos e de Comunicação (contribuição de 14% ao total importado, 1,3% ao total exportado), Máquinas e Equipamentos (contribuição de 17% às importações, 7,8% às exportações, déficit de mais de US\$ 5 bilhões em 1996), entre outros;

c) além de proporcionar aumento líquido das importações, o investimento atual se dá sobretudo por firmas transnacionais, o que cria uma contrapartida de saída de divisas na conta de remessas de lucros e dividendos.

---

<sup>79</sup> Setores menos elaborados sofreram incrementos positivos nas exportações, contribuindo significativamente para o total das exportações. Entretanto, o atual preço baixo das *commodities* internacionais provoca inegáveis perdas de rentabilidade destes setores. Ver Coutinho (1997) e Gráfico A1 no Anexo.

Em suma, a abertura da década de noventa significou um forte déficit comercial e uma manutenção não-competitiva da pauta de comércio do Brasil, explicitada por uma tendência de re-especialização na exportação de produtos pouco elaborados (*commodities*, agropecuários, setores tradicionais de baixo valor agregado). De fato, os setores dinâmicos, que estão sob controle de multinacionais e que promoveram ganhos de produtividade, centram esforços majoritariamente no mercado doméstico ao mesmo tempo que lançam mão de estratégias de importação de bens finais, mas sobretudo, de insumos, como aliás já haviam apontado Laplane e Sarti (1999).

Coutinho (1997) afirma que esta orientação exportadora traz à tona velhos problemas relacionados com a deterioração dos termos de troca<sup>80</sup>, explicitada na dependência de preços internacionais, o que prejudicaria a rentabilidade dos setores exportadores e, mais, exporia a vulnerabilidade comercial e solvência das contas externas do país.

De qualquer forma, até o período estudado são revelados inconsistentes os prognósticos que previam a eliminação do viés anti-exportador do modelo de substituição de exportação ou aqueles que acreditavam<sup>81</sup> na relação aumento do IED/aumento das exportações.

Resta saber se o acordo regional do Mercosul lança algum tipo de efeito positivo sobre a inserção comercial, mas também produtiva, da indústria brasileira. É o que será tratado a seguir.

### **3. Importância do Mercosul para o desempenho comercial brasileiro, 1989 e 1996.**

#### **3.1 Introdução**

Este capítulo preocupa-se em verificar os impactos do Mercosul sobre o desempenho econômico brasileiro numa perspectiva limitada ao comércio e o consumo aparente. Em um primeiro momento são analisados dados referentes ao desempenho comercial, procurando identificar

---

<sup>80</sup> Ver Prebisch (1949)

<sup>81</sup> Mendonça de Barros e Goldenstein (1997)

diferenças na evolução dos padrões de comércio do Brasil com o Mercosul *vis-à-vis* as transações com os parceiros como um todo.

Em segundo lugar, sugere-se índices estatísticos que procuram verificar a importância do Mercosul de forma mais sistemática e adaptada à discussão realizada no Capítulo 1. Seguem-se pontos de conclusão, procurando assim sintetizar evidências empíricas que podem contribuir para o debate suscitado no primeiro capítulo.

### **3.2 Análise dos dados: desempenho comercial do Brasil com o Mercosul, 1989-**

#### **96**

Em que pese o fato de o Brasil continuar a ser um *global trader*, é inegável o avanço da importância do Mercosul para o comércio exterior do país. Em termos agregados podemos perceber (Tabelas 3.1 e 3.2) que o Mercosul vem experimentando fortes incrementos absolutos e relativos na corrente brasileira de comércio desde 1989, assumindo posição de destaque tanto como região de origem de importações, como destino de exportações. De fato, em 1989 a participação do Mercosul como região de destino e origem de exportações e importações brasileiras atingia apenas algo como 4% e 12%, respectivamente. Em 1997 a relevância dos parceiros do Cone Sul nestes mesmos itens eleva-se para patamares ao redor de 17% e 16%, mantendo-se estável em 1998.

O crescimento médio das exportações brasileiras para o Mercosul, entre 1989 e 1998, foi de aproximadamente 23%, bastante superior ao crescimento médio verificado para o mundo (4,5%). O aumento também pode ser verificado para as importações com origem nos parceiros do Cone Sul que cresceram, em média, 17,6% no período em questão. A pequena diferença entre o crescimento das exportações e importações no Mercosul revela um padrão diferente daquele verificado para o comércio global, onde o incremento médio das importações (em torno de 14% ao ano) foi marcadamente superior que o mesmo aumento para as exportações. De qualquer modo, a diferença entre o crescimento das variáveis em relação ao Mercosul *vis-à-vis* o crescimento global pode encontrar uma primeira explicação mais evidente no sucesso dos acordos comerciais, em especial

com a Argentina, nos custos mais baixos de transporte, dada a proximidade geográfica dos mercados<sup>82</sup>.

**Tabela 3.1 - Comércio Exterior Brasileiro com o Mercosul: 1980-1998**

*Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %*

	Exportações	Importações	Saldo
1980	1.811	1.044	767
1985	990	684	307
1989	1.380	2.194	-814
1990	1.320	2.320	-999
1991	2.309	3.324	-1.015
1992	4.103	2.250	1.853
1993	5.387	3.378	2.009
1994	5.921	4.583	1.338
1995	6.154	6.839	-686
1996	7.305	8.258	-952
1997	9.044	9.729	-685
1998	8.877	9.425	-548
Crescimento Médio Anual 89-94	33,8%	15,9%	
Crescimento Médio Anual 95-98	13,0%	11,3%	
Crescimento Médio Anual 89-98	25,9%	20,0%	

*Fonte: SECEX*

<sup>82</sup> Embora trabalho recente do Banco Mundial entenda que os supostos menores custos de transporte não são determinantes relevantes do aumento do comércio intra-regional. Ver Amajdi & Winters (1997).

**Tabela 3.2 - Participação do Mercosul no Comércio Exterior Brasileiro: 1980-1998**

*Em %*

	Nas Exportações totais	Nas Importações totais
1980	9,0	4,5
1985	3,9	5,2
1989	4,0	12,0
1990	4,2	11,2
1991	7,3	15,8
1992	11,4	10,9
1993	14,0	13,4
1994	13,6	13,9
1995	13,2	13,7
1996	15,3	15,5
1997	17,1	15,8
1998	17,4	16,4

*Fonte: SECEX*

Se desagregarmos os dados de comércio por seções da SITC (Rev. 3) veremos que a pauta de comércio com relação ao Mercosul difere bastante daquela verificada no comércio multilateral (ver Tabelas 2.4 e 2.5). Os produtos manufaturados mantiveram entre 1989 e 1996 importante participação na pauta de exportação e na de importação para a região, em torno de 80% e 40%, respectivamente. Contribuíram igualmente com 85% e 41% no total da variação das exportações e importações, nesta ordem, graças a um crescimento total de 475% nos embarques e 275% nas compras oriundas da subregião.

No caso das exportações de manufaturados, a maior contribuição vem dos setores de Máquinas e Material de Transporte (explica 43% do crescimento dos embarques) e Manufaturas Classificadas por tipo de Matéria Prima (contribuição de 23%). Em relação à variação das exportações destes mesmos produtos para o mundo, estas seções contribuíram algo em torno de 18%. Além disto, neste grupo de produtos, o superávit com o Mercosul foi de US\$ 2,7 bilhões, em oposição a um déficit de US\$ 11 bilhões em relação ao mundo, ambos resultados de 1996.

O resultado pode ser ainda explicitado pelo significativo aumento da importância do Mercosul como destino para as seções de manufaturados: 22% em 1996, contra pouco mais de 5% em 1989, e superior aos 17% de importância do Mercosul para o total da pauta brasileira.

Quanto às importações oriundas do Mercosul, destacam-se as seções “primárias” (0, 1, 2 e 4) que, apesar de terem reduzido sua participação para 44% do total importado em 1996 (representavam 58% em 1989), contribuíram com 39% do total do crescimento das importações da subregião. Destaca-se a seção de Alimentos, que contribuiu com 31% da variação, embora a seção de Máquinas e Material de Transporte tenha tido uma excelente participação, contribuindo com 28% do total. Finalmente, destaque à parte para o setor de combustíveis que cresce a expressivas taxas médias de 66% ao ano, resultando numa contribuição ao total do incremento importado de 20%.

Por fim, cabe ressaltar que, de maneira geral, a importância do Mercosul como destino das exportações cresce significativamente, sendo muito importante<sup>83</sup> nas seções de Bebidas e Fumo (18%), Combustíveis (21%), Produtos Químicos (33%) e Máquinas e Material de Transporte (31%). Por outro lado, as seções em que o Mercosul revela participação importante como origem das importações em relação a todos mercados (superior a 15,5%) são as de Alimentos (58% de importância), Matérias Primas Não Comestíveis (27%), Combustíveis (18%) e Óleos e Gorduras (52%).

**Tabela 3.3 - Brasil: pauta de exportação para o Mercosul, 1989 e 1996**

*Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %*

Produto (SITC 1 Dígito Ver. 3)	Exportações		$\Delta$ 89/96	Contribuição	Participação no total Mercosul		Participação no total Mundo	
	1989	1996			%	%	1989	1996
Alimentos	94	527	462,8	7,3	6,8	7,2	1,32	4,90
Bebidas e Fumo	14	299	2.103,6	4,8	1,0	4,1	2,25	18,44
Matérias Primas Não Comestíveis	160	300	87,2	2,4	11,6	4,1	3,20	5,04
Combustíveis	49	87	78,08	0,64	3,5	1,2	5,72	20,63
Óleos e Gorduras	3	22	543,6	0,3	0,2	0,3	0,63	2,45
Produtos Químicos	281	1.052	274,4	13,0	20,4	14,4	14,40	33,28
Manufaturas classificadas por tipo de Material	313	1.695	442,3	23,3	22,7	23,2	3,49	15,18
<i>Máquinas e Material de Transporte</i>	<i>405</i>	<i>2.929</i>	<i>623,9</i>	<i>42,6</i>	<i>29,3</i>	<i>40,1</i>	<i>5,86</i>	<i>30,76</i>
Manufaturados Diversos	58	389	574,8	5,6	4,2	5,3	2,64	12,76
Outros e não classificados	4	7	53,3	0,0	0,3	0,1	1,38	0,55
<b>Total</b>	<b>1.380</b>	<b>7.305</b>	<b>429,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,01</b>	<b>15,30</b>

*Fonte: Elaborado a partir de SECEX*

<sup>83</sup> Definido como superior a 15,3% de participação, que é a média de importância para todas seções.

**Tabela 3.4 - Brasil: pauta de importação em relação ao Mercosul, 1989 e 1996***Em US\$ milhões F.O.B. correntes e %*

Produto (SITC 1 Dígito Rev. 3)	Importações		$\Delta$ 89/96	Contribuição	Participação no total Mercosul		Participação no total Mundo	
	1989	1996	%	%	1989	1996	1989	1996
<i>Alimentos</i>	908	2.756	203,6	30,5	41,4	33,4	54,70	58,15
Bebidas e Fumo	4	22	469,9	0,3	0,2	0,3	12,03	8,76
Matérias Primas Não Comestíveis	292	652	123,1	5,9	13,3	7,9	21,07	26,64
Combustíveis	37	1.247	3.312,2	20,0	1,7	15,1	0,83	18,08
Óleos e Gorduras	60	179	200,8	2,0	2,7	2,2	49,72	51,97
Produtos Químicos	245	503	105,0	4,2	11,2	6,1	8,72	5,96
Manufaturas classificadas por tipo de Material	393	673	71,1	4,6	17,9	8,1	20,83	12,66
Máquinas e Material de Transporte	173	1.866	976,1	27,9	7,9	22,6	3,49	9,10
Manufaturados Diversos	82	310	277,7	3,8	3,7	3,8	8,51	7,88
Outros e não classificados	0	50	-	-	-	0,6	0,00	12,46
<b>Total</b>	<b>2.194</b>	<b>8.258</b>	<b>276,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>12,01</b>	<b>15,50</b>

*Fonte: Elaborado a partir de SECEX*

Em conclusão, conforme já haviam apontado Machado e Markwald (1997: 198), o advento do Mercosul promoveu uma inserção externa de seções que, em relação ao mundo como um todo, vinham perdendo espaço nas exportações, como no caso típico dos produtos manufaturados. De fato, em 1996, 39% das exportações brasileiras para a Argentina eram de produtos manufaturados intensivos em economias de escala (27% em 1990), contra 18% de participação destes setores no total exportado para o resto do mundo (21% em 1990). Por outro lado, produtos primários representavam em 1996 apenas 7% do total exportado para os parceiros subregionais (24% em 1990), mas totalizavam 19% das exportações ao resto do mundo (21% em 1990)<sup>84</sup>.

Não obstante a diferenciação da pauta exportadora para o Mercosul *vis à vis* o mundo como um todo, no caso das importações, o Mercosul não parece substituir o total dos parceiros externos como fornecedor de produtos manufaturados (embora as compras destes produtos da subregião tenham crescido significativamente, cerca de 275%), especialmente porque, em 1996, o Mercosul representou apenas 9% dos mercados de origem das importações totais nestes produtos. A importância, como vimos, é maior em produtos “primários” (47% do total) e em combustíveis

(18%), o que é compatível com a estrutura produtiva dos parceiros regionais do Brasil. Duas conclusões podem ser aqui expostas:

a) não é possível afirmar que o crescimento comercial do Mercosul se deu em detrimento do resto do mundo; antes, pelo contrário, as importações mundiais cresceram quase *pari passu* com as oriundas do Mercosul, e foram especialmente significativas em produtos manufaturados (nos quais o resto do mundo teria “maiores vantagens comparativas” e por isto poderia ser prejudicado por acordos preferenciais como o Mercosul, ver Yeats, 1997)

b) boa parte do desempenho positivo nas seções de manufaturados, no caso das exportações para o Mercosul, e de seções de produtos “primários”, combustíveis e parcialmente em Máquinas e Material de Transporte no caso de importações subregionais, pode ser explicado por razões além de acordos preferenciais. Razões como por exemplo custo de transporte e proximidade geográfica (relevante para Combustíveis), competitividade Argentina somada ao protecionismo central para produtos primários<sup>85</sup>, decisões estratégicas de multinacionais com filiais em mais de um país membro (caso típico de Máquinas e Materiais de Transporte), além de decisões políticas, fruto de negociações entre Argentina e Brasil (automóveis, trigo, petróleo, por exemplo).

O estudo aprofundado dos dados setoriais para o Mercosul que se segue procura enriquecer o debate suscitado inicialmente em Laird (1997) e Yeats (1997). Será visto que a desagregação indica uma maior convergência dos padrões de importação com origem no Mercosul e com origem multilateral, revelando que, ao menos no comércio de produtos industriais, o acordo regional não beneficia os parceiros do Mercosul em detrimento dos outros parceiros mundiais. Tal resultado confrontará, por exemplo, alguns dos argumentos apresentados por Yeats (1997) ou Bhagwati (1998).

---

<sup>84</sup> Como visto na seção 3.4.1 acima, o país perde mercado no mundo mesmo em produtos primários e tradicionais.

<sup>85</sup> Com mercados protegidos na América do Norte e na Europa, o Brasil torna-se naturalmente destino preferencial de produtos primários, em que sabidamente a Argentina é competitiva.

### **3.3 Análise de indicadores sobre a importância do Mercosul**

Segundo Portugal e Azevedo (2000: 164 e seguintes) a análise dos efeitos da criação de um bloco comercial pode ser realizada por duas metodologias, a saber, estatísticas descritivas e modelos econométricos de equilíbrio geral. O primeiro método pode ser considerado superficial, posto que centra-se apenas na descrição da evolução comercial do bloco. Ainda que a análise, através da decomposição do consumo aparente, permita discutir diretamente os efeitos de criação e desvio de comércio, não é capaz de identificar efeitos integrados sobre a renda, a produção, o comércio e o bem-estar dos países sócios. Apenas o tratamento rigoroso de modelos econométricos avançados poderia avaliar de forma completa os impactos da integração. Modelos gravitacionais que testam a relação e a significância de variáveis como renda, comércio, proximidade geográfica, proximidade cultural, efeito integração<sup>86</sup>, entre outras, podem chegar a resultados mais satisfatórios no que tange à compreensão dos efeitos da formação de um bloco comercial. Ainda assim, restam dúvidas sobre a qualidade e eficácia das estimativas, dado o estágio incipiente das técnicas empregadas.

No caso do Mercosul foram feitos testes econométricos por Flores (1996) e por Bosco e Cavalcanti (1999). O primeiro encontrou vestígios de criação de comércio, ainda que seus dados se limitassem a 1992, ao calcular *dummy* regional como positiva e significativa. O segundo utilizou modelos de equilíbrio geral computáveis para testar efeitos do Mercosul sobre o bem estar, o comércio e a produção em setores econômicos selecionados dos países membros. Pelos resultados alcançados esperava-se, na maioria dos setores, ganhos significativos de bem-estar por conta do efeito competição advindo da integração.

Por fim, Bosco e Cavalcanti (1999) encontraram indícios de desvio de comércio no período 1991-95, assim como verificaram ser significativo o efeito integração como motivador do comércio Brasil-Argentina. Além disto, ponderaram que a ocorrência destes desvios se deu em concomitância a um amplo processo de abertura unilateral, o que minimizaria o efeito *trade diversion*.

Quanto aos efeitos do Mercosul calculados pelo método de estatísticas descritivas, Portugal e Azevedo (2000:172) afirmam que trabalhos como o de Haguenaer et alli (1997) e Moreira e Correa

(1996) realizaram análises sobre o impacto da abertura sobre o consumo aparente sem, no entanto, preocuparem-se com o efeito integração regional, posto que não diferenciaram as origens das importações (se extra ou intra-bloco).

Os índices calculados nas seções abaixo pretendem suprir esta lacuna. Assumindo que a análise descritiva perde em complexidade para modelos econométricos, decidiu-se lançar mão da primeira metodologia motivado pelo esforço da CEPAL (1998e) que foi capaz de mostrar interessantes impactos dinâmicos da integração sub-regional sobre a economia uruguaia. Além disto, tais indicadores revelam-se apropriados para identificar efeitos da integração que transcendem a problemática criação/desvio de comércio (ou ganhos/perdas de bem-estar) e apontam para verificação do processo integracionista como elemento catalisador de melhor inserção comercial dos países membros e como fomentador de competitividade local, na acepção de por exemplo Dornubush (1989).

Desta forma serão construídos e analisados indicadores de desempenho de comércio por setores industriais para o Mercosul, conforme metodologia empregada por CEPAL (1998e). A vantagem de empregar esta metodologia é testar ao mesmo tempo o desempenho externo de cada setor em relação ao mundo, ao Mercosul e ao Resto do Mundo e comparar este desempenho setorial no consumo aparente local. Serão calculados os seguintes indicadores:

1. Indicador de criação ou desvio de comércio;
2. Participação do Mercosul no total transacionado (Imx e Imm);
3. Orientação regional das exportações (Oxi);
4. Taxa de Cobertura Relativa (TCR).

---

<sup>86</sup> De acordo com Portugal e Azevedo (2000: 168), “Uma dummy regional positiva (negativa) e estatisticamente significativa é associada à criação de comércio (desvio de comércio)”

### 3.3.1 *Indicador de criação ou desvio de comércio*

Muitas controvérsias cercam exercícios empíricos de medição de criação ou desvio de comércio. Incontáveis testes foram empreendidos para julgar acordos de comércio preferencial a partir da proposição de Viner (1950), que por sua vez insere-se numa ótica tradicional de análise sobre a formação de uniões aduaneiras. Por *criação de comércio*, entende-se um processo em que a produção doméstica de um país A é substituída, a partir da ausência de barreiras tarifárias e não-tarifárias possibilitada por acordo de livre-comércio, por exportações do país sócio B que, dada suas dotações de fatores, é capaz de produzir de forma mais eficiente a mercadoria a ser comercializada.

Por outro lado, *desvio de comércio*, ocorre se importações de A, antes originárias do país C, apartado do acordo de livre-comércio, forem substituídas, também como consequência do acordo preferencial, pelas compras provenientes de seu parceiro B, cuja produção é menos eficiente que a de C.

Nestes casos, parece claro que o “efeito criação” não é prejudicial, em termos de bem estar, para C e os demais países excluídos do acordo preferencial. Entretanto, o “efeito desvio” de comércio prejudica o resto do mundo.

Nesta visão, acordos preferenciais de comércio – empreendidos apenas como um movimento tipo *second best* - só seriam benéficos ao bem estar do conjunto dos agentes econômicos – locais e mundiais – se os efeitos líquidos de criação superassem aqueles de desvio de comércio. Portanto, nesta perspectiva, a relação criação/desvio é fundamental para a aceitação de acordos preferenciais. A partir desta assertiva, muito se tem pesquisado para identificar a qualidade alocativa de acordos preferenciais, sem necessariamente encontrar resultados conclusivos. Quando muito, encontram-se evidências de que acordos entre países de dotação semelhante e igualmente competitivos teriam maiores probabilidades de serem criadores de comércio<sup>87</sup>.

Entretanto, novos desdobramentos teóricos sobre comércio internacional, centrados em modelos com economias de escala e diferenciação de produto, passam a minimizar a importância da

---

<sup>87</sup> O que, segundo El-Agraa (1982: 24), excluiria países em desenvolvimento. Nesta perspectiva, acordos do tipo sul-sul são inerentemente portadores de desvio de comércio, como aliás defende Yeats (1997) ou BIRD (1999).

discussão sobre desvio de comércio. Tais incrementos permitem verificar benefícios para o bem estar, independentemente da relação criação/desvio de comércio. Outras razões profundas (*deep-seated reasons*<sup>88</sup>) e efeitos (parceiros naturais, volume de comércio, bens regionais, complementaridade e toda uma miríade de benefícios não-tradicionais)<sup>89</sup> podem promover aumento de bem estar. E mesmo que eventualmente, como por exemplo no caso de países em desenvolvimento, haja desvio ou redução de bem estar, outros elementos dinâmicos e não econômicos podem justificar acordos regionais, como aliás vem ocorrendo<sup>90</sup>.

O indicador aqui construído, a partir da proposição de CEPAL (1998e: 27-28 e 38-9), se pretende menos complexo que aqueles calculados por exemplo por Bosco e Cavalcanti (1999), que identificam efeitos de desvio de comércio para o Mercosul, entre 1995 e 1991, a partir de modelos econométricos. Ou ainda a metodologia empregada por Nonnemberg e Mendonça (1999) que, contrariamente, verificaram efeitos de criação de comércio, para produtos agrícolas no Mercosul, entre 1988 e 1996.

A metodologia ora proposta permite agrupar setores conforme efeitos das importações, do mundo e do Mercosul, sobre o consumo aparente destes setores, numa perspectiva dinâmica. Grupos foram assim definidos:

- Substituição de importações: quando a variação da participação da produção doméstica no consumo aparente supera as variações das importações do Mercosul e do Resto Mundo, ou seja, caso em que a produção local substitui, ao mesmo tempo, a oferta regional e global no consumo aparente.
- Substituição por Importações Extra-bloco: neste caso a participação da produção doméstica se reduz, da mesma forma que a participação das importações do Mercosul, ambas beneficiando assim a influência das importações extra-bloco no total da demanda.

---

<sup>88</sup> Krugman (1993: 75)

<sup>89</sup> Por exemplo, ver Krugman (1993), Summers (1991), Ethier (1998) ou Helpman (1999), Fernández (1997), entre outros.

<sup>90</sup> Dornbusch (1989), Krugman (1988), Bakerman (1993), Di Filippo (1997), entre outros.

- Desvio de comércio: ocorrendo ou não crescimento da participação da produção doméstica, mas ocorrendo redução da participação das importações extra-bloco e aumento da participação das importações do Mercosul, verifica-se uma substituição potencialmente desviadora de comércio.
- Criação e Abertura: neste caso tanto as importações do Mercosul como as extra-bloco substituem a produção doméstica na composição do consumo aparente, mas a participação das compras extra bloco supera a influência também crescente das compras do Mercosul.
- Criação de comércio: finalmente, neste caso, repete-se a situação anterior, com a exceção da superação da influência do Mercosul sobre a participação das compras extra-bloco.

*De forma esquemática os grupos podem ser assim definidos:*

Sd = Participação da produção para mercado interno no consumo aparente

Sm = Participação das importações do Mercosul no consumo aparente

Srow = Participação das importações do resto do mundo no consumo aparente

*de onde se conclui que:*

$$d+m+row = \text{Consumo aparente}$$

$$Sd+Sm+Srow = 1$$

*além disto pode-se definir que:*

$\Delta Sd, \Delta Sm, \Delta Srow$  = Variações percentuais das variáveis Sd, Sm e Srow entre 1989 e 1996

*e portanto:*

$$\Delta Sd + \Delta Sm + \Delta Srow = 0$$

*Feito isto, basta definir que:*

<i>Ocorrência</i>	<i>Condicionais</i>
Substituição de Importações	= $\uparrow \Delta Sd, \downarrow \Delta Sm, \downarrow \Delta Srow$
Substituição por Importações Extra-bloco	= $\downarrow \Delta Sd, \downarrow \Delta Sm, \uparrow \Delta Srow$
Desvio de Comércio	= $\uparrow \downarrow \Delta Sd, \uparrow \Delta Sm, \downarrow \Delta Srow$
Criação e Abertura	= $\downarrow \Delta Sd, \uparrow \Delta Sm < \uparrow \Delta Srow$
Criação de Comércio	= $\downarrow \Delta Sd, \uparrow \Delta Sm > \uparrow \Delta Srow$

Os resultado obtidos são descritos abaixo.

**Tabela 3.5 - Brasil: resultados da influência das importações do Mercosul e do Mundo sobre o consumo aparente, 1989 e 1996**

Setor Matriz	Categoria	Resultado
Óleos Veg. em bruto	Bens de Consumo Não Duráveis	Substituição de Importações
Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	Bens de Consumo Não Duráveis	Substituição de Importações
Ind.do café	Bens de Consumo Não Duráveis	Substituição de Importações
Siderurgia	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco
Celulose e Pasta mecânica	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco
Prod. Químicos diversos	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco
Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação	Bens de Capital	Substituição por Importações Extra-bloco
Vidro e artigos de vidro	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco
Aduos e fertilizantes e Corret.Solo	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco
Cimento e clínquer	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco
Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	Bens de Consumo Não Duráveis	Desvio de Comércio
Moagem de trigo	Bens de Consumo Não Duráveis	Desvio de Comércio
Motores e Peças p/veículos	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura
Metalurgia dos não-ferrosos	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Maq.equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios	Bens de Capital	Criação e Abertura
Calçados	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Ind. do açúcar	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Ind. do fumo	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura
Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Papel, papelão e artefat. de papel	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Resinas, Fibras e Elastômeros	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Outros produtos metalúrgicos	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Ind. da Borracha	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Apar.e equip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura
Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios	Bens de Capital	Criação e Abertura
Fab. outros veículos	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura
Petroquímica básica e intermediária	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Outras ind.Têxteis	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Condutores e outros mat.elet.excl. p/veículos	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura
Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.	Bens de Capital	Criação e Abertura
Outros Prod. de Miner. Não-Met.	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Outras indústrias alimentares	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Ind. Farmacêutica	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Ind. de Perfumaria, sabões e velas	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Ind. de bebidas	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Artigos de mat. plástico	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura
Laminados plásticos	Bens Intermediários	Criação e Abertura
Ind. da Madeira	Bens Intermediários	Criação de Comércio
Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci	Bens Intermediários	*
<b>TOTAL</b>		<b>Criação e Abertura</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX e segundo metodologia proposta em CEPAL (1998)

Como foi visto, os setores se comportaram segundo cinco grupos de resultados.

No primeiro, Substituição de Importações, a produção para o mercado interno suplantou as importações como principal fornecedora do incremento do consumo aparente, cujo aumento pode ser explicado pela estabilização monetária e o surto do aumento do consumo destes produtos. Houve então, uma “substituição de importações”, ou melhor definindo, um predomínio da produção doméstica como vetor de atendimento ao crescimento da demanda. Este grupo representou 3% do consumo aparente e 13% das exportações setoriais em 1996 (ver Tabela A2, no Anexo).

No segundo grupo, Substituição por Importações Extra-bloco, encontram-se bens intermediários e um bem de capital cujas importações extra-regionais suplantam as importações regionais na ocupação de espaço da produção doméstica em queda. *Outsourcing* de insumos dos ramos químicos e modernizações estimuladas pela preparação do setor de telecomunicações para privatização e outras formas de apropriação do mercado doméstico explicam o incremento das importações extra-regionais nestes setores. Este grupo representou em 1996, 17% das exportações e do consumo aparente do total dos setores analisados.

Ao contrário do sugerido por Yeats (1997) e Laird (1997) apenas dois setores – derivados do leite e moagem do trigo, claramente característicos de maior competitividade dos sócios do Mercosul e não dos países centrais - promoveram Desvio de Comércio, o terceiro grupo. Seu ínfimo tamanho nas vendas externas (menos de 0,5%) e pequena participação na demanda (menos de 5%) marginalizam os possíveis efeitos deletérios para o bem-estar dos consumidores brasileiros, mas também dos estrangeiros, como advogavam os críticos do Mercosul.

Pelo contrário, o maior grupo de setores, responsável por 75% do consumo aparente e 67% das exportações setoriais, caracterizou-se por um processo de crescimento das importações extra-regionais e regionais, sendo que as primeiras suplantaram as segundas. No grupo Criação e Abertura a heterogeneidade das categorias de uso pode ser explicada pela estratégia de *outsourcing* (farmacêutica, automobilística, complexo químico), pela importação de produtos finais e bens de capital para atender e modernizar mercado interno (aparelhos de TV e todos bens de capital), além da caracterização do Mercosul como um *locus* fomentador da complementaridade e fortalecimento de setores há muito instalados na subregião, controlados (automobilística, farmacêutica, higiene e

limpeza, química) ou não controlados (plásticos, fibras e têxteis, condutores, bebidas, etc) por corporações transacionais.

O fato é que, no maior mercado do Mercosul a abertura comercial dos anos 90 proporcionou diversas oportunidades aos produtos importados, que foram rapidamente aproveitadas tanto pelos parceiros do Mercosul, como e, principalmente, pelos demais parceiros extra-regionais. Fatos que fragilizam severamente o argumento de que o Mercosul seria um “*stumbling block*” fechado e artífice potencial de uma redução do bem-estar mundial.

### ***3.3.2 Importância do Mercosul (Imx e Ims)***

Este indicador explicita a relevância do Mercosul como destino das exportações ou origem das importações setoriais. Terá valia sobretudo na ilustração de desempenho a partir de outros índices. Não capta a importância do Mercosul para os outros parceiros, especialmente a Argentina que encontra-se relativamente dependente (cerca de 35%) do Brasil como mercado destino de suas exportações.

A tabela abaixo resume os resultados para o exercício de verificar a importância do Mercosul como mercado de destino das vendas externas ou centro produtor de bens importados.

Tabela 3.6 - Brasil: importância do Mercosul para setores selecionados, 1989 e 1996

Em %

Setor Matriz	Imp. Mercosul/Total			Exp. Mercosul/Total		
	1989	1996	$\Delta$ Imm	1989	1996	$\Delta$ Imx
GRANDE IMPORTÂNCIA DO MERCOSUL PARA EXPORTAÇÕES EM 1989 (>50%)						
Cimento e clínquer	80,4%	2,2%	-97,3%	79,6%	38,8%	-51,3%
Peças e estrut. de concreto, cimento e fibrocimento	-	4,7%	-	65,3%	88,3%	35,3%
MÉDIA IMPORTÂNCIA DO MERCOSUL PARA EXPORTAÇÕES EM 1989 (>20%)						
Petroquímica básica e intermediária	17,6%	7,1%	-59,8%	20,5%	26,8%	30,6%
Abugos e fertilizantes e Corretores de Solo +	3,2%	0,7%	-78,5%	25,2%	98,4%	291,0%
Ind. de Perfumaria, sabões e velas +	18,3%	9,2%	-49,5%	31,7%	62,1%	95,8%
Laminados plásticos	20,4%	44,3%	117,5%	27,4%	35,3%	29,1%
Ind. de bebidas	19,4%	22,9%	18,0%	29,1%	51,4%	76,9%
PEQUENA IMPORTÂNCIA DO MERCOSUL PARA EXPORTAÇÕES EM 1989 (>5%)						
Vidro e artigos de vidro +	36,9%	11,0%	-70,0%	9,2%	34,3%	274,5%
Outros Produtos de Minerais. Não-Metálicos +	1,4%	4,3%	208,3%	9,8%	26,0%	164,5%
Outros produtos metalúrgicos +	5,3%	5,8%	9,2%	8,5%	32,3%	280,9%
Máquinas, equip. e Inst. -Incl. Peças e acessórios +	4,4%	2,2%	-50,3%	9,0%	28,4%	214,3%
Tratores e Maq. Rod. Incl. Peças e Acessórios +	0,4%	0,8%	125,3%	9,7%	26,9%	176,9%
Equip. p/Produção e distr. de Energia Elet. +	0,6%	2,1%	238,6%	10,4%	24,7%	137,6%
Condutores e outros mat. elet. excl. p/veículos +	1,9%	3,1%	63,0%	14,4%	36,7%	154,3%
Apar. e equip. elet. -Incl. eletrodom, maq. escri +	5,0%	5,2%	4,2%	5,3%	23,4%	339,4%
Matl., Apar. Eletrônicos e de Comunicação +	1,2%	0,2%	-83,7%	7,6%	27,0%	256,6%
Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus ++	0,7%	49,7%	6555,9%	5,6%	56,1%	900,6%
Papel, papelão e artefat. de papel +	13,5%	8,7%	-35,6%	8,6%	32,1%	273,6%
Ind. da Borracha +	15,5%	15,0%	-3,7%	9,0%	40,1%	347,1%
Elementos Quím. Não petroq. ou carboq. +	4,9%	4,2%	-14,1%	11,4%	22,3%	96,4%
Resinas, Fibras e Elastômeros +	15,3%	14,1%	-8,0%	12,1%	43,5%	259,6%
Prod. Químicos diversos +	17,9%	7,1%	-60,3%	12,7%	31,2%	145,1%
Artigos de mat. plástico +	7,9%	10,0%	26,7%	10,1%	48,3%	379,8%
Outras ind. Têxteis +	32,4%	8,5%	-73,7%	6,4%	32,8%	415,9%
Ind. do café +	0,0%	1,1%	-	7,5%	31,6%	322,9%
Moagem de trigo ++	77,0%	89,8%	16,6%	18,7%	68,8%	267,5%
Ind. do fumo	69,6%	25,0%	-64,0%	11,8%	15,2%	28,3%
Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	39,9%	59,8%	49,8%	7,4%	17,3%	132,8%
Outras indústrias alimentares +	36,3%	36,8%	1,3%	9,0%	28,4%	216,3%
MARGINAL IMPORTÂNCIA DO MERCOSUL PARA EXPORTAÇÕES EM 1989 (<5%)						
Siderurgia +	14,8%	4,9%	-67,1%	2,5%	6,6%	161,9%
Metalurgia dos não-ferrosos +	2,0%	5,2%	161,3%	1,6%	6,5%	292,8%
Apar. Recep. de TV, Rádio e Equip. Som	0,0%	2,6%	5670017,9%	3,6%	1,3%	-63,9%

<i>Motores e Peças p/veículos ++</i>	11,9%	20,8%	75,3%	4,2%	33,4%	688,4%
<i>Fab. outros veículos +</i>	0,4%	0,4%	12,7%	0,8%	5,1%	551,6%
<i>Ind. da Madeira</i>	81,1%	67,2%	-17,2%	1,2%	3,9%	225,0%
<i>Celulose e Pasta mecânica</i>	24,3%	7,1%	-70,9%	1,1%	1,2%	6,2%
<i>Ind. Farmacêutica ++</i>	1,5%	6,3%	329,8%	4,3%	29,8%	595,9%
<i>Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais ++</i>	81,1%	43,3%	-46,5%	2,6%	24,5%	858,8%
<i>Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint +++</i>	21,6%	16,8%	-21,9%	4,2%	59,9%	1320,7%
<i>Calçados</i>	20,1%	24,5%	21,5%	0,9%	4,1%	353,4%
<i>Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond</i>	66,7%	29,4%	-55,9%	0,6%	3,2%	404,9%
<i>Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes +</i>	48,2%	75,8%	57,3%	0,4%	12,3%	3376,5%
<i>Ind. do açúcar</i>	0,0%	3,9%	-	0,5%	1,9%	307,6%
<i>Óleos Veg. em bruto</i>	73,3%	82,9%	13,1%	0,0%	0,0%	24,8%
<i>Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim ++</i>	27,3%	27,5%	0,7%	1,0%	20,4%	1854,7%

*Memo: em azul (itálico) setores em que a importância do Mercosul para exportações aumentou; em vermelho (negrito) setores em que a importância do Mercosul para exportações diminuiu; + mudança de 1 nível*

*Fonte: Elaborado a partir de SECEX*

A avaliação dos dados é clara. Apenas dois setores não sofreram incrementos na importância do Mercosul como destino das exportações. A média do Imx para 1989 era cerca de 11%; em 1996 este mesmo indicador sobe para 30%. Ou seja, o advento da integração ampliou mercados para praticamente todos os setores industriais brasileiros, sem no entanto proporcionar uma “Mercosul dependência”, posto que, como foi apontado, em média, menos de um terço das vendas externas encontra mercado no Mercosul (isto é, dois terços das exportações setoriais médias ainda dependem mais das vendas extra-regionais). Destaques para Autoveículos e Moagem do trigo que saltaram para um patamar superior a 50%. Como vimos, no caso de Autoveículos (mas também em Motores e Peças) o desempenho pró-Mercosul é consequência direta do comércio intra-setorial e intra-firma do complexo de transporte, composto por multinacionais com filiais tanto no Brasil quanto na Argentina. Além disto, políticas especiais, como o Regime Automotivo, conferem ao setor um caráter mais sensível à integração.

Além disto, o crescimento pode ser relativizado pelo fato de que em 1989, a maior parte dos setores dependia pouco do Mercosul como mercado, ou melhor, seus Imx situavam-se entre 5% e 20%. Foi justamente este conjunto de setores cuja importância dos mercados associados mais cresceu, sendo que boa parte deles saltou para um patamar com exportações para o Mercosul entre 20% e 50%, um patamar de média importância. Novamente, o Mercosul tornou-se um destino importante para quase a totalidade dos setores, mas em poucos casos superou uma nível de dependência superior a 50%. Em setores de produtos mais elaborados, nos quais o país teria menor

competitividade, apenas o já comentado caso da indústria de autoveículos representou um aumento significativo, com mudança para o patamar mais alto (> 50%). Dadas as especificidades estruturais e patrimoniais deste setor, é temerário apontar um “desvio” provocado por um acordo preferencial de livre comércio (como faz Yeats, 1997). Na verdade o desempenho verificado obedece a estratégias produtivas de firmas globais, como demonstrado por Oman (1994) e são contempladas por acordos de jure, como aquele representado pelo Regime Automotivo.

Aliás, é sintomático que o desempenho da importância do Mercosul como origem das importações setoriais também aponte para o setor de Autoveículos como destaque (salta de menos de 1% do total importado em 1989 para 50% em 1996), indicando novamente o aproveitamento estratégico *de facto* da composição oligopólica do setor. Além disto, apesar das estratégias apontadas<sup>91</sup> e de supostos benefícios preferenciais concedidos, metade das importações brasileiras do segmento de Autoveículos e 4/5 das compras de Motores e Peças são originárias de mercados extra-regionais, explicitando o caráter aberto do Mercosul justamente em seu setor mais apontado como “desviante” de comércio (ver Yeats, 1997).

De fato, setores cujas importações em 1996 tiveram forte dependência do Mercosul são aqueles em que sabidamente os parceiros dispõem de vantagens competitivas: Moagem do trigo (90%), Resfriamento e Preparo de Leite (60%), Abate de animais (76%), Óleos Vegetais (83%), Indústria da Madeira (67%). Novamente, é pouco provável que o crescimento da participação das compras da sub-região nestes setores tenha se dado por “preferências desvirtuadas”, ao invés de serem frutos de reconhecida competitividade dos sócios ou custos de transportes (e pericimento).

### 3.3.3 Orientação regional das exportações (Oxi)

Índice definido como se segue:

$$O_{xi} = \frac{X_{sm} / X_{sw}}{X_m / X_w}$$

---

<sup>91</sup> Ressalte-se que a diferença da importância do Mercosul para importações e exportações para o setor fornecedor de Motores e Peças indica que a estratégias das montadoras foi pela especialização das plantas brasileiras em insumos e veículos de baixo valor agregado - dependentes de larga escala de produção - e a especialização da Argentina em veículos de maior valor agregado, menos dependentes de grande capacidade instalada.

Onde  $X$  seriam exportações de um país  $i$ ,  $s$  um setor específico,  $m$  é total do comércio industrial com o Mercosul e  $w$  é o total do comércio industrial do país com o mundo (inclusive com Mercosul). Se  $Oxi$  for maior que um, significa que a participação do Mercosul como mercado de exportação para o setor  $s$  é superior à participação do mundo como um todo. Segundo CEPAL (1998e: 38) mais interessante que este indicador em si é uma análise dinâmica, isto é, calcular a variação de  $Oxi$  no tempo, de preferência comparando um período pré e outro pós abertura preferencial (no nosso caso, 1989 e 1996). Se a variação ( $\Delta Oxi$ ) for maior que 1, então é muito provável que o desempenho do setor tenha reagido positivamente ao acordo regional.

O resumo dos dados pode ser verificado abaixo, lembrando que se  $Oxi$  for maior que um, então as exportações do setor  $i$  são orientadas para o Mercosul. Quanto maior o índice  $Oxi$ , mais direcionadas são as exportações. Analisando-se agregadamente, pode-se perceber que as exportações setoriais têm uma pequena orientação regional, mas sofreram uma variação positiva (5,8%) entre 1989 e 1996, indicando que o conjunto dos setores não sofreu impactos significativos em sua orientação exportadora com o advento da integração *de jure*. Portanto, não é possível afirmar que os setores industriais como um todo tenham sofrido uma guinada em sua orientação exportadora, pelo contrário, a tendência de estabilização indicaria que um certo grau de orientação regional fazia parte da estrutura da indústria nacional, explicado talvez por componentes como custos de transportes e outras externalidades da proximidade geográfica, além do caráter complementar entre as estruturas dos dois principais parceiros do Mercosul, Argentina e Brasil.

Avançando na análise, e novamente com base em CEPAL (1998e), foi possível identificar quatro grupos de setores. O primeiro deles representa os setores com orientação regional em 1996 e cujos índices estão crescendo, isto é, os setores podem estar se beneficiando do ambiente de integração. No caso dos setores de Refino de Óleos, Indústria Farmacêutica, Motores e Peças e Fiação e Tecelagem, além da orientação regional ter sofrido razoável aumento, são setores que provocaram uma inflexão em sua orientação, deixando de exportar para fora da região. Para Motores e Peças vale o mesmo raciocínio já apontado em outras ocasiões, o setor serve-se da estratégia das montadoras localizadas em mais de um sócio subregional. O mesmo pode ser aferido para Farmacêutica, indústria fortemente oligopolizada mundialmente que também faz uso de *outsourcing*. Já Refino de Óleos parece estar se valendo da proximidade, enquanto que Fiação e Tecelagem pode,

de fato, estar se valendo de acordos preferenciais, posto que é notória a perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado mundial, que, ademais, também é muito protegido pelo Acordo Multifibras<sup>92</sup>. De qualquer forma este setor representou em 1996 pouco mais de 1% do total das exportações setoriais. Por fim vale ressaltar que este primeiro grupo de beneficiados responsabilizou-se por 19% das exportações setoriais e 27% do consumo aparente, com inegável destaque para autoveículos (8% do consumo aparente e quase 4% das exportações, ambos em 1996).

O segundo grupo é formado por setores que orientam exportações para o Mercosul, mas o fazem de forma decrescente em relação à 1989. Juntos representavam 26% das exportações totais e 51% do consumo aparente, formando portanto a maior parte da demanda, razão pela qual, em média, podem ter se beneficiado da expansão do mercado interno a partir da estabilização monetária. Este parece ser o caso de Bebidas, Outras Indústrias Alimentares, Perfumaria, Laminados Plásticos, Vidro, etc. que tinham e têm uma considerável orientação regional porque boa parte destes setores é composta por bens mais dificilmente transacionáveis a longa distância (Vidro, Cimento, Petroquímica, Plásticos, Tratores, Resinas, Adubos e Fertilizantes, entre outros) e que, desta forma já encontravam no Mercosul um mercado adequado às suas pretensões externas. De fato neste grupo não há nenhum setor em que a importância do mercado regional para as exportações do setor (*Imx*) tenha sido inferior a 20% em 1996<sup>93</sup>.

O terceiro e o quarto grupos agregam os setores que, no ano de 1996, orientavam suas exportações para fora da região. O terceiro aponta uma tendência de declínio do Oxi, explicitada pela queda de mais de 90% no setor de Aparelhos Receptores de TV que, como vimos, tem reduzido violentamente seus embarques, sobretudo por conta da ampliação da demanda doméstica e que, além disto, é dependente de regimes especiais de tributação, como a Zona Francas de Manaus. Excetuando-se este setor, todos os outros caracterizam-se como produtos primários ou pouco elaborados, em que tradicionalmente o Brasil assegurava certa competitividade, embora comprimida pelo câmbio valorizado e pela tendência à deterioração dos preços internacionais. Em situações conjunturais adversas, um deslocamento das vendas em direção ao mercado regional pode ser uma

---

<sup>92</sup> Ver Hiratuka e García (1995)

<sup>93</sup> Em 1989, apesar de alguns setores terem um *Imx* inferior a 10%, a média neste grupo para o indicador em questão era de exatamente 20%.

alternativa procedente. Não por acaso, é o grupo de setores com maior presença nas exportações totais (38%) e apenas 15% no consumo aparente, ainda assim por causa dos setores siderúrgicos e de Resfriamento e Preparação de Leite (juntos somam 9% da demanda interna).

Por fim, o quarto e último grupo parece fortalecer os mercados extra-regionais como destino das exportações. É composto por produtos primários e setores tradicionais da pauta brasileira (Calçados, Açúcar, Frutas e Abate de Animais) que explicitam a já comentada manutenção não competitiva da inserção externa brasileira (só a indústria do Açúcar contribuiu com quase 11% da variação total das exportações entre 1989 e 1996)<sup>94</sup>. A exceção cabe ao setor Fabricante de Outros Veículos, composto especialmente por aeronaves, que de fato encontram seus principais mercados fora da região, mas só em finais da década de 90 é que parecem estar edificando linhas de comercialização consolidadas<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Além disto, Calçados e Açúcar são excluídos dos acordos de integração pela Argentina, temerária do excesso de competitividade brasileira nestes setores.

<sup>95</sup> É possível afirmar que manter o controle nacional da Embraer é possibilitar a garantia da geração de divisas, além de promover muitos *spill overs* tecnológicos, estimulando a capacitação da indústria como um todo.

Tabela 3.7 - Brasil: orientação exportadora de setores selecionados, 1989 e 1996

memo: se  $Oxi > 1$  há orientação exportadora regional

Setor Matriz	Oxi		
	1989	1996	$\Delta Oxi$
<b>Orientação regional em crescimento</b>			
Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	0,23	1,13	384,7%
Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	0,94	3,32	252,3%
Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	1,25	3,11	148,1%
Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	0,57	1,35	137,8%
Motores e Peças p/veículos	0,94	1,85	95,5%
Ind. Farmacêutica	0,96	1,65	72,6%
Outras ind.Têxteis	1,42	1,82	27,9%
Artigos de mat. plástico	2,25	2,67	19,0%
Ind. da Borracha	2,00	2,22	10,9%
Apar.e equip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri	1,19	1,29	9,0%
Ind.do café	1,67	1,75	4,9%
<b>Orientação regional em queda</b>			
Cimento e clínquer	17,76	2,15	-87,9%
Laminados plásticos	6,11	1,96	-68,0%
Petroquímica básica e intermediária	4,59	1,48	-67,6%
Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci	14,57	4,89	-66,4%
Ind. de bebidas	6,49	2,85	-56,1%
Ind. de Perfumaria, sabões e velas	7,08	3,44	-51,4%
Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	2,54	1,24	-51,3%
Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.	2,32	1,36	-41,1%
Prod. Químicos diversos	2,84	1,73	-39,2%
Condutores e outros mat.elet.excl. p/veículos	3,22	2,03	-36,9%
Outros Prod. de Miner. Não-Met.	2,20	1,44	-34,4%
Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios	2,17	1,49	-31,3%
Maq.equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios	2,01	1,57	-22,1%
Outras indústrias alimentares	2,00	1,57	-21,6%
Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação	1,69	1,50	-11,6%
Resinas, Fibras e Elastômeros	2,70	2,41	-10,8%
Moagem de trigo	4,18	3,81	-8,9%
Papel, papelão e artefat. de papel	1,92	1,78	-7,4%
Vidro e artigos de vidro	2,04	1,90	-7,1%
Outros produtos metalúrgicos	1,89	1,79	-5,6%
Adubos e fertilizantes e Corret.Solo	5,62	5,44	-3,0%
<b>Orientação extra-regional em queda</b>			
Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som	0,81	0,07	-91,1%
Celulose e Pasta mecânica	0,25	0,07	-73,7%
Óleos Veg. em bruto	0,01	0,00	-69,1%

Ind. do fumo	2,64	0,84	-68,2%
Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	1,66	0,96	-42,3%
Siderurgia	0,56	0,37	-35,1%
Ind. da Madeira	0,27	0,22	-19,4%
Metalurgia dos não-ferrosos	0,37	0,36	-2,6%
<b>Orientação extra-regional em crescimento</b>			
Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	0,08	0,68	762,1%
Fab. outros veículos	0,17	0,28	61,6%
Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	0,14	0,18	25,2%
Calçados	0,20	0,23	12,4%
Ind. do açúcar	0,10	0,10	1,1%
	<b>1,12</b>	<b>1,18</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

### 3.3.4 Taxa de Cobertura Relativa (TCR)

Indicador definido como:

$$TCR_m = \frac{X_{sm} / M_{sm}}{X_m / M_m}$$

$$TCR_{row} = \frac{X_{srow} / M_{srow}}{X_{row} / M_{row}}$$

$$TCR_{tot} = \frac{X_{stot} / M_{stot}}{X_{tot} / M_{tot}}$$

Onde  $m$  é Mercosul,  $s$  é setor industrial,  $X$  exportações,  $M$  importações,  $row$  é Resto do Mundo (portanto exclui Mercosul) e  $tot$  é o total das transações com o mundo (inclui Mercosul). Em todos os casos, se a TCR for maior que um, o setor  $s$  é exportador líquido para o Mercosul, para o Resto do Mundo ou para o Mundo como um todo. Se for menor que um, o setor  $s$  é um importador líquido conforme o agrupamento de parceiros. Também neste caso, a variação do índice entre 1989 e 1996 pode dar uma perspectiva dinâmica ao desempenho do setor estudado e à importância do Mercosul neste desempenho.

A taxa de cobertura relativa permite mostrar se um determinado setor é um exportador ou importador líquido. Na simulação a seguir, tentou-se identificar as características dos setores

calculando uma TCR para o Mercosul (TCR<sub>m</sub>) e outra para o Resto do Mundo (TCR<sub>row</sub>) em 1996, sem, no entanto, ignorar a perspectiva dinâmica, ou seja, levando-se em conta a evolução dos referidos indicadores entre 1989 e 1996. Resumindo os resultados na Tabela 3.8 abaixo pode-se notar, novamente em que medida o comportamento externo dos setores é influenciado ou não pelo acordo de integração subregional.

Podemos identificar uma matriz com 4 grupos principais indicando a vocação externa dos setores em 1996, cada um com mais 4 quadrantes secundários, indicando a evolução dos indicadores em questão entre 1989 e 1996.

No primeiro grupo, encontram-se os setores que têm comportamento exportador *convergente*, isto é, são exportadores líquidos tanto para o Mercosul quanto para o Resto do Mundo, indicando uma vocação exportadora global. Neste caso, são setores tradicionais da pauta compostos por bens de consumo não duráveis pouco elaborados e influenciados sobretudo pela demanda, externa e interna, tendo pouca importância a integração: Calçados (saldo em queda nos dois destinos); Café, Açúcar, Têxteis (aumentando saldo com Mercosul, mas reduzindo com o Resto do Mundo, embora possa ser um movimento conjuntural, dada a volatilidade da inserção externa, sobretudo de Açúcar e Têxteis). Participam ainda bens intermediários intensivos em recursos naturais: Siderurgia e Fumo (saldo em expansão nos dois destinos, mais uma vez evidenciando possível regressão especializadora); Metalurgia, Outros Produtos de Minerais (semi-manufaturados reduzindo saldo com Mercosul) e Papel e papelão. As exceções são Tratores e Máquinas Rodoviárias (bens de capital, pouco transacionáveis, tanto que sofrem tendência de redução da TCR<sub>m</sub> e TCR<sub>row</sub>) e Aparelhos e Equipamentos eletrônicos, inclusive eletrodomésticos que tenderam a incrementar saldo para dois destinos, embora para a TCR<sub>row</sub> seja muito próxima do equilíbrio. De qualquer forma, pode-se supor que o aumento das exportações líquidas neste último setor tenha ocorrido como reflexo de mercados externos conquistados após anos de contração do mercado doméstico de bens de consumo duráveis. É inegável que todos estes setores “vencedores” explicitam a fragilidade da inserção externa, posto que quase em sua totalidade são caracterizados como setores pouco elaborados.

Logo abaixo, encontramos o segundo grupo, onde estão alocados setores que foram em 1996 exportadores líquidos para o Mercosul, mas importadores líquidos do Resto do Mundo,

explicitando-se assim um padrão divergente. Estão presentes neste padrão bens de consumo não duráveis (Perfumaria e Artigos de Plásticos), bens de consumo duráveis (Fabricação de Outros Veículos), bens de capital (Equipamentos para Produção e distribuição de Energia Elétrica; Material, Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação; e Máquinas Equipamentos e Instalação -Inclusive Peças e acessórios) e bens intermediários (Indústria da Borracha; Elementos Químicos. Não-Petroquímicos ou Carboquímicos; Produtos Químicos Diversos; Indústria de Perfumaria, Sabões e velas; Condutores e Outros Materiais Elétricos - exclusive para veículos; Cimento e Clínquer, Vidro e Artigos de Vidro; Adubos e Fertilizantes e Corretores de Solo; Peças e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento; Outros Produtos Metalúrgicos; Motores e Peças para Veículos; Petroquímica Básica e Intermediária; Resinas, Fibras e Elastômeros; Artigos de Material Plástico). No caso de bens intermediários, o comportamento divergente pode ser explicado por estratégias de *outsourcing* e/ou estratégias de complementação intra-setorial de cadeias cuja ponta é comandada por multinacionais com presença importante na Argentina e no Brasil (autoveículos, química, perfumaria e limpeza, fertilizantes). Além disto, certos setores de difícil transacionabilidade beneficiam-se da distância menor do mercado regional para serem exportadores líquidos (cimento, vidro, artigos de plásticos).

No caso de bens de capital, presencia-se o esvaziamento da cadeia no Brasil, posto que as fortes importações de bens de capital vêm fragilizando o setor nacional que, como que num espasmo, busca mercados subregionais para ocupar parte da capacidade extremamente subutilizadas. Já a Fabricação de Outros Veículos expõe o comportamento aberto do setor, posto que a Embraer agrega localmente uma pequena parte de sua produção de aviões, além disto, a TCRrow vem aumentando, indicando uma tendência à exportação líquida também para o Resto do Mundo, que se consolidará em 1999, quando esta empresa assume a liderança nas exportações brasileiras, totalizando quase US\$ 1,7 bilhão em vendas externas.

Portanto, talvez seja precipitado falar em “desvio” apenas porque há uma divergência nos comportamentos externos dos setores. Em última instância, este indicador não permite visualizar com clareza se o comportamento de bens de capital e bens intermediários está atendendo a uma influência das preferências no âmbito do Mercosul. Não obstante, pode-se intuir que respondem muito mais à estrutura complementar dos dois principais sócios, ao aproveitamento de economias de

escala, aos fluxos intra-industriais e, principalmente, ao comportamento regional das firmas transnacionais que podem inclusive usar Brasil ou Argentina como centro distribuidor de insumos para os outros sócios - o que explicaria a importação líquida do Resto do Mundo e a exportação líquida para o Mercosul, se o Brasil assumisse, como de fato o faz em vários setores, o papel de “base operadora” do Mercosul<sup>96</sup>.

O terceiro grupo, no canto direito inferior, mostra novamente um padrão convergente, só que agora para as importações: estão aqui definidos os setores com importações líquidas tanto do Mercosul quanto do Resto do Mundo. Os bens de consumo não duráveis aqui presentes são facilmente explicados pela maior de competitividade dos parceiros nestes setores, tanto no Mercosul (trigo, leite, alimentos, bebidas) quanto na Ásia (fibras) e Europa (bebidas). Já os bens de consumo duráveis aqui representados por Autoveículos e Aparelhos de TV e Rádio, atendem a características exaustivamente discutidas no caso do complexo automotivo, mais uma vez revelando o caráter aberto da regionalização sul-americana, e a característica típica de um setor voltado fortemente para o mercado interno (ocasionando diminuição das vendas externas) e atendido tanto pelos países centrais (tecnologias de ponta) quanto pelos sócios subregionais e seus esquemas de zonas francas. Por fim, a indústria farmacêutica nutre-se das mesmas estratégias de firmas transnacionais, a saber, *outsourcing* e redes de distribuição regionais com base em um ou em ambos os sócios.

Por fim, o quarto grupo aponta nova tendência divergente, agregando setores que são importadores líquidos do Mercosul, mas exportadores para o Resto do Mundo. São os setores primários, nos quais os parceiros brasileiros no Mercosul mais têm vantagens competitivas, que talvez melhor explicitem a manutenção das especializações tradicionais da pauta brasileira, posto

---

<sup>96</sup> Diversos exemplos factuais deste argumento podem ser encontrados. Exemplo publicado em 2000, sobre as estratégias de produção-comercialização da Volkswagen sintetiza com propriedade o argumento: “A produção [da linha mundial de veículos PQ-

que podem prescindir do mercado regional como destino das exportações e que, desta forma, concentram no centro econômico mundial produtos fortemente intensivos em recursos naturais.

---

24] em São Bernardo vai atender a toda demanda da América Latina". (Gazeta Mercantil, 05/01/2000: C-1).

Tabela 3.8 - Brasil: padrões de taxas de cobertura relativa

		Exportador Líquido Mercosul		Importador Líquido Mercosul	
		$\Delta TCR_{ms} 89/96 \uparrow$	$\Delta TCR_{ms} 89/96 \downarrow$	$\Delta TCR_{ms} 89/96 \uparrow$	$\Delta TCR_{ms} 89/96 \downarrow$
Exportador Líquido Row	$\Delta TCR_{row} 89/96 \uparrow$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Siderurgia</li> <li>Apar.eequip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri</li> <li>Papel, papelão e artefat. de papel</li> <li>Ind. do fumo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Outros Prod. de Miner. Não-Met.</li> <li>Metalurgia dos não-ferrosos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ind. da Madeira</li> <li>Celulose e Pasta mecânica</li> <li>Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Óleos Veg. em bruto</li> </ul>
	$\Delta TCR_{rows} 89/96 \downarrow$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Outras ind. Têxteis</li> <li>Ind. do café</li> <li>Ind. do açúcar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios</li> <li>Calçados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond</li> </ul>	
Importador Líquido Row	$\Delta TCR_{row} 89/96 \uparrow$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fab. outros veículos</li> <li>Ind. da Borracha</li> <li>Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.</li> <li>Maq.equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios</li> <li>Prod. Químicos diversos</li> <li>Ind. de Perfumaria, sabões e velas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.</li> <li>Condutores e outros mat.elet.excl. p/veículos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Moagem de trigo</li> <li>Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.</li> <li>Ind. de bebidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ind. Farmacéutica</li> </ul>
	$\Delta TCR_{rows} 89/96 \downarrow$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cimento e clínquer</li> <li>Vidro e artigos de vidro</li> <li>Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação</li> <li>Aubos e fertilizantes e Corret.Solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci</li> <li>Outros produtos metalúrgicos</li> <li>Motores e Peças p/veículos</li> <li>Petroquímica básica e intermediária</li> <li>Resinas, Fibras e Elastômeros</li> <li>Artigos de mat. plástico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais</li> <li>Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som</li> <li>Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus</li> <li>Laminados plásticos</li> <li>Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim</li> <li>Outras indústrias alimentares</li> </ul>

Fonte: Elaborado a partir de SECEX

## Pontos de Conclusão

No primeiro capítulo procurou-se resumir um embate conceitual, entre alternativas multilaterais e regionais de integração econômica, mostrando que a questão está longe de uma conclusão. Foi sugerido que Mercosul poderia ser uma proposta de regionalização compatível com o novo cenário global (Oman, 1994 e Chesnais, 1996), compatível com a onda liberalizante (Ethier, 1998), adaptada a novas teorias do comércio internacional (Krugman, 1988 e Dornbusch, 1989) e, finalmente, uma resposta coerente com aspirações por desenvolvimento sócio-econômico (Dornbusch, 1989; Bekerman, 1993; e Di Fillipo, 1997).

No segundo capítulo descreveu-se a evolução da inserção comercial brasileira nos 90, focalizada na abertura unilateral brasileira e seus impactos.

Finalmente, no último capítulo foram apresentados indicadores que poderiam contribuir, ainda que parcialmente, para a mensuração dos impactos do Mercosul na evolução do desempenho comercial brasileiro, procurando dialogar com os pontos levantados no primeiro capítulo e com os impactos analisados no segundo capítulo.

Em geral, pôde-se concluir que o Mercosul configura-se como uma estratégia de liberalização mais adequada do que aquela calcada apenas na abertura unilateral, sobretudo porque permitiu uma inserção de maior qualidade do comércio exterior brasileiro, capacitando assim a estrutura produtiva para movimentos liberalizantes mais abrangentes, sem, no entanto, significar a marginalização dos outros parceiros comerciais não contemplados com os acordos regionais. Nesta perspectiva, o Mercosul poderia ser considerado um acordo de integração regional do tipo aberto – e que portanto estaria de acordo com normas multilaterais e não prejudicaria fortemente terceiros mercados. Além disto, por ser um acordo ser empreendido por países periféricos, poderia ser portador de elementos que possibilitariam, no futuro, inserções mais ativas destes parceiros em desenvolvimento na nova ordem mundial.

A análise do desempenho comercial brasileiro comparando-se um ano pré-abertura (1989) com

outro após a abertura e a efetivação *de jure* do Mercosul (1996) indicou não apenas uma mudança no saldo da balança comercial, mas também uma visível continuidade da inserção da economia brasileira, que permanece como exportadora de produtos pouco elaborados e/ou pouco dinâmicos. Este resultado, revela o fracasso da estratégia de abertura como elemento de reconversão da estrutura industrial. O perfil exportador dos 80 ainda se faz presente, preservando a vocação *global trader* brasileira, sem alterações qualitativas da pauta. Ao contrário, são as importações que respondem, nos anos 90, pela significativa mudança no resultado comercial do país. O Brasil tornou-se um grande importador, tanto dos parceiros do Mercosul, mas também, e principalmente, dos parceiros mundiais.

O uso de vários indicadores da inserção setorial no Mercosul e no resto do mundo, abrangendo tanto as importações como as exportações (diferentemente da metodologia de Yeats, 1997) permitiu inferir que:

Embora tenha aumentado a importância do Mercosul como mercado destino das exportações brasileiras, é preciso ressaltar que este movimento foi relativamente pequeno, uma vez que já existia forte orientação regional das vendas externas brasileira mesmo antes da criação do acordo regional. Por outro lado, a pauta exportadora para os sócios regionais mostrou-se qualitativamente melhor, indicando que a manutenção do Mercosul pode permitir uma melhor inserção externa para a indústria brasileira, capacitando-a, treinando-a para uma competição estendida pelo aumento da liberalização unilateral e ou pela irrupção da ALCA.

Os dados apresentados em 3.3.3 e sobretudo em 3.3.4, mostram que o Mercosul tornou-se um contraponto na inserção exportadora de vários setores da indústria brasileira – isto é, houve um melhor desempenho dos produtos mais elaborados *vis à vis* seu desempenho no mercado extra-regional, sobretudo porque, como já havia discutido Oman (1994), representou a contrapartida normativa de uma integração *de facto* levada à cabo pela estratégia competitiva das empresas transnacionais presentes em um ou mais países membros<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Razão pela qual torna-se imprescindível compreender o Mercosul através dos investimentos estrangeiros diretos nele atuante, conforme vêm realizando Sarti (2000) e Hiratuka (2000).

Além disto, o desempenho favorável destes e outros setores dentro do comércio intra-regional atende aos ditames das novas teorias do comércio regional, sobretudo porque aproveitaram-se de economias de escala (um mercado regional ampliado exige maior oferta), complementaridade das economias dos países membros, e uso sistemático de comércio intra-industrial<sup>98</sup>.

Finalmente, não é possível afirmar que o Mercosul comporta-se como um bloco fechado, sobretudo porque o processo de liberalização do mercado interno de seu principal membro reservou oportunidades em insumos e todos bens mais elaborados como bens de capital e bens de consumo duráveis, tanto para seus sócios preferenciais quanto (e principalmente) para economias extra-regionais. Isto é, as críticas de, por exemplo, Yeats (1997) e Bhagwati (1998), não se sustentam nos dados (nos setores que representam 75% do consumo aparente brasileiro, a redução da oferta doméstica foi suprida pelo aumento das importações extra-bloco, ver item 3.3.1) que, ao contrário, caracterizam o Mercosul como um acordo de integração regional aberto e potencialmente construtivo: um *building block*.

Como visto em 1.4, ainda que fosse aceita a existência de desvio de comércio (não comprovada pelos dados apresentados em 3.3.1, mas sempre sujeitos a novos e inconclusos testes), é preciso compreender que a opção Mercosul transcende a problemática liberal de busca por bem estar mundial. Transcende, como defendem, Dornubush (1989) ou di Fillipo (1997), porque elementos não tradicionais (políticos, diplomáticos e econômicos) podem permitir a capacitação do tecido econômico nacional que, por sua vez, permitiria ao Brasil uma inserção dinâmica no novo cenário mundial. Permitiria, em suma, um inserção compatível com aspirações de desenvolvimento sócio-econômico sustentável da economia brasileira, explicitando assim o benefício do regionalismo aberto praticado construtivamente no Cone Sul.

---

<sup>98</sup> Para uma análise do comércio intra-industrial Brasil-Argentina, ver Machado e Markwald (1997) ou consultar Tabela A1 do Anexo.

## Bibliografia

- AGOSIN, M. & TUSSIE, D. "Globalização, regionalização e novos dilemas da política comercial para o desenvolvimento" *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, FUNCEX, Nº35, 1993.
- AGOSIN, M. E TUSSIE, D. (EDS) Trade and Growth - New dilemmas in trade policy. London: MacMillan, 1993
- ALMEIDA, P.R. "Cronologia da integração latino-americana no contexto do sistema econômico internacional". *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, Nº16, Janeiro-Abril de 1995.
- AMJADI, A. E WINTERS, A. "Transport costs and 'natural' integration in Mercosur" (*World Bank*) *Policy Research Working Paper*, Washington, nº 1742, Março de 1997.
- ARGENTINA (Secretaría de Relaciones Económicas Internacionales) "El Mercosur: regionalismo abierto o "building block"? - comentarios acerca de las conclusiones del trabajo de alexander Yeats". *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, 2ª Edição Especial, Dezembro de 1996.
- BAER, M. "Sistema financeiro internacional - oportunidades e restrições ao financiamento do desenvolvimento." *Novos Estudos CEBRAP*, nº 42, 1995.
- BAGWELL, K & STAIGER, R. "Will preferential agreements undermine the multilateral trading system?". *The Economic Journal*, Vol. 108, Julho, 1998 .
- BATISTA JR., P.N. & RANGEL, A.S. "A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados." *Caderno Dívida Externa*, nº 7, Pedex, 1994.
- BAUMANN, R. (org) O Brasil e a economia global. RJ: Campus, 1996.
- BEKERMANN, M "Apertura importadora e integración en el Cono Sur" *Comercio Exterior*, México, Vol. 43, Nº11, Novembro 1993.
- BELLUZZO, L.G. "Finança global e ciclos de expansão" in FIORI, J.L. (ORG) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BERGSTEN, F. "Regionalismo aberto" *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, Funcex, nº 55, Abr/Jun de 1998 .
- BHAGWATI, J. "Regionalism and multilateralism: WTO, Mercosur et al" paper prepared for The Argentine Bankers' Covention, mimeo, maio de 1998
- BHAGWATI, J. "Regionalism and Multilateralism: an overview." in: MELO, J. E PANAGARIYA, A. New dimensions in regional integration. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 22-51.
- BHAGWATI, J., GREENWAY, D. & PANAGARIYA, A. "Trading preferentially: theory and policy". *The Economic Journal*, Vol. 108, Julho, 1998.

- BIELSCHOWSKY, R.** "Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-97." mimeo, Brasília, Escritório da Cepal, 1998. disponível em <http://www.eclac.cl/espanol/investigacion/brasil/brasil.htm>. 72p. .
- BIELSCHOWSKY, R. & STUMPO, G.** "Empresas transnacionales y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile y Mexico." Santiago, *Revista de la CEPAL*, nº 55, 1995.
- BID/CEPAL** La liberalización del comercio en el hemisferio occidental. Washington, 1995
- BIRD**. Trade Blocs and beyond: political dreams and practical decisions. Draft Policy Research Report, October, 1999.
- BONELLI, R.** Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Senai-DN/Ditec/Dpea/Ciet, 1996. pp207-237.
- BONELLI, R. & GONÇALVES, R.** "Padrões de desenvolvimento industrial no Brasil - 1980/95" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, nº 645, Maio de 1999.
- BONELLI, R. & GONÇALVES, R. (1998A)** "Evolução da competitividade da produção manufatureira no Brasil" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, nº 574, Julho de 1998.
- BONELLI, R. & GONÇALVES, R. (1998B)** "Para onde vai a estrutura industrial brasileira?" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, nº 540, Janeiro de 1998.
- BRAGA, J.C.S.** "A Financeirização da Riqueza: a Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais". *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 2, Agosto de 1993.
- CANUTO, O.** "Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina". *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 3, Dezembro de 1994.
- CANUTO, O. E LAPLANE, M.** "Especulação e Instabilidade na Globalização Financeira". *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 5, Dezembro de 1995.
- CANUTO, O. E XAVIER, C.** "Padrões de especialização e competitividade no comércio exterior brasileiro: uma análise estrutural-diferencial". *Textos para Discussão*, IE-UNICAMP, Campinas, nº 86, Outubro de 1999.
- CEPAL (1998A)** "Abertura, barreiras comerciais externas e desempenho exportador brasileiro" *LC/BRS/DT.016*, Dezembro de 1998, disponível no site <http://www.eclac.cl/espanol/investigacion/brasil/brasil.htm> .
- CEPAL (1998B)** "Estructura y nivel de arancel externo del Mercosur." *LC/R. 1800*, Fevereiro de 1998.
- CEPAL (1998C)** "Integración regional latinoamericana, globalización y comercio sur-sur." *LC/R. 1820*, Junho de 1998, disponível em <http://www.eclac.org/espanol/investigacion/dcitf/lcr/1820> . .
- CEPAL (1998D)** "Notas sobre as relações intra-setoriais no comércio exterior brasileiro 1980-1996." *LC/BRS/DT.017*, Outubro de 1998, disponível em <http://www.eclac.cl/espanol/investigacion/brasil/brasil.htm> . .
- CEPAL (1998E)** "Uruguai en el Mercosur: perspectivas de comercio intraregional." *LC/MVD/R. 168*, Setembro de 1998.
- CEPAL** El regionalismo abierto en América Latina y Caribe: la integración económica al servicio de la transformación

- productiva con equidad. Santiago, 1994. (LC/G 1801/Rev. 1-P, 1994, 120p.)
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHUDNOVSKY, D. (ORG) Investimentos externos no Mercosul. Campinas: Papyrus/IE-UNICAMP, 1999.
- CHUDNOVSKY, D. E LOPEZ, A. "Las estrategias de las empresas transnacionales en Argentina y Brasil: que hay de nuevo en lo años noventa?" *Documentos de Trabajos Cenit*, Buenos Aires, nº 23, 53 p, Agosto de 1997.
- CISNEROS, A. E CAMPBELL, J. "El Mercosur: regionalismo abierto o "building block"?" *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, nº 19, Julho/Dezembro de 1996.
- COHEN, I. "Mercosur under attack." *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, 2ª Edição Especial, Dezembro de 1996.
- COUTINHO, L. "Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres" in FIORI, J.L. (ORG) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COUTINHO, L. "A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização" in VELLOSO, J.P.R. (ORG) Brasil: desafios de um país em transformação. IX Fórum Nacional. RJ: José Olympio, 1997. .
- COUTINHO, L. "Nota Sobre a Natureza da Globalização." *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 4, Junho de 1995.
- COUTINHO, L. "A terceira revolução industrial" *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 1, Agosto de 1992.
- COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G. "Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas." *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 11, Dezembro de 1998.
- COUTINHO, L. & J.C. FERRAZ. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas: Ed. Papyrus, 1994.
- CYSNE, R.P. "Aspectos macro e microeconômicos das reformas brasileiras". *CEPAL: Série Reformas Econômicas*, nº 63, LC/L.1359, Brasília, Maio de 2000.
- DEVLIN, R. "In defense of Mercosur". *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, 2ª Edição Especial, Dezembro de 1996 .
- DEVLIN, R. & FFRENCH-DAVIS, R. "Towards an evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s". *IDB-INTAL-ITD Working Paper*, Buenos Aires, Nº 2, Dezembro de 1998.
- DEVLIN, R., FFRENCH-DAVIS, R. & GRIFFITH-JONES, S. "*Crescimento dos fluxos de capital e desenvolvimento: uma visão geral das questões de política econômica*." RJ: *Política e Planejamento Econômico*, v. 24, nº 3, 1994.
- DI FILLIPO, A. "Multilateralismo y regionalismo en la intergección de américa Latina". Santiago, CEPAL, *Documento de Trabajo*, nº46, abril de 1997
- DORNBUSCH, R. "Las relaciones norte-sur en las Américas: el argumento a favor del libre comercio." in: **BID/CEPAL La liberalización del comercio en el hemisferio occidental**. Washington, 1995, pp 41-63.

- DORNBUSCH, R. "Los costes y beneficios de la integración económica regional. Una revisión" *Pensamiento Iberoamericano*, Nº15, Espanha, Janeiro 1989
- DRABEK, Z. & LAIRD, S. "The New Liberalism: Trade Policy Developments In Emerging Markets". *Journal of World Trade*, Vol. 32, Nº5, 1998 .
- DUNNING, J. "Re-evaluating the benefits of foreign direct investment." *Transnational Corporations*, NY, v. 3, nº 1, Fevereiro de 1994.
- EBER, F. "Mudanças estruturais e política industrial. ". Brasília: IPEA - *Relatório Interno*, 1992. .
- EDWARDS, S. "Openness, trade liberalization and growth in developing countries". *Journal of Economic Literature*, Vol. 31, Setembro de 1993.
- EL-AGRAA, A. "The theory of economic integration." in: EL-AGRAA, A. (ED) *International Economic Integration*. Londres: MacMillan, 1982, pp. 10-27. .
- ESSER, K. "Hacia la competitividad industrial en America Latina: el aspecto de cooperación e integración regional" *Integración Latinoamericana*, Argentina, Nº148, Agosto 1989.
- ESTEVADEORDAL, A, GOTO, J. & SAEZ, R. "The New Regionalism in the Americas: the case of Mercosur". *IDB-INTAL-ITD Working Paper*, Buenos Aires, Nº 5, Abril de 2000.
- ETHIER, W. "The New Regionalism". *The Economic Journal*, Vol. 108, Julho, 1998.
- FAJNZYLBER, P. SARTI, F. & LEAL, J.P.G. "Sistema de indicadores de competitividade". Campinas: IE-Unicamp, *Nota Técnica do Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, 1993.
- FEENSTRA, R. "Integration of trade and disintegration of production in the global economy". *Journal of economics perspectives*, Nashville, fall 1998 .
- FERNANDÉZ, R. "Returns to regionalism: an evaluation of nontraditional gains from regional trade agreements". (*World Bank*) *Policy Research Working Paper*, Washington, nº 1816, 34 p., Agosto de 1997.
- FERRER, A. "Mercosul: entre o consenso de Washington e a integração sustentável". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, Funcex, nº 51, Abr/Jun de 1997 .
- FIORI, J.L. (ORG) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FLORES, R. "The gains from Mercosur: a general equilibrium, imperfect competition evaluation" *Journal of Policy Modeling*, p. 269-289, 1996 (*apud* Protugal e Azevedo, 2000)
- FONSECA, R. & VELLOSO, E. Desempenho exportador da indústria brasileira - Elementos para a formação de estratégia exportadora. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CNI, 1998.
- FONSECA, R. ET ALLI. "A orientação externa da indústria brasileira após a liberalização comercial". *Relatório de Pesquisa Convênio nº11/96 IPEA/FUNCEX*, Rio de Janeiro, Funcex, Novembro de 1997.
- FONTES, R. E ARBEX, M.A. Economia Aberta: ensaios sobre fluxos de capitais, câmbio e exportações. Viçosa: Editora

Universidade federal de Viçosa, 2000.

- FOUQUIN, M. & SIROEN, J. "Régionalismet multilatéralism sont-ils antinomiques?" *Économie Internationale*, N° 74, 2° Trimestre de 1998.
- FRANCO, G. "A inserção externa e o desenvolvimento" *Revista de Economia Política*, v.18, n° 3, 1998.
- FRANKEL, J. Regional trading blocs in the world economic system. Washington: Insitute for International Economics, 1997 (Capítulo 1 disponível em <http://www.iie.com/>).
- FRITSCH, W. E FRANCO, G. Foreign direct investment in Brazil: its impacts on industrial restructuring. Paris: OCDE, 1991.
- FRITSCH, W. E FRANCO, G. "O investimento direto estrangeiro em uma nova estratégia industrial". *Revista de Economia Política*, v. 9, n°2, abril-junho, 1989.
- FURTADO, J. "Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas" *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, N° 53, Março de 1999.
- GONÇALVES, R. "Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira." in BAUMANN, R. (org) O Brasil e a economia global. RJ: Campus, 1996. .
- GROSSMAN, G.M & HELPMAN, E. Innovation and growth in the global economy. The MIT Press: Cambridge, MA, 1991.
- HAGUENAUER, L. ET ALI "Estimativas do valor da produção e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira (1985-96)". *Relatório de Pesquisa Convênio n°11/96 IPEA/FUNCEX*, Rio de Janeiro, Funcex, Novembro de 1997 .
- HARRIS, R. "Nuevas teorías sobre el comercio internacional y el modelo de especialización mundial" in VAN LIEMT, G. La reubicación internacional de la industria: causas y consecuencias. Genebra: OIT, 1995
- HELPMAN, E. "The structure of foreign trade". *Journal of economics perspectives*, Vol. 13, N167 2, Spring, 1999.
- HELPMAN, E. & KRUGMAN, P. Market Structure and Foreign Trade. The MIT Press: Cambridge, MA, 1985.
- HIRATUKA, C. "Estratégias comerciais das filiais brasileiras das empresas transnacionais no contexto da abertura econômica e concorrência global". *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 4(2): 113-141, jul/dez 2000.
- HIRATUKA, C. "Estratégias comerciais das filiais brasileiras das empresas transnacionais no contexto da abertura econômica e concorrência global". *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*, Belém, 1999
- HIRATUKA, C. E GARCIA, R. "O impacto da abertura comercial sobre a indústria têxtil brasileira". *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 1, n° 1, setembro, 1995.
- HUFBAUER, G. "The trade and investment regime in the first decade of the 21st century" Washington, *Institute for International Economics*, disponível em <http://www.iie.com/>, Março de 1999.
- HUFBAUER, G. & OEGG, B. "The outlook for US-Brazilian trade and investment under FTAA: some lessons from NAFTA" Washington, *Institute for International Economics*, disponível em <http://www.iie.com/>, Dezembro de 1998.
- KAWALL FERREIRA, C. O financiamento da indústria e infraestrutura no Brasil: crédito de L.P e mercado de capitais.

- Campinas, Unicamp: Tese de Doutorado, 1995. Capítulos 01-02, pp. 01-103.
- KRUEGER, A. "Condiciones para maximizar las ganancias de una zona de libre comercio del hemisferio occidental." in: **BID/CEPAL La liberalización del comercio en el hemisferio occidental**. Washington, 1995, pp 105-128.
- KRUGMAN, P. "Regionalism versus Multilateralism: analytical notes" in: **MELO, J. E PANAGARIYA, A. New dimensions in regional integration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 58-79.
- KRUGMAN, P. **Rethinking international trade**. The MIT Press: Cambridge, MA, 1990.
- KRUGMAN, P. "La nueva teoria del comercio internacional y los países menos desarrollados." *El Trimestre Económico*, Mexico, nº 217, Janeiro/Março de 1988. .
- KUME, H. "Mercosul - 1995: uma avaliação preliminar." in: **IPEA A economia brasileira em perspectiva**: 1996. RJ, 1997, pp. 157-212. .
- KUME, H. "A política de importação no Plano Real e a estrutura de proteção efetiva." *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, nº 423, Maio de 1996.
- LACERDA, A. C. (ORG) **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAFAY, G. "La mesure des avantages comparatifs reveles: exposé de la methodologie du CEPII" *Economie Prospective Internationale*, nº 41, janeiro/março, 1990.
- LAIRD, S. "Mercosur: objectives and achievements." *Staff Working Paper*. Genebra, WTO - Trade Policy Review Division, junho de 1997 . .
- LAPLANE, M. *O complexo eletrônico na dinâmica industrial dos anos 80*. Tese de Doutorado. Campinas: IE-Unicamp, 1992.
- LAPLANE, M. ET ALLI "Internacionalização e vulnerabilidade externa" in **LACERDA, A. C. (ORG) Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAPLANE, M. E SABBATINI, R. "Los desafios de la competitividad para el Mercosur y el Brasil" in **BORDA, D. & MASI, F. (ORG). Los retos de la competitividad: gobierno, empresas y empleo en el Paraguay**. Asunción: CADEP, 2000.
- LAPLANE, M. E SARTI, F. "Investimento Direto Estrangeiro no Brasil nos anos 90: determinantes e estratégias" in **CHUDNOVSKY, D. (ORG) Investimentos externos no Mercosul**. Campinas: Papyrus/IE-UNICAMP, 1999.
- LAPLANE, M. E SARTI, F. "Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90" *Economia e Sociedade*. Campinas, nº 08, pp. 143-182, Junho de 1997.
- LUCÁNGELI, J. "Mercosul: intercâmbio Argentina-Brasil em 1994 - a consolidação de um padrão de comércio maduro." *Balanza Comercial Funcex*, RJ, nº 132, Outubro/Dezembro de 1995.
- MACHADO, J.B. & CAVALCANTI, M.A.F.H. "Determinantes do comércio bilateral Argentina-Brasil". *Economia Aplicada*. São Paulo, Vol. 3, Nº4, 1999.
- MACHADO, J.B. E MARKWALD, R. "Dinâmica recente do processo de integração do Mercosul" in **VELLOSO, J.P.R. (ORG)**

- Brasil: desafios de um país em transformação. IX Fórum Nacional. RJ: José Olympio, 1997.
- MANSFIELD, E. & MILNER, H. "The New Wave of Regionalism". *International Organization*, Vol. 53, Nº 3, 1999.
- MEDEIROS, J.A.D. "Mercosul: quadro normativo e institucional pós-Ouro Preto". *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, Nº16, Janeiro-Abril de 1995.
- MELO, J. & PANAGARIYA, A. New dimensions in regional integration. Cambridge: Cambridge University Press, 1993
- MENDONÇA DE BARROS, J. E GOLDENSTEIN, L. "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro". *Revista de Economia Política*, v.17, nº 2, 1997.
- MENDOZA, M.R. "Which Mercosur anyway?" *Boletim de Integração Latino Americana*, Brasília, 2ª Edição Especial, Dezembro de 1996 . .
- MIOTTI, L. ET ALLI. "Spécialisation internationale et integración regional: l'Argentine et le Mercosur" *Économie Internationale*, Nº 74, 2º Trimestre de 1998.
- MONTOYA, M. & GUILHOTO, J. "Perfil das estruturas de transações internacionais e os setores chave na economia do Mercosul: uma abordagem de insumo-produto" *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 52, nº 4, Out/Dez de 1998.
- MOREIRA, M.M. "Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior" RJ, *BNDES, Texto para Discussão* nº 67, março de 1999.
- MOREIRA, M.M. & CORREA, P.G. "Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo." RJ, *BNDES, Texto para Discussão* nº 49, 1996. .
- MOTTA VEIGA, P. & BONELLI, R. "Brasil: abertura y reestructuración productiva" in Garay, L.J. (cord) Argentina, Brasil, México, Venezuela: abertura y reestructuración productiva. (Programa de Estudio: La industria de AL ante la globalización económica). Colombia, 1998 (confirmar), pp.215-284 (capítulos 3 a 5). .
- NIN, A. & TERRA, I. "Mercosur: un camino a la apertura o la consolidacion de un bloque cerrado" *Revista de Economía*, Banco Central del Uruguay, Vol. 5, Nº 2, 1998. .
- NONNEMBERG, M.J.B. "Competitividade e crescimento das exportações brasileiras" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, Nº 578, agosto de 1998.
- NONNEMBERG, M.J.B. "Bloco de comércio e competitividade das exportações brasileiras" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, Nº 334, abril de 1994.
- NONNEMBERG, M.J.B. "Vantagens comparativas reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultados para o Brasil - 1980/88" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, Nº 214, abril de 1991.
- NONNEMBERG, M.J.B. & MENDONÇA, M.J.C. "Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, Nº 631, março de 1999.
- OCAMPO, J.A. "New theories of international trade and trade policy in developing countries." In: AGOSIN, M. E TUSSIE, D.

- (EDS) Trade and Growth - New dilemmas in trade policy. London: MacMillan, 1993, pp. 121-141.
- OLIVEIRA JR, M. "A liberalização comercial brasileira e os coeficientes de importação, 1990-95" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, N° 703, fevereiro de 2000.
- OMAN, C. Globalisation et Régionalisation: quels enjeux pour les pays en développement? OCDE-Centre de Développement: Paris, 1994.
- PASTORE, A.C. & PINOTTI, M.C. "Câmbio e inflação." in VELLOSO, J.P.R. (org) O Real e o futuro da economia. RJ: José Olympio, 1996.
- PEREIRA, L.V. "O projeto Mercosul: uma resposta aos desafios do novo quadro mundial?" in Mercosul. Integração na América Latina e suas relações com a Comunidade Européia. Inca/Desep/Ires: São Paulo, 1993.
- PIANI, G. "Medidas antidumping, anti-subsídios e de salvaguardas: experiência recente e perspectivas no Mercosul." *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, N° 541, Janeiro de 1998.
- PORTUGAL, M. E AZEVEDO, A.F.Z. "Abertura comercial e política econômica no Plano Real, 1994-1999" in FONTES, R. E ARBEX, M.A. Economia Aberta: ensaios sobre fluxos de capitais, câmbio e exportações. Viçosa: Editora Universidade federal de Viçosa, 2000.
- PRADO, L.C.D. "Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento." *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n° 1, pp. 276-299, 1997.
- PRADO, L.C.D. "A CEPAL e o conceito de regionalismo aberto" *Textos para Discussão Interna*, IEI UFRJ, n° 342, Dezembro de 1995.
- PREBISCH, R. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" *Revista Brasileira de Economia*, Ano 3, N° 3, Rio de Janeiro, 1949
- PUGA, D. & VENABLES, A. "Trading arrangements and industrial development" *Discussion Paper, Centre for Economic Performance*, n° 319, Dezembro de 1996. .
- RESENDE E ANDERSON (1999) "Mudanças estruturais na indústria de bens de capital" Brasília: IPEA *Textos para Discussão*, n° 658, julho de 1999
- RODRIK, D. "Senso e contra-senso no debate da globalização." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, Funcex, n° 54, Jan/Mar de 1998 .
- ROSSI JR, J.L. & FERREIRA, P.C. "Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial" *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, IPEA, N° 651, Junho de 1999.
- SARTI, F. Internacionalização produtiva no Mercosul. IE-UNICAMP: Campinas, Tese de Doutorado em Andamento, mimeo, 2000.
- SARTI, F. *Evolução das estruturas de produção e exportação da indústria brasileira nos anos 80*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, 1994.

- SARTI, F. & FURTADO, J. "Os setores industriais no Mercosul" in Mercosul. Integração na América Latina e suas relações com a Comunidade Européia, São Paulo, Inca/Desep/Ires, 1993.
- SARTI, F. ET ALII "Característica e evolução recente das economias dos países do Mercosul. Elementos para integração" Relatório Executivo, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, SEIA, 1992
- SAYAD, J. "Observações sobre o Plano Real.". *Estudos Econômicos*, v. 25, nº Especial, 1995-6
- SILVA, A.L.G. E LAPLANE, M. "Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo". *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 3, Dezembro de 1994.
- STIGLITZ, J. (1998a) "More instruments and broader goals: moving toward the post-washington consensus." Helsinki, *The 1998 WIDER Annual Lecture*, 1998, disponível no site <http://www.worldbank.org> .
- STIGLITZ, J. (1998b) "Toward a new paradigm for development: strategies, policies, and processes." Genebra, *The 1998 Prebisch Lecture at UNCTAD*, 1998, disponível no site <http://www.worldbank.org> .
- SUMMERS, L. "Regionalism and the world trading system". Federal Reserv Bank of Kansas City, *Policy Implications of Trade and Currency Zones*, 1991. (*apud* Bhagwati et alli, 1998).
- SUNKEL, O. "Desarrollo e integración regional: otra oportunidad para una promesa incumplida?" Santiago, *Revista de la CEPAL*, nº Extraordinario, 1998.
- TIGRE, P. ET ALII. "Cambio tecnológico y modernización en la industria automotriz del MERCOSUR". *Integración & Comercio. BID-INTAL*, ano 3, nº 7/8, Janeiro agosto de 1999.
- VAN LIEMT, G. La reubicación internacional de la industria: causas y consecuencias. Genebra: OIT, 1995
- VENTURA-DIAS, V, CABEZAS, M. & CONTADOR, J. Trade reforms and trade patterns in Latin America. Santiago: CEPAL, *Serie Comercio Internacional N°5*, Dezembro de 1999.
- VINER, J. The custom union issue. NY: Canegie Endowment, 1950.
- WILLIAMSON, J. "The progress of policy reform in Latin America". Washington: Institute for International Economics. Policy Analyses in International Economics, N° 28, Janeiro de 1990.
- WINTERS, A. (1996A) "Regionalism and multilateralism: what economists have to say". (*World Bank*) *DEC Notes Research Findings*, Washington, nº 26, Dezembro de 1996.
- WINTERS, A. (1996B) "Regionalism versus multilateralism". (*World Bank*) *Policy Research Working Paper*, Washington, nº 1687, 70 p., Novembro de 1996.
- WTO. "Review of Brazil". Trade Policy Review Body: *Concluding remarks by the Chairperson*, N° 47, Novembro de 1996, disponível em [www.wto.org](http://www.wto.org)
- YEATS, A. "Does Mercosur's trade performance raises concerns about effects of Regional Trade Arrangements?". (*World Bank*) *Policy Research Working Paper*, Washington, nº 1729, 33 p., Fevereiro de 1997.

## Anexo

Nota Metodológica .....	110
Tabela A1 – Brasil: grau de comércio intra-industrial com o Mercosul, 1989-96 .....	111
Tabela A2 - Brasil: Efeito Mercosul nos setores selecionados, 1989-96 .....	113
Tabela A3 - Brasil: índice de orientação exportadora, 1989-96 .....	114
Tabela A4 - Brasil: taxa de cobertura relativa, 1989-96 .....	116
Tabela A5 – Brasil: índice de VCR - Padrão 1: VCR>1 em 1989 e 1996 e em ascensão .....	117
Tabela A6 – Brasil: índice de VCR - Padrão 2: VCR>1 em 1989 e 1996 mas em declínio .....	118
Tabela A7 – Brasil: índice de VCR - Padrão 3: VCR<1 em 1989 e VCR>1 em 1996 .....	119
Tabela A8 – Brasil: índice de VCR - Padrão 4: VCR<1 em 1989 e 1996 mas em ascensão .....	120
Tabela A9 – Brasil: índice de VCR - Padrão 5: VCR<1 em 1989 e 1996 e em declínio .....	122
Tabela A10 – Brasil: índice de VCR - Padrão 6: VCR>1 em 1989 e VCR<1 em 1996 .....	123
Tabela A11 – Brasil: índice de VCR – produtos com VCR em 1996 excluídos da análise dinâmica .....	124
Gráfico A1 – Brasil: índice de preços de exportações e importações, 1974-1999 .....	126

## Nota Metodológica

Para a análise do impacto da abertura comercial sobre o consumo aparente setorial foram utilizados de forma secundária os dados de valor da produção estimados por Moreira e Correa (1996). Os dados de comércio exterior foram coletados primariamente junto à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio (Secex/Mict). Foram utilizados 45 setores industriais determinados pela tipologia setor-matriz 100 do IBGE. Segundo Moreira e Correa (1996) estes setores representavam 75% da produção industrial brasileira em 1992. Para 1989, 1990 e 1992 foram utilizados dados da PIA, convertidos em dólares pela taxa média do ano. Estes valores foram base para a estimação do valor da produção dos outros anos, a partir da construção de índice de valor, resultado do produto de índices de produção física da PIM/PF e um índice de preços (IPA-OG).

Segundo Haguenaer et alli (1997: v e seguintes), a metodologia empregada por Moreira e Correa (1996) apresenta um viés para a subestimação do valor da produção sobretudo porque são valores construídos a partir de pesquisa amostral, declaratória e que engloba unidades locais, partidas em estabelecimentos. A PIA superestima portanto o consumo intermediário, aumentando o valor da produção de transações intra-unidade local, promovendo, por seu turno, uma subestimação dos valores brutos da produção. Como opção, a autora desenvolve metodologia de estimação a partir do Censo Industrial de 1985 que, em comparação com os dados de Moreira e Correa (1996), apresentará maiores valores de produção.

Apesar destas ponderações extremamente pertinentes optou-se por insistir na utilização da metodologia proposta por Moreira e Correa (1996), não apenas porque era a mais completa quando deu-se o início deste estudo, mas também porque as ambições iniciais desaconselhavam a montagem de novas estimativas.

Tabela A1 – Brasil: grau de comércio intra-industrial com o Mercosul, 1989-96

		<i>Em %</i>		
	Setor Matriz	1989	1996	Crescimento Médio
410	Cimento e clínquer	87,7	24,1	-16,8
420	Peças e estrut. de concreto, cimento e fibroci	3,8	10,2	15,3
430	Vidro e artigos de vidro	49,1	69,0	5,0
440	Outros Prod. de Miner. Não-Met.	10,8	19,0	8,3
510	Siderurgia	72,2	17,5	-18,3
610	Metalurgia dos não-ferrosos	57,8	52,8	-1,3
720	Outros produtos metalúrgicos	36,4	32,5	-1,6
810	Maq. equip. e Inst.-Incl. Peças e acessórios	93,5	43,6	-10,3
820	Tratores e Maq. Rod. Incl. Peças e Acessórios	0,6	1,8	18,0
1010	Equip. p/Produção e distr. de Energia Elet.	14,6	19,3	4,1
1020	Condutores e outros mat. elet. excl. p/veículos	31,1	33,8	1,2
1030	Apar. e equip. elet.-Incl. eletrodom, maq. escri	53,8	30,8	-7,7
1110	Matl., Apar. Eletrônicos e de Comunicação	66,0	13,8	-20,0
1120	Apar. Recep. de TV, Rádio e Equip. Som	0,0	35,9	329,3
1210	Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	0,1	84,8	165,3
1310	Motores e Peças p/veículos	99,2	77,6	-3,4
1340	Fab. outros veículos	51,1	20,6	-12,1
1410	Ind. da Madeira	34,9	79,7	12,5
1510	Celulose e Pasta mecânica	65,3	91,9	5,0
1520	Papel, papelão e artefat. de papel	80,1	36,3	-10,7
1610	Ind. da Borracha	89,7	55,9	-6,5
1710	Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	96,1	63,6	-5,7
1820	Petroquímica básica e intermediária	57,3	50,8	-1,7
1830	Resinas, Fibras e Elastômeros	94,9	85,6	-1,5
1910	Adubos e fertilizantes e Corret. Solo	95,1	17,7	-21,3
1920	Prod. Químicos diversos	66,4	51,5	-3,6
2010	Ind. Farmacêutica	82,8	80,6	-0,4
2020	Ind. de Perfumaria, sabões e velas	80,4	37,9	-10,2
2110	Laminados plásticos	99,0	28,3	-16,4
2120	Artigos de mat. plástico	72,2	81,6	1,8
2210	Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	14,4	40,7	16,0

Tabela A1 – Brasil: grau de comércio intra-industrial com o Mercosul, 1989-96

(Continuação)

		<i>Em %</i>		
Setor Matriz		1989	1996	Crescimento Médio
2220	Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	71,9	88,3	3,0
2230	Outras ind.Têxteis	78,7	31,5	-12,3
2420	Calçados	39,6	86,1	11,7
2510	Ind.do café	0,0	0,0	-
2620	Moagem de trigo	0,4	4,7	40,0
2630	Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	33,8	83,8	13,9
2650	Ind. do fumo	48,7	10,3	-19,9
2710	Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	1,5	64,8	70,7
2810	Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	0,2	2,2	41,7
2910	Ind. do açúcar	0,0	1,9	-
3010	Óleos Veg. em bruto	5,0	2,1	-11,4
3020	Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	45,6	50,5	1,5
3120	Outras indústrias alimentares	47,1	44,0	-1,0
3130	Ind. de bebidas	50,8	76,6	6,0
TOTAL		83,5	87,4	0,6

Fonte: elaborado a partir de SECEX Segundo a fórmula  $\{1 - [(X-M)/(X+M)]\} * 100$

Onde X e S são exportações e importações setoriais para e da Argentina

Tabela A2 - Brasil: Efeito Mercosul nos setores selecionados, 1989-96

Setor Matriz	Categoria	Resultado	Part. nas Exp. set. totais	Part. no Consumo Aparente set.	Part. nas Imp. Set. totais	
			1996	1996	1996	
3010	Óleos Veg. em bruto	Bens de Consumo Não Duráveis	Substituição de Importações	9,58%	-0,21%	0,49%
2710	Abate Animais (excl. aves) e carnes	Bens de Consumo Não Duráveis	Substituição de Importações	1,92%	2,42%	0,61%
2510	Ind. do café	Bens de Consumo Não Duráveis	Substituição de Importações	1,03%	0,33%	0,01%
				<b>12,54%</b>	<b>2,54%</b>	<b>1,10%</b>
510	Siderurgia	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco	11,12%	4,98%	1,36%
1510	Celulose e Pasta mecânica	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco	2,74%	1,25%	0,37%
1920	Prod. Químicos diversos	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco	1,95%	3,49%	2,78%
1110	Matl., Apar. Elétron. e Comunicação	Bens de Capital	Substituição por Importações Extra-bloco	1,38%	4,71%	12,85%
430	Vidro e artigos de vidro	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco	0,31%	0,60%	0,48%
1910	Abugos e fertilizantes e Corret.Solo	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco	0,17%	1,18%	2,24%
410	Cimento e clínquer	Bens Intermediários	Substituição por Importações Extra-bloco	0,03%	0,89%	0,06%
				<b>17,70%</b>	<b>17,11%</b>	<b>20,14%</b>
2810	Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	Bens de Consumo Não Duráveis	Desvio de Comércio	0,05%	3,59%	1,27%
2620	Moagem de trigo	Bens de Consumo Não Duráveis	Desvio de Comércio	0,04%	0,94%	1,16%
				<b>0,09%</b>	<b>4,53%</b>	<b>2,43%</b>
1310	Motores e Peças p/veículos	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura	7,41%	4,77%	7,08%
610	Metalurgia dos não-ferrosos	Bens Intermediários	Criação e Abertura	6,31%	2,24%	2,65%
810	Maq. equip. e Inst.-Incl. Peças e acessórios	Bens de Capital	Criação e Abertura	5,19%	5,81%	17,82%
2420	Calçados	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	4,53%	1,08%	0,53%
2910	Ind. do açúcar	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	4,43%	0,52%	0,02%
2630	Conserv. de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	4,21%	1,48%	0,60%
2650	Ind. do fumo	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	4,07%	0,61%	0,13%
1210	Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura	3,72%	8,11%	5,36%
1710	Elementos Quím. N petroq. ou carboq.	Bens Intermediários	Criação e Abertura	2,67%	3,55%	6,25%
1520	Papel, papelão e artefat. de papel	Bens Intermediários	Criação e Abertura	2,52%	3,20%	1,95%
1830	Resinas, Fibras e Elastômeros	Bens Intermediários	Criação e Abertura	2,28%	2,48%	4,94%
720	Outros produtos metalúrgicos	Bens Intermediários	Criação e Abertura	1,96%	5,84%	2,00%
1610	Ind. da Borracha	Bens Intermediários	Criação e Abertura	1,69%	1,30%	1,65%
1030	Apar. e equip. elet.-Incl. eletrodom, maq. escri	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura	1,62%	1,75%	1,25%
820	Tratores e Maq. Rod. Incl. Peças e Acessórios	Bens de Capital	Criação e Abertura	1,52%	0,28%	0,42%
1340	Fab. outros veículos	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura	1,44%	0,93%	1,92%
1820	Petroquímica básica e intermediária	Bens Intermediários	Criação e Abertura	1,36%	2,49%	1,65%
2210	Benef., Fiação e tecel. fibras naturais	Bens Intermediários	Criação e Abertura	1,35%	2,17%	2,79%
2230	Outras ind. Têxteis	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	1,30%	1,73%	0,88%
1020	Condutores e outros mat. elet. excl. p/veículos	Bens Intermediários	Criação e Abertura	1,19%	2,06%	2,71%
1120	Apar. Recep. de TV, Rádio, Equip. Som	Bens de Consumo Duráveis	Criação e Abertura	1,01%	2,58%	2,14%
1010	Equip. p/Prod e distr. Energia Elet.	Bens de Capital	Criação e Abertura	1,01%	0,96%	1,19%
440	Outros Prod. de Miner. Não-Met.	Bens Intermediários	Criação e Abertura	0,92%	1,41%	0,55%
3120	Outras indústrias alimentares	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	0,88%	4,00%	2,26%
2010	Ind. Farmacêutica	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	0,49%	3,17%	3,24%
2020	Ind. de Perfumaria, sabões e velas	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	0,41%	2,07%	0,61%
3130	Ind. de bebidas	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	0,40%	3,63%	1,35%
2120	Artigos de mat. plástico	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	0,27%	1,83%	0,84%
2220	Fiação e tecel. de fibras artifi. ou sint	Bens Intermediários	Criação e Abertura	0,24%	0,91%	0,63%
3020	Refino óleos veg., fab. gorduras p/alim	Bens de Consumo Não Duráveis	Criação e Abertura	0,22%	0,99%	0,45%
2110	Laminados plásticos	Bens Intermediários	Criação e Abertura	0,04%	0,70%	0,18%
				<b>66,63%</b>	<b>74,65%</b>	<b>76,04%</b>
1410	ind. da Madeira	Bens Intermediários	Criação de Comércio	3,00%	0,65%	0,25%
420	Peças estr. de concreto, cim. fibroci	Bens Intermediários	*	0,04%	0,52%	0,03%
<b>TOTAL</b>			<b>Criação e Abertura</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: elaborado a partir de SECEX

Tabela A3 - Brasil: índice de orientação exportadora, 1989-96

Setor Matriz		Ox			Exp. Mercosul/Total		Part.nas Export. Set. totais	Part. no Consumo Aparente set.	Categoria
		1989	1996	ΔOx	1989	1996	1996	1996	
<b>Orientação regional em crescimento</b>									
3020	Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	0,23	1,13	384,7%	1,0%	20,4%	0,22%	0,99%	Bens de Consumo Não Duráveis
2220	Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	0,94	3,32	252,3%	4,2%	59,9%	0,24%	0,91%	Bens Intermediários
1210	Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	1,25	3,11	148,1%	5,6%	56,1%	3,72%	8,11%	Bens de Consumo Duráveis
2210	Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	0,57	1,35	137,8%	2,6%	24,5%	1,35%	2,17%	Bens Intermediários
1310	Motores e Peças p/veículos	0,94	1,85	95,5%	4,2%	33,4%	7,41%	4,77%	Bens de Consumo Duráveis
2010	Ind. Farmacêutica	0,96	1,65	72,6%	4,3%	29,8%	0,49%	3,17%	Bens de Consumo Não Duráveis
2230	Outras ind.Têxteis	1,42	1,82	27,9%	6,4%	32,8%	1,30%	1,73%	Bens de Consumo Não Duráveis
2120	Artigos de mat. plástico	2,25	2,67	19,0%	10,1%	48,3%	0,27%	1,83%	Bens de Consumo Não Duráveis
1610	Ind. da Borracha	2,00	2,22	10,9%	9,0%	40,1%	1,69%	1,30%	Bens Intermediários
1030	Apar.e equip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri	1,19	1,29	9,0%	5,3%	23,4%	1,6%	1,7%	Bens de Consumo Duráveis
2510	Ind.do café	1,67	1,75	4,9%	7,5%	31,6%	1,03%	0,33%	Bens de Consumo Não Duráveis
<i>Subtotal</i>							19,3%	27,1%	
<b>Orientação regional em queda</b>									
410	Cimento e clínquer	17,76	2,15	-87,9%	79,6%	38,8%	0,03%	0,89%	Bens Intermediários
2110	Laminados plásticos	6,11	1,96	-68,0%	27,4%	35,3%	0,04%	0,70%	Bens Intermediários
1820	Petroquímica básica e intermediária	4,59	1,48	-67,6%	20,5%	26,8%	1,36%	2,49%	Bens Intermediários
420	Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci	14,57	4,89	-66,4%	65,3%	88,3%	0,04%	0,52%	Bens Intermediários
3130	Ind. de bebidas	6,49	2,85	-56,1%	29,1%	51,4%	0,40%	3,63%	Bens de Consumo Não Duráveis
2020	Ind. de Perfumaria, sabões e velas	7,08	3,44	-51,4%	31,7%	62,1%	0,41%	2,07%	Bens de Consumo Não Duráveis
1710	Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	2,54	1,24	-51,3%	11,4%	22,3%	2,67%	3,55%	Bens Intermediários
1010	Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.	2,32	1,36	-41,1%	10,4%	24,7%	1,01%	0,96%	Bens de Capital
1920	Prod. Químicos diversos	2,84	1,73	-39,2%	12,7%	31,2%	1,95%	3,49%	Bens Intermediários
1020	Condutores e outros mat.elet.excl. p/veículos	3,22	2,03	-36,9%	14,4%	36,7%	1,19%	2,06%	Bens Intermediários
440	Outros Prod. de Miner. Não-Met.	2,20	1,44	-34,4%	9,8%	26,0%	0,92%	1,41%	Bens Intermediários
820	Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios	2,17	1,49	-31,3%	9,7%	26,9%	1,52%	0,28%	Bens de Capital
810	Maq,equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios	2,01	1,57	-22,1%	9,0%	28,4%	5,19%	5,81%	Bens de Capital
3120	Outras indústrias alimentares	2,00	1,57	-21,6%	9,0%	28,4%	0,88%	4,00%	Bens de Consumo Não Duráveis
1110	Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação	1,69	1,50	-11,6%	7,6%	27,0%	1,38%	4,71%	Bens de Capital
1830	Resinas, Fibras e Elastômeros	2,70	2,41	-10,8%	12,1%	43,5%	2,28%	2,48%	Bens Intermediários
2620	Moagem de trigo	4,18	3,81	-8,9%	18,7%	68,8%	0,04%	0,94%	Bens de Consumo Não Duráveis
1520	Papel, papelão e artefat. de papel	1,92	1,78	-7,4%	8,6%	32,1%	2,52%	3,20%	Bens Intermediários
430	Vidro e artigos de vidro	2,04	1,90	-7,1%	9,2%	34,3%	0,31%	0,60%	Bens Intermediários
720	Outros produtos metalúrgicos	1,89	1,79	-5,6%	8,5%	32,3%	1,96%	5,84%	Bens Intermediários
1910	Adbuos e fertilizantes e Corret.Solo	5,62	5,44	-3,0%	25,2%	98,4%	0,17%	1,18%	Bens Intermediários
<i>Subtotal</i>							26,2%	50,8%	

Tabela A3 - Brasil: índice de orientação exportadora, 1989-96

(Continuação)

	Ox			Exp. Mercosul/Total		Part.nas Export. Set. totais	Part. no Consumo Aparente set.	Categoria	
	1989	1996	ΔOx	1989	1996	1996	1996		
Setor Matriz									
<b>Orientação extra-regional em queda</b>									
1120	Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som	0,81	0,07	-91,1%	3,6%	1,3%	1,01%	2,58%	Bens de Consumo Duráveis
1510	Celulose e Pasta mecânica	0,25	0,07	-73,7%	1,1%	1,2%	2,74%	1,25%	Bens Intermediários
3010	Óleos Veg. em bruto	0,01	0,00	-69,1%	0,0%	0,0%	9,6%	-0,2%	Bens de Consumo Não Duráveis
2650	Ind. do fumo	2,64	0,84	-68,2%	11,8%	15,2%	4,07%	0,61%	Bens de Consumo Não Duráveis
2810	Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	1,66	0,96	-42,3%	7,4%	17,3%	0,05%	3,59%	Bens de Consumo Não Duráveis
510	Siderurgia	0,56	0,37	-35,1%	2,5%	6,6%	11,12%	4,98%	Bens Intermediários
1410	Ind. da Madeira	0,27	0,22	-19,4%	1,2%	3,9%	3,00%	0,65%	Bens Intermediários
610	Metallurgia dos não-ferrosos	0,37	0,36	-2,6%	1,6%	6,5%	6,31%	2,24%	Bens Intermediários
	<i>Subtotal</i>						37,9%	15,7%	
<b>Orientação extra-regional em crescimento</b>									
2710	Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	0,08	0,68	762,1%	0,4%	12,3%	1,92%	2,42%	Bens de Consumo Não Duráveis
1340	Fab. outros veículos	0,17	0,28	61,6%	0,8%	5,1%	1,44%	0,93%	Bens de Consumo Duráveis
2630	Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	0,14	0,18	25,2%	0,6%	3,2%	4,21%	1,48%	Bens de Consumo Não Duráveis
2420	Calçados	0,20	0,23	12,4%	0,9%	4,1%	4,5%	1,1%	Bens de Consumo Não Duráveis
2910	Ind. do açúcar	0,10	0,10	1,1%	0,46%	1,9%	4,43%	0,52%	Bens de Consumo Não Duráveis
	<i>Subtotal</i>						16,5%	6,4%	
<b>Total</b>		<b>1,12</b>	<b>1,18</b>	<b>5,8%</b>	<b>4,48%</b>	<b>18,07%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: elaborado a partir de SECEX

Tabela A4 - Brasil: taxa de cobertura relativa, 1989-96

Setor Matriz	TCR Mercosul			TCR ROW		
	1989	1996	ΔTCR	1989	1996	ΔTCR
410 Cimento e clínquer	1,78	5,66	217,0%	0,55	0,29	-48,5%
420 Peças e estrut. de concreto,cimento e fibroci	72,41	14,44	-80,1%	-11,36	0,14	-101,2%
430 Vidro e artigos de vidro	0,45	1,47	224,5%	0,77	0,51	-34,3%
440 Outros Prod. de Miner. Não-Met.	24,30	7,41	-69,5%	0,93	1,37	48,1%
510 Siderurgia	2,47	8,10	228,7%	4,88	8,52	74,5%
610 Metalurgia dos não-ferrosos	3,43	2,16	-36,8%	1,22	2,49	103,4%
720 Outros produtos metalúrgicos	6,27	4,00	-36,2%	1,11	0,75	-33,0%
810 Maq.equip.e Inst.-Incl.Peças e acessórios	1,59	2,78	75,4%	0,21	0,23	5,1%
820 Tratores e Maq.Rod.Incl.Peças e Acessórios	503,78	87,55	-82,6%	5,03	2,85	-43,4%
1010 Equip.p/Produção e distr. de Energia Elet.	17,73	7,25	-59,1%	0,28	0,69	144,9%
1020 Condutores e outros mat.elet.excl. p/veículos	7,58	3,82	-49,6%	0,25	0,30	19,2%
1030 Apar.e equip.elet.-Incl. eletrodom,maq. escri	3,78	4,27	12,8%	1,04	1,11	6,8%
1110 Matl.,Apar. Eletrônicos e de Comunicação	2,83	10,47	270,2%	0,13	0,08	-34,8%
1120 Apar.Recep.de TV, Rádio e Equip. Som	208531,75	0,17	-100,0%	0,77	0,51	-33,6%
1210 Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	3037,18	0,57	-100,0%	113,47	0,64	-99,4%
1310 Motores e Peças p/veículos	1,37	1,22	-10,8%	1,23	0,93	-24,3%
1340 Fab. outros veículos	4,06	6,74	65,9%	0,56	0,75	35,2%
1410 Ind. da Madeira	0,29	0,51	74,9%	30,79	37,81	22,8%
1510 Celulose e Pasta mecânica	0,67	0,91	35,3%	5,61	8,34	48,8%
1520 Papel, papelão e artefat. de papel	2,08	3,50	67,6%	1,02	1,02	0,2%
1610 Ind. da Borracha	1,13	2,00	76,5%	0,62	0,76	22,3%
1710 Elementos Quím. Não petroq. ou carboq.	1,51	1,67	10,5%	0,18	0,37	107,1%
1820 Petroquímica básica e intermediária	3,47	2,28	-34,5%	0,84	0,69	-18,9%
1830 Resinas, Fibras e Elastômeros	1,54	1,04	-32,7%	0,60	0,32	-46,3%
1910 Adubos e fertilizantes e Corret.Solo	1,26	7,98	531,6%	0,04	0,00	-96,3%
1920 Prod. Químicos diversos	0,69	2,24	223,7%	0,31	0,55	79,7%
2010 Ind. Farmacêutica	0,98	0,52	-46,7%	0,10	0,12	25,0%
2020 Ind. de Perfumaria, sabões e velas	2,07	3,32	60,3%	0,29	0,30	1,7%
2110 Laminados plásticos	1,37	0,13	-90,6%	0,27	0,27	-0,9%
2120 Artigos de mat. plástico	2,46	1,13	-54,3%	0,56	0,20	-65,0%
2210 Benef., Fiação e tecel. de fibras naturais	0,11	0,20	83,2%	5,24	0,68	-87,0%
2220 Fiação e tecel. de fibras artificiais ou sint	0,78	0,98	25,3%	1,44	0,19	-86,6%
2230 Outras ind.Têxteis	2,15	4,15	93,3%	4,47	1,15	-74,3%
2420 Calçados	5,65	1,03	-81,8%	46,32	11,39	-75,4%
2510 Ind.do café	-	3393,54	-	-	115,55	-
2620 Moagem de trigo	0,00	0,02	499,9%	0,01	0,11	709,6%
2630 Conserv.de Frutas e Legum. Incl. Sucos e Cond	0,28	0,56	97,7%	26,21	10,25	-60,9%
2650 Ind. do fumo	4,33	14,25	229,3%	21,73	38,59	77,6%
2710 Abate Animais (excl. aves) e prep. de carnes	0,01	0,37	3355,8%	0,83	12,06	1348,9%
2810 Resfriamento e Prep. do Leite e Lat.	0,00	0,01	547,1%	0,00	0,09	2640,5%
2910 Ind. do açúcar	-	79,08	-	2369,71	241,09	-89,8%
3010 Óleos Veg. em bruto	0,04	0,01	-76,4%	74,40	122,13	64,2%
3020 Refino de óleos veg. e fab.de gorduras p/alim	0,41	0,26	-36,3%	4,32	0,56	-87,0%
3120 Outras indústrias alimentares	0,43	0,22	-48,9%	0,73	0,47	-36,1%
3130 Ind. de bebidas	0,47	0,48	1,3%	0,08	0,20	138,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,0%</b>

Fonte: elaborado a partir de SECEX

Tabela A5 – Brasil: índice de VCR - Padrão 1: VCR&gt;1 em 1989 e 1996 e em ascensão

SITC.3 CODE	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	Crescimento
281	IRON ORE/CONCENTRATES	6.811.359	2.695.207	39,57%	5,64%	35,04	26,88	30,36
71	COFFEE/COFFEE SUBSTITUTE	7.593.505	2.135.136	28,12%	4,47%	24,90	14,67	69,70
121	TOBACCO, RAW AND WASTES	3.767.527	1.028.521	27,30%	2,15%	24,17	9,87	144,94
61	SUGAR/MOLLASSES/HONEY	9.475.389	1.619.732	17,09%	3,39%	15,14	2,46	516,46
671	PIG IRON ETC FERRO ALLOY	5.606.508	873.130	15,57%	1,83%	13,79	7,76	77,61
421	FIXED VEG OIL/FAT, SOFT	9.456.115	730.231	7,72%	1,53%	6,84	6,28	8,91
251	PULP AND WASTE PAPER	16.872.454	999.464	5,92%	2,09%	5,25	3,04	72,65
611	LEATHER	11.871.874	658.801	5,55%	1,38%	4,91	2,58	90,25
532	DYEING/TANNING EXTRACTS	774.331	38.522	4,97%	0,08%	4,41	3,41	29,14
75	SPICES	1.247.894	61.117	4,90%	0,13%	4,34	3,19	35,74
74	TEA AND MATE	1.125.942	46.408	4,12%	0,10%	3,65	1,23	197,80
684	ALUMINIUM	32.114.877	1.296.370	4,04%	2,72%	3,57	2,96	20,82
431	ANIMAL/VEG OILS PROCES'D	3.293.565	119.355	3,62%	0,25%	3,21	3,07	4,48
696	CUTLERY	3.307.598	103.478	3,13%	0,22%	2,77	2,38	16,27
634	VENEER/PLYWOOD/ETC	15.909.033	486.826	3,06%	1,02%	2,71	2,18	24,31
522	ELEMENTS/OXIDES/HAL SALT	12.353.362	297.877	2,41%	0,62%	2,14	1,04	105,98
625	RUBBER TYRES/TREADS	21.791.057	511.961	2,35%	1,07%	2,08	1,50	38,38
291	CRUDE ANIMAL MTERIAL NES	3.049.401	67.522	2,21%	0,14%	1,96	1,06	84,35
512	ALCOHOLS/PHENOLS/DERIVS	10.256.003	209.923	2,05%	0,44%	1,81	1,41	28,85
	Subtotal (A)	176.677.794	13.979.581	7,9%	29,3%			
	Total (B)	4.227.949.683	47.746.728					
	(A) / (B)		4,2%	29,3%				

Fonte: elaborado a partir de Intracen

**Tabela A6 – Brasil: índice de VCR - Padrão 2: VCR>1 em 1989 e 1996 mas em declínio**

SITC.3 CODE	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	Crescimento
81	ANIMAL FEED EX UNML CER.	21.860.277	2.930.074	13,40%	6,14%	11,87	12,23	-2,97
222	OIL SEEDS ETC - SOFT OIL	12.945.551	1.019.577	7,88%	2,14%	6,97	10,16	-31,38
72	COCOA	2.937.041	173.608	5,91%	0,36%	5,23	6,67	-21,48
265	VEG TEXT FIBRE EX COT/JU	303.369	17.171	5,66%	0,04%	5,01	7,56	-33,71
17	MEAT/OFFAL PRESVD N.E.S	5.312.763	268.453	5,05%	0,56%	4,47	5,18	-13,69
851	FOOTWEAR	34.365.052	1.650.112	4,80%	3,46%	4,25	5,43	-21,74
687	TIN	1.423.925	68.184	4,79%	0,14%	4,24	13,14	-67,74
12	MEAT NES,FRESH/CHLD/FROZ	22.957.162	1.034.586	4,51%	2,17%	3,99	21,59	-81,52
762	RADIO BROADCAST RECEIVER	14.525.289	357.832	2,46%	0,75%	2,18	2,90	-24,71
658	MADE-UP TEXTILE ARTICLES	9.968.028	242.706	2,43%	0,51%	2,16	2,24	-3,91
62	SUGAR CONFECTIONERY	3.504.159	70.307	2,01%	0,15%	1,78	2,63	-32,36
713	INTERNAL COMBUST ENGINES	52.670.153	1.029.351	1,95%	2,16%	1,73	2,34	-26,06
662	CLAY/REFRACTORY MATERIAL	9.881.193	175.198	1,77%	0,37%	1,57	1,58	-0,86
693	WIRE PROD EXC INS ELECTR	3.945.144	68.910	1,75%	0,14%	1,55	1,95	-20,69
722	TRACTORS	8.767.502	131.498	1,50%	0,28%	1,33	1,90	-29,96
743	FANS/FILTERS/GAS PUMPS	32.692.148	470.111	1,44%	0,98%	1,27	1,32	-3,49
57	FRUIT/NUTS, FRESH/DRIED	20.932.150	291.186	1,39%	0,61%	1,23	2,22	-44,50
723	CIVIL ENGINEERING PLANT	28.455.251	377.408	1,33%	0,79%	1,17	1,42	-17,11
511	HYDROCARBONS/DERIVATIVES	18.584.631	241.725	1,30%	0,51%	1,15	1,19	-3,61
782	GOODS/SERVICE VEHICLES	43.465.327	558.904	1,29%	1,17%	1,14	1,66	-31,60
	Subtotal (A)	349.496.115	11.176.901	3,2%	23,4%			
	Total (B)	4.227.949.683	47.746.728					
	(A) / (B)			8,3%	23,4%			

Fonte: elaborado a partir de Intracen

Tabela A7 – Brasil: índice de VCR - Padrão 3: VCR&lt;1 em 1989 e VCR&gt;1 em 1996

SITC.3 CODE	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	Crescimento
122	TOBACCO, MANUFACTURED	16.873.018	486.871	2,89%	1,02%	2,56	0,43	498,08
612	LEATHER MANUFACTURES	624.028	16.502	2,64%	0,03%	2,34	0,14	1631,06
971	GOLD NON-MONETARY EX ORE	24.822.503	583.044	2,35%	1,22%	2,08	0,06	3245,05
278	OTHER CRUDE MINERALS	6.102.001	138.265	2,27%	0,29%	2,01	1,00	101,02
232	RUBBER SYNTH/WASTE/ETC	5.242.567	109.228	2,08%	0,23%	1,84	0,32	476,51
635	WOOD MANUFACTURES N.E.S.	9.476.744	187.840	1,98%	0,39%	1,76	0,64	172,76
661	LIME/CEMENT/CONSTR MAT'L	8.903.269	173.262	1,95%	0,36%	1,72	0,37	362,20
721	AGRIC MACHINE EX TRACTR	10.857.813	190.462	1,75%	0,40%	1,55	0,91	71,47
551	ESSENT.OIL/PERFUME/FLAVR	5.845.516	96.840	1,66%	0,20%	1,47	1,00	46,77
287	BASE METAL ORE/CONC NES	4.111.267	66.781	1,62%	0,14%	1,44	0,41	254,71
742	PUMPS FOR LIQUIDS	17.560.381	281.862	1,61%	0,59%	1,42	0,61	131,22
248	WOOD SIMPLY WORKED	23.852.225	381.494	1,60%	0,80%	1,42	0,74	91,78
11	BEEF, FRESH/CHILLD/FROZN	12.370.527	194.305	1,57%	0,41%	1,39	0,47	194,82
246	WOOD CHIPS/WASTE	1.798.597	27.713	1,54%	0,06%	1,36	0,00	282042,52
686	ZINC	3.445.627	51.575	1,50%	0,11%	1,33	0,67	96,62
514	NITROGEN FUNCTION COMPDS	18.072.025	264.212	1,46%	0,55%	1,29	0,76	70,55
652	COTTON FABRICS, WOVEN	16.692.854	237.126	1,42%	0,50%	1,26	0,97	29,46
784	MOTOR VEH PARTS/ACCESS	115.836.865	1.562.343	1,35%	3,27%	1,19	0,71	68,05
592	STARCHES/GLUES/ETC.	6.971.789	93.945	1,35%	0,20%	1,19	0,76	56,33
697	HOUSEHOLD EQUIPMENT BASE METAL, N.E.S.	7.697.294	103.078	1,34%	0,22%	1,19	0,83	43,36
261	SILK	377.213	5.045	1,34%	0,01%	1,18	0,37	224,23
882	PHOTOGRAPHIC SUPPLIES	16.857.983	218.972	1,30%	0,46%	1,15	0,84	36,33
683	NICKEL	3.822.402	45.304	1,19%	0,09%	1,05	0,12	741,51
	Subtotal (A)	338.214.508	5.516.069	1,6%	11,6%			
	Total (B)	4.227.949.683	47.746.728					
	(A) / (B)	8,0%	11,6%					

Fonte: elaboração própria a partir de Intracen

Tabela A8 – Brasil: índice de VCR - Padrão 4: VCR&lt;1 em 1989 e 1996 mas em ascensão

SITC.3	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	Crescimento
642	CUT PAPER/BOARD/ARTICLES	23.347.745	261.146	1,12%	0,55%	0,99	0,66	49,81
716	ROTATING ELECTR PLANT	21.794.316	238.829	1,10%	0,50%	0,97	0,65	48,29
58	FRUIT PRESVD/FRUIT PREPS	4.393.760	42.850	0,98%	0,09%	0,86	0,26	232,24
593	EXPLOSIVES/PYROTECHNICS	1.059.828	10.095	0,95%	0,02%	0,84	0,34	146,41
666	POTTERY	4.427.965	40.743	0,92%	0,09%	0,81	0,78	4,09
613	FURSKINS TANNED/DRESSED	1.485.318	12.704	0,86%	0,03%	0,76	0,33	128,64
663	MINERAL MANUFACTURES NES	11.956.989	101.064	0,85%	0,21%	0,75	0,05	1264,75
821	FURNITURE/STUFF FURNISHG	40.202.156	334.375	0,83%	0,70%	0,74	0,18	304,13
711	STEAM GENERATING BOILERS	3.009.057	23.857	0,79%	0,05%	0,70	0,52	34,83
895	OFFICE/STATIONERY SUPPLY	5.846.542	45.204	0,77%	0,09%	0,68	0,44	56,62
531	SYNTH ORG COLOUR AGENTS	9.500.278	71.675	0,75%	0,15%	0,67	0,14	386,04
692	METAL STORE/TRANSPNT CONT	6.674.335	47.975	0,72%	0,10%	0,64	0,52	21,57
288	NF BASE METAL WASTE NES	5.897.959	39.607	0,67%	0,08%	0,59	0,05	991,76
411	ANIMAL OIL/FAT	1.908.270	12.456	0,65%	0,03%	0,58	0,07	718,00
682	COPPER	24.650.863	160.453	0,65%	0,34%	0,58	0,56	2,66
771	ELECT POWER TRANSM EQUIP	19.504.554	123.149	0,63%	0,26%	0,56	0,30	86,57
554	SOAPS/CLEANSERS/POLISHES	10.446.244	64.064	0,61%	0,13%	0,54	0,21	162,06
47	CEREAL MEAL/FLOUR N.E.S	383.875	2.288	0,60%	0,00%	0,53	0,04	1261,84
335	RESIDUAL PETROL. PRODS	5.582.415	32.980	0,59%	0,07%	0,52	0,25	111,33
44	MAIZE EXCEPT SWEET CORN.	12.152.158	71.776	0,59%	0,15%	0,52	0,15	258,58
664	GLASS	12.355.423	69.072	0,56%	0,14%	0,50	0,41	20,62
665	GLASSWARE	8.777.330	48.797	0,56%	0,10%	0,49	0,40	23,48
793	SHIPS/BOATS/ETC	33.880.519	186.075	0,55%	0,39%	0,49	0,22	120,21
775	DOMESTIC EQUIPMENT	27.442.351	149.986	0,55%	0,31%	0,48	0,42	13,97
694	NAILS/SCREWS/NUTS/BOLTS	8.930.430	46.955	0,53%	0,10%	0,47	0,34	35,09
621	MATERIALS OF RUBBER	6.038.209	31.476	0,52%	0,07%	0,46	0,26	78,94
111	BEVERAGE NON-ALCOHOL NES	3.782.128	19.664	0,52%	0,04%	0,46	0,17	172,90
899	MISC MANUF ARTICLES NES	15.676.124	80.214	0,51%	0,17%	0,45	0,40	14,27
562	MANUFACTURED FERTILIZERS	11.962.027	61.156	0,51%	0,13%	0,45	0,19	142,86
292	CRUDE VEG MATERIALS NES	12.770.974	63.842	0,50%	0,13%	0,44	0,24	82,70
691	IRON/STL/ALUM STRUCTURES	11.451.901	56.141	0,49%	0,12%	0,43	0,21	104,26
786	TRAILERS/CARAVANS/ETC	8.042.802	39.122	0,49%	0,08%	0,43	0,09	404,36
778	ELECTRICAL EQUIPMENT NES	66.872.476	317.691	0,48%	0,67%	0,42	0,40	6,05
656	TULLE/LACE/EMBR/TRIM ETC	3.596.234	16.961	0,47%	0,04%	0,42	0,24	73,38
727	FOOD PROCESSING MACHINES	6.583.067	30.876	0,47%	0,06%	0,42	0,31	33,43
25	EGGS, ALBUMIN	1.521.981	6.527	0,43%	0,01%	0,38	0,21	77,76
247	WOOD IN ROUGH/SQUARED	6.102.544	25.745	0,42%	0,05%	0,37	0,00	37938,76
667	PEARLS/PRECIOUS STONES	27.482.726	113.176	0,41%	0,24%	0,36	0,30	19,81
533	PIGMENTS/PAINTS/VARNISH	18.432.064	75.362	0,41%	0,16%	0,36	0,25	47,03
98	EDIBLE PRODUCTS N.E.S.	16.185.772	66.005	0,41%	0,14%	0,36	0,27	34,79
211	HIDE/SKIN	4.729.989	19.009	0,40%	0,04%	0,36	0,01	2789,74
689	MISC NON-FERR BASE METAL	2.560.517	10.208	0,40%	0,02%	0,35	0,04	719,14

**Tabela A8 – Brasil: índice de VCR - Padrão 4: VCR<1 em 1989 e 1996 mas em ascensão (Continuação)**

SITC.3	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		
		Mundo	Brasil Bra/Mundo	Cap/Bra		1996	1989	Crescimento
744	MECHANICAL HANDLING EQUI	27.978.742	108.974	0,39%	0,23%	0,34	0,19	81,02
718	POWER GENERATING EQU NES	4.583.074	17.434	0,38%	0,04%	0,34	0,14	132,75
737	METALWORKING MACHINE NES	9.766.567	34.525	0,35%	0,07%	0,31	0,25	25,51
714	ENGINES NON-ELECTRIC NES	26.860.214	91.783	0,34%	0,19%	0,30	0,05	518,12
772	ELECTRIC CIRCUIT EQUIPMT	58.906.865	192.696	0,33%	0,40%	0,29	0,26	9,66
112	ALCOHOLIC BEVERAGES	25.811.534	83.398	0,32%	0,17%	0,29	0,16	83,43
91	MARGARINE/SHORTENING	1.346.706	3.824	0,28%	0,01%	0,25	0,10	143,60
553	PERFUME/TOILET/COSMETICS	18.499.588	52.187	0,28%	0,11%	0,25	0,15	63,82
893	ARTICLES NES OF PLASTICS	34.340.878	96.526	0,28%	0,20%	0,25	0,15	66,95
749	NON-ELEC PARTS/ACC MACHN	12.511.941	33.073	0,26%	0,07%	0,23	0,03	787,34
659	FLOOR COVERINGS ETC.	7.214.896	17.011	0,24%	0,04%	0,21	0,06	229,77
48	CEREAL ETC FLOUR/STARCH	12.827.046	28.894	0,23%	0,06%	0,20	0,04	433,58
728	SPECIAL INDUST MACHN NES	58.527.366	126.667	0,22%	0,27%	0,19	0,13	48,07
872	MEDICAL/ETC INSTRUMENTS	19.109.811	38.188	0,20%	0,08%	0,18	0,14	22,06
655	KNIT/CROCHET FABRICS	8.092.142	14.462	0,18%	0,03%	0,16	0,08	95,99
633	CORK MANUFACTURES	1.111.133	1.840	0,17%	0,00%	0,15	0,03	456,32
37	FISH/SHELLFISH,PREP/PRES	6.560.270	10.359	0,16%	0,02%	0,14	0,05	185,34
42	RICE	3.478.969	4.383	0,13%	0,01%	0,11	0,06	94,78
46	FLOUR/MEAL WHEAT/MESLIN	2.348.348	2.863	0,12%	0,01%	0,11	0,02	610,04
22	MILK PR EXC BUTTR/CHEESE	13.524.460	15.741	0,12%	0,03%	0,10	0,01	656,19
223	OIL SEEDS-NOT SOFT OIL	475.168	535	0,11%	0,00%	0,10	0,04	122,68
726	PRINTING INDUSTRY MACHNY	13.651.156	14.606	0,11%	0,03%	0,09	0,06	62,99
892	PRINTED MATTER	24.145.706	24.227	0,10%	0,05%	0,09	0,07	30,36
774	MEDICAL ETC EL DIAG EQUI	12.465.404	10.265	0,08%	0,02%	0,07	0,02	299,07
681	SILVER/PLATINUM ETC	5.465.201	4.321	0,08%	0,01%	0,07	0,00	26652,68
712	STEAM/VAPOUR TURBINES	2.821.941	1.973	0,07%	0,00%	0,06	0,02	183,84
1	LIVE ANIMALS EXCEPT FISH	8.765.689	5.841	0,07%	0,01%	0,06	0,04	52,42
54	VEGETABLES,FRSH/CHLD/FRZ	15.507.345	10.333	0,07%	0,02%	0,06	0,04	63,79
898	MUSICAL INSTRUMS/RECORDS	28.876.709	19.102	0,07%	0,04%	0,06	0,02	180,26
272	FERTILIZERS CRUDE	729.099	428	0,06%	0,00%	0,05	0,00	6178,00
282	FERROUS WASTE/SCRAP	5.511.742	3.145	0,06%	0,01%	0,05	0,00	13127,90
23	BUTTER AND CHEESE	3.475.802	1.900	0,05%	0,00%	0,05	0,00	4194,69
871	OPTICAL INSTRUMENTS NES	5.288.709	2.584	0,05%	0,01%	0,04	0,02	112,89
883	CINE FILD DEVELOPED	341.799	160	0,05%	0,00%	0,04	0,02	105,69
896	ART/COLLECTIONS/ANTIQUES	6.185.828	1.656	0,03%	0,00%	0,02	0,00	436,02
24	CHEESE AND CURD	11.302.357	1.821	0,02%	0,00%	0,01	0,00	2817,85
277	NATURAL ABRASIVES N.E.S.	68.059	11	0,02%	0,00%	0,01	0,00	769,99
Subtotal (A)		1.027.880.479	4.349.084	0,4%				
Total (B)		4.227.949.683	47.746.728					
(A) / (B)		24,3%	9,1%					

Fonte: elaboração própria a partir de Intracen

Tabela A9 – Brasil: índice de VCR - Padrão 5: VCR&lt;1 em 1989 e 1996 e em declínio

SITC.3	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		Crescimento
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	
657	SPECIAL YARNS/FABRICS	15.794.109	144.489	0,91%	0,30%	0,81	0,89	-9,41
36	CRUSTACEANS MOLLUSCS ETC	9.952.031	89.188	0,90%	0,19%	0,79	0,80	-0,25
891	ARMS AND AMMUNITION	8.424.920	71.176	0,84%	0,15%	0,75	0,85	-11,70
513	CARBOXYLIC ACID COMPOUND	14.085.895	109.357	0,78%	0,23%	0,69	0,89	-22,35
73	CHOCOLATE/COCOA PREPS	7.562.461	45.256	0,60%	0,09%	0,53	0,92	-42,12
267	MAN-MADE FIBRES NES/WAST	2.359.685	13.938	0,59%	0,03%	0,52	0,57	-7,55
695	HAND/MACHINE TOOLS	15.540.656	90.692	0,58%	0,19%	0,52	0,54	-4,21
268	WOOL/ANIMAL HAIR	6.011.358	32.422	0,54%	0,07%	0,48	0,52	-8,01
724	TEXTILE/LEATHER MACHINRY	21.570.682	115.847	0,54%	0,24%	0,48	0,49	-3,62
745	NON-ELECTR MACHINES NES	21.961.176	113.267	0,52%	0,24%	0,46	0,56	-18,17
598	MISC CHEMICAL PRODS NES	29.303.852	146.530	0,50%	0,31%	0,44	0,45	-0,76
741	INDUST HEAT/COOL EQUIPMT	36.387.885	181.681	0,50%	0,38%	0,44	0,61	-27,62
515	ORGANO-INORGANIC COMPNDS	28.328.828	137.203	0,48%	0,29%	0,43	0,82	-48,00
699	BASE METAL MANUFAC NES	36.963.784	173.823	0,47%	0,36%	0,42	0,44	-4,68
751	OFFICE MACHINES	12.677.765	45.234	0,36%	0,09%	0,32	0,38	-16,01
245	FUEL WOOD/WOOD CHARCOAL	20.022	69	0,35%	0,00%	0,31	0,98	-68,61
773	ELECTRICAL DISTRIB EQUIP	23.958.138	82.899	0,35%	0,17%	0,31	0,69	-55,69
56	VEG ROOT/TUBER PREP/PRES	8.406.538	28.376	0,34%	0,06%	0,30	0,50	-40,05
785	MOTORCYCLES/CYCLES/ETC	13.560.028	41.807	0,31%	0,09%	0,27	0,30	-9,38
654	WOVEN TEXTILE FABRIC NES	8.708.822	24.364	0,28%	0,05%	0,25	0,27	-8,65
812	SANITARY/PLUMB/HEAT FIXT	5.171.631	14.249	0,28%	0,03%	0,24	0,25	-0,95
781	PASSENGER CARS ETC	232.439.335	619.248	0,27%	1,30%	0,24	0,45	-47,02
897	JEWELLERY	15.846.266	41.161	0,26%	0,09%	0,23	0,30	-23,69
791	RAILWAY VEHICLES/EQUIPMT	6.410.095	15.789	0,25%	0,03%	0,22	0,65	-66,24
34	FISH,LIVE/FRSH/CHLD/FROZ	15.580.579	31.514	0,20%	0,07%	0,18	0,21	-13,39
884	OPTICAL FIBRES	9.807.738	18.977	0,19%	0,04%	0,17	0,26	-33,21
266	SYNTHETIC SPINNING FIBRE	4.203.591	7.620	0,18%	0,02%	0,16	0,45	-63,97
752	COMPUTER EQUIPMENT	126.608.603	197.454	0,16%	0,41%	0,14	0,19	-26,45
759	OFFICE EQUIP PARTS/ACCS.	83.285.895	110.978	0,13%	0,23%	0,12	0,14	-14,37
653	MAN-MADE WOVEN FABRICS	25.931.754	34.499	0,13%	0,07%	0,12	0,15	-19,75
831	TRUNKS AND CASES	8.836.317	8.536	0,10%	0,02%	0,09	0,20	-56,43
35	FISH,DRIED/SALTED/SMOKED	2.412.088	2.266	0,09%	0,00%	0,08	0,09	-5,37
764	TELECOMMS EQUIPMENT NES	107.899.787	92.591	0,09%	0,19%	0,08	0,15	-48,00
894	BABY CARR/TOY/GAME/SPORT	26.105.439	19.762	0,08%	0,04%	0,07	0,14	-50,56
776	VALVES/TRANSISTORS/ETC	160.744.319	92.324	0,06%	0,19%	0,05	0,12	-57,50
885	WATCHES AND CLOCKS	16.275.427	4.844	0,03%	0,01%	0,03	0,05	-48,77
45	CEREAL GRAINS NES	2.010.748	506	0,03%	0,00%	0,02	0,02	-8,55
685	LEAD	1.527.457	319	0,02%	0,00%	0,02	0,33	-94,44
881	PHOTOGRAPHIC EQUIPMENT	11.498.991	1.410	0,01%	0,00%	0,01	0,73	-98,51
761	TELEVISION RECEIVERS	16.862.896	1.698	0,01%	0,00%	0,01	0,25	-96,39
525	RADIO-ACTIVE ETC MATRIAL	4.298.639	298	0,01%	0,00%	0,01	0,04	-85,21
763	SOUND/TV RECORDERS ETC	17.889.006	568	0,00%	0,00%	0,00	0,01	-78,26

**Tabela A9 – Brasil: índice de VCR - Padrão 5: VCR<1 em 1989 e 1996 e em declínio****(Continuação)**

SITC.3	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		Crescimento
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	
231	NATURAL RUBBER/LATEX/ETC	4.224.075	15	0,00%	0,00%	0,00	0,00	-86,82
41	WHEAT/MESLIN	18.752.477	1	0,00%	0,00%	0,00	0,00	-90,67
43	BARLEY GRAIN	3.230.045	0	0,00%	0,00%	0,00	0,00	-99,87
212	FURSKINS/PIECES, RAW	1.453.953	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00	-100,00
264	JUTE/BAST FIBRE RAW/RETD	5.804	-	0,00%	0,00%	0,00	0,00	-100,00
961	COIN NONGOLD NON CURRENT	102.173	-	0,00%	0,00%	0,00	0,004	-100,00
Subtotal (A)		1.250.993.763	3.004.248	0,2%	6,3%			
Total (B)		4.227.949.683	47.746.728					
(A) / (B)		29,6%	6,3%					

*Fonte: elaboração própria a partir de Intracen***Tabela A10 – Brasil: índice de VCR - Padrão 6: VCR>1 em 1989 e VCR<1 em 1996**

SITC.3 CODE	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR		
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996	1989	Crescimento
651	TEXTILE YARN	24.520.555	275.188	1,12%	0,58%	0,99	1,33	-25,25
641	PAPER/PAPERBOARD	62.220.603	672.183	1,08%	1,41%	0,96	1,04	-7,84
873	METERS AND COUNTERS NES	3.181.972	33.612	1,06%	0,07%	0,94	1,32	-29,12
516	OTHER ORGANIC COMPOUNDS	9.817.060	102.225	1,04%	0,21%	0,92	1,07	-13,56
725	PAPER INDUSTRY MACHINERY	8.239.309	62.107	0,75%	0,13%	0,67	2,64	-74,68
783	ROAD MOTOR VEHICLES NES	15.075.234	107.940	0,72%	0,23%	0,63	1,34	-52,59
792	AIRCRAFT/SPACECRAFT/ETC	74.679.855	457.887	0,61%	0,96%	0,54	1,06	-48,72
422	FIXED VEG OILS NOT SOFT	6.745.542	18.850	0,28%	0,04%	0,25	1,30	-81,00
874	MEASURE/CONTROL APP NES	52.303.299	64.999	0,12%	0,14%	0,11	1,11	-90,11
273	STONE/SAND/GRAVEL	2.943.278	2.293	0,08%	0,00%	0,07	1,81	-96,19
263	COTTON	5.242.944	3.897	0,07%	0,01%	0,07	1,63	-95,96
Subtotal (A)		264.969.651	1.801.181	0,68%	3,8%			
Total (B)		4.227.949.683	47.746.728					
(A) / (B)		6,3%	3,8%					

*Fonte: elaboração própria a partir de Intracen*

**Tabela A11 – Brasil: índice de VCR – produtos com VCR em 1996 excluídos da análise dinâmica**

SITC.3	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996
59	FRUIT/VEG JUICES	5.370.549	1.453.664	27,1%	3,0%	24,0
672	PRIMARY/PRODS IRON/STEEL	7.286.718	1.329.757	18,2%	2,8%	16,2
285	ALUMINIUM ORES/CONCS/ETC	3.376.278	211.767	6,3%	0,4%	5,6
673	FLAT ROLLED IRON/ST PROD	22.978.115	958.292	4,2%	2,0%	3,7
674	ROLLED PLATED M-STEEL	14.849.614	322.866	2,2%	0,7%	1,9
676	IRON/STEEL BARS/RODS/ETC	18.527.695	295.299	1,6%	0,6%	1,4
573	VINYL CHLORIDE ETC POLYM	5.427.977	85.018	1,6%	0,2%	1,4
524	OTHER INORGANIC CHEMICAL	2.895.272	44.423	1,5%	0,1%	1,4
591	HOUSEHOLD/GARDEN CHEMCAL	10.342.179	146.073	1,4%	0,3%	1,3
748	MECH TRANSMISSION EQUIMNT	14.103.337	198.945	1,4%	0,4%	1,2
571	PRIMARY ETHYLENE POLYMER	13.194.906	185.062	1,4%	0,4%	1,2
679	IRON/STEEL PIPE/TUBE/ETC	22.051.876	254.620	1,2%	0,5%	1,0
733	MTL M-TOOLS W/O MTL-RMVL	6.881.018	66.254	1,0%	0,1%	0,9
678	IRON/STEEL WIRE	3.172.620	27.736	0,9%	0,1%	0,8
675	FLAT ROLLED ALLOY STEEL	15.566.672	129.766	0,8%	0,3%	0,7
629	ARTICLES OF RUBBER NES	8.585.242	71.324	0,8%	0,1%	0,7
523	METAL SALTS OF INORG ACD	6.642.544	46.348	0,7%	0,1%	0,6
746	BALL/ROLLER BEARINGS	11.327.572	72.376	0,6%	0,2%	0,6
334	HEAVY PETROL/BITUM OILS	66.105.166	370.895	0,6%	0,8%	0,5
574	POLYACETALS/POLYESTERS..	13.649.659	73.039	0,5%	0,2%	0,5
575	PLASTIC NES-PRIMARY FORM	28.917.228	138.425	0,5%	0,3%	0,4
582	PLASTIC SHEETS/FILM/ETC	25.495.112	115.047	0,5%	0,2%	0,4
677	IRON/STEEL RAILWAY MATL	973.295	4.185	0,4%	0,0%	0,4
541	PHARMACEUT EXC MEDICAMNT	25.937.181	109.176	0,4%	0,2%	0,4
581	PLASTIC TUBE/PIPE/HOSE	5.270.445	21.574	0,4%	0,0%	0,4
731	MACH-TOOLS REMOVE MTRIAL	16.303.677	59.572	0,4%	0,1%	0,3
735	METAL MACHINE TOOL PARTS	6.627.120	23.020	0,3%	0,0%	0,3
597	OIL ETC ADDITIVES/FLUIDS	7.090.594	23.899	0,3%	0,1%	0,3
747	TAPS/COCKS/VALVES	18.928.172	61.397	0,3%	0,1%	0,3
844	WOMEN/GIRL WEAR KNIT/CRO	9.163.787	28.848	0,3%	0,1%	0,3
843	MEN/BOY WEAR KNIT/CROCH	5.634.633	16.579	0,3%	0,0%	0,3
16	MEAT/OFFAL PRESERVED	1.911.840	5.484	0,3%	0,0%	0,3
811	PREFABRICATED BUILDINGS	2.690.761	6.813	0,3%	0,0%	0,2
841	MENS/BOYS WEAR, WOVEN	26.672.211	66.667	0,2%	0,1%	0,2
845	ARTICLES OF APPAREL NES	33.527.143	82.016	0,2%	0,2%	0,2
572	STYRENE PRIMARY POLYMERS	7.184.918	16.634	0,2%	0,0%	0,2
848	HEADGEAR/NON-TEXT CLOTHG	9.036.012	16.129	0,2%	0,0%	0,2
345	COAL GAS/WATER GAS/ETC	6.089	11	0,2%	0,0%	0,2
542	MEDICAMENTS INCLUDE VET	46.671.215	79.509	0,2%	0,2%	0,2

**Tabela A11 – Brasil: índice de VCR – produtos com VCR em 1996 excluídos da análise dinâmica**

**(Continuação)**

SITC.3	PRODUCT GROUP DESCRIPTION	Exportações 1996 (em US\$ mil e %)				VCR
		Mundo	Brasil	Bra/Mundo	Cap/Bra	1996
579	PLASTIC WASTE/SCRAP	624.162	1.031	0,2%	0,0%	0,1
583	MONOFILAMENT RODS/STICKS	1.608.317	1.903	0,1%	0,0%	0,1
344	PETROL./HYDROCARBON GAS	3.395.955	3.789	0,1%	0,0%	0,1
289	PRECIOUS METAL ORE/CONC.	998.278	1.109	0,1%	0,0%	0,1
842	WOMEN/GIRL CLOTHING WVEN	25.553.312	28.382	0,1%	0,1%	0,1
846	CLOTHING ACCESSORIES	9.204.592	9.558	0,1%	0,0%	0,1
274	SULPHUR/UNROASTD PYRITES	49.757	36	0,1%	0,0%	0,1
813	LIGHTING FIXTURES ETC	7.611.437	4.317	0,1%	0,0%	0,1
333	PETROL./BITUM. OIL,CRUDE	64.141.174	13.008	0,0%	0,0%	0,0
269	WORN CLOTHING ETC	1.377.528	192	0,0%	0,0%	0,0
321	COAL NON-AGGLOMERATED	14.500.719	192	0,0%	0,0%	0,0
322	BRIQUETTES/LIGNITE/PEAT	763.571	3	0,0%	0,0%	0,0
244	CORK NATURAL/RAW/WASTE	118.085	0	0,0%	0,0%	0,0
342	LIQUID PROPANE/BUTANE	4.473.741	2	0,0%	0,0%	0,0
283	COPPER ORES/CONCENTRATES	5.615.962	-	0,0%	0,0%	0,0
284	NICKEL ORES/CONCS/ETC	1.504.529	-	0,0%	0,0%	0,0
286	URANIUM/THORIUM ORE/CONC	203.265	-	0,0%	0,0%	0,0
325	COKE/SEMI-COKE/RETORT C	1.660.209	-	0,0%	0,0%	0,0
343	NATURAL GAS	20.139.226	-	0,0%	0,0%	0,0
351	ELECTRIC CURRENT	7.351.331	-	0,0%	0,0%	0,0
931	SPECIAL TRANSACTIONS NES	98.402.793	-	0,0%	0,0%	0,0
xxx	Não Classificados*	42.988	637.635	1483,3%	1,3%	1313,4
	Subtotal (A)	819.717.373	7.919.664	0,97%	16,6%	
	Total (B)	4.227.949.683	47.746.728			
	(A) / (B)	19,4%	16,6%			

Fonte: elaboração própria a partir de Intracen

Gráfico A1 – Brasil: índice de preços de exportações e importações, 1974-1999

Em índices, 1996=100

